



RELATÓRIO DE AUDITORIA ANUAL DE CONTAS Nº 244084 - 2ª PARTE

1 PREVIDENCIA SOCIAL BASICA

1.1 SERVIÇO DE PROC. DE DADOS DE BENEFÍCIOS

1.1.1 ASSUNTO - PROGRAMAÇÃO DOS OBJETIVOS E METAS

1.1.1.1 INFORMAÇÃO: (012)

A DATAPREV atua indiretamente na execução do Programa 0083 - Previdência Social Básica / Ação 2292 - Serviço de Processamento de Dados de Benefícios Previdenciários, o qual encontra-se sob responsabilidade do Instituto Nacional de Seguro Social - INSS. O objetivo do Programa em questão é o de promover o acesso com qualidade à Seguridade Social, sob a perspectiva da universalidade e da equidade, assegurando-se o seu caráter democrático e a sua descentralização. A finalidade da ação é a de garantir os recursos de teleinformática necessários aos serviços de reconhecimento de direitos e de pagamento de benefícios previdenciários, assegurando o funcionamento dos Sistemas (Prisma, SABI, COMPREV, CNISVR, HIPNET, HISCRENET, RECNET) até que possa ser implementado o Sistema do Novo Modelo de Gestão.

A Empresa possui, diretamente sob sua responsabilidade, os seguintes Programas e Ações:

1)0807 - Investimento das Empresas Estatais em Infra-estrutura de Apoio:

1.Ação 4101 - Manutenção e Adequação de Bens Imóveis,

2.Ação 4102 - Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos; e

3.Ação 123C - Aquisições de Bens Imóveis para as Instâncias Regionais.

2)0087 - Gestão da Política de Previdência Social:

1.Ação 4117 - Manutenção e Adequação da Infra-estrutura de Tecnologia da Informação para a Previdência Social.

Quanto ao Programa 0807:

O Programa 0807 tem o objetivo de dotar a área administrativa de condições necessárias para prestar adequado suporte à área operacional.

As finalidades das ações relacionadas são:

1)Ação 4101: realizar despesas com manutenção e obras de adequação que prolonguem a vida útil dos bens imóveis e melhorem a qualidade dos serviços prestados aos usuários;

2)Ação 4102: realizar despesas com manutenção e obras de adequação que prolonguem a vida útil dos bens móveis, veículos, máquinas e equipamentos proporcionando melhor qualidade dos serviços prestados

aos usuários; e

3) Ação 123C - regularizar de forma perene a condição de ocupação dos imóveis onde suas unidades estão instaladas, especialmente os imóveis de propriedade do INSS, que representam parcela substancial de sua ocupação. Neste sentido, a aquisição de imóveis pertencentes ao INSS que possam atender às necessidades operacionais da Empresa revelam-se de grande importância.

As descrições das ações relacionadas são:

1) Ação 4101: Realização de obras de alvenaria, de estruturas e instalações; obras de manutenção nas tubulações de água, esgoto, telefone e energia elétrica etc. em edificações que sejam contabilizadas no imobilizado;

2) Ação 4102: Realização de serviços de manutenção e adequação nos bens móveis, veículos, máquinas e equipamentos de propriedade das empresas estatais que sejam contabilizados no imobilizado; e

3) Ação 123C - Aquisição de imóveis próprios tendo como principal benefício direto a consolidação das ações da DATAPREV, assim como a mitigação do risco de descontinuidade dos serviços prestados pela empresa, tranquilidade no investimento em tecnologia predial e segurança das instalações, repercussão positiva na produtividade e na qualidade de suas ações. Ademais, as aquisições em lume estão em consonância com as ações de planejamento existentes, tal qual traduzida na Proposta de Dívida INSS/DATAPREV - Imóveis e na Portaria Conjunta INSS/DATAPREV n.º 03/2008. Além disso, há redução de despesas com locações e obtenção de condições economicamente mais favoráveis à realização de investimentos de longo prazo e de maior vulto nos referidos imóveis.

Tabela I: Execução das AÇÕES

Ação	Despesas Executadas	% das Despesas Executadas do Programa
4101	R\$ 9.504.503	11,18
4102	R\$ 3.136.895	3,69
123C	R\$ 72.338.802	85,13

Fonte: SIGPLAN.

Quanto ao Programa 0087:

O Programa 0087 tem o objetivo geral de promover o acesso com qualidade à Seguridade Social, sob a perspectiva da universalidade e da equidade, assegurando-se o seu caráter democrático e a sua descentralização. Seu objetivo específico é Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de previdência social.

Sua ação respectiva, Ação 4117, tem por finalidade manter o ambiente tecnológico da DATAPREV, visando torná-lo apto para suportar o nível de demanda dos serviços da Previdência Social.

Além disso, esse Programa de Adequação da Infraestrutura Tecnológica da DATAPREV define a estratégia de aquisição de componentes para suporte tecnológico aos sistemas de informações da DATAPREV e seus clientes, considerando todos os sistemas atualmente em produção e os que serão desenvolvidos para automação dos processos operacionais e

gerenciais, incluindo os advindos de processos de migração.

O objetivo da arquitetura técnica é identificar e definir os componentes tecnológicos necessários para a implementação e utilização da arquitetura de tecnologia da informação. É importante perceber a diferença entre a arquitetura técnica e a implementação desta arquitetura. A arquitetura é um modelo que representa a configuração dos componentes tecnológicos, suas regras, relacionamentos e interdependências. Este modelo serve como base para o projeto, desenvolvimento e aquisição dos recursos que implementarão a arquitetura técnica.

Na confecção da Especificação Técnica das soluções, deverão ser adotados critérios que prevêm expansões futuras, garantindo a escalabilidade do conjunto em consonância com as demandas advindas do processo de migração da regras de negócio e da transposição do acervo de dados.

É imperativo observar que a necessidade de características de disponibilidade, portabilidade, escalabilidade das soluções ou servidores e replicação dos serviços e dados serão determinantes para o sucesso deste programa.

Os requisitos devem ser atendidos considerando sempre o uso de padrões abertos que permitam um processo de aquisição competitivo, visando atingir melhor relação custo/benefício da solução como um todo e estabelecer uma logística de desativação dos equipamentos Unisys.

O novo ambiente tecnológico deve ser projetado com base no nível de escalabilidade e disponibilidade necessária para atender os desafios de negócio. Sendo assim, as principais fases do programa podem ser descritas da seguinte maneira:

- Identificar as necessidades de processamento e armazenamento atuais;
- Estabelecer o nível de escalabilidade desejado dentro do horizonte de planejamento;
- Prospear as alternativas tecnológicas que melhor implementem os níveis de escalabilidade e disponibilidade pretendida;
- Projetar a arquitetura técnica e especificar os componentes da infraestrutura;
- Instruir o processo de aquisição; e
- Homologar solução adquirida.

Tabela II: Execução da AÇÃO

Ação	Despesas Executadas	% das Despesas Executadas do Programa
4117	R\$ 98.635.290	100,00

Fonte: SIGPLAN.

1.1.2 ASSUNTO - AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS

1.1.2.1 INFORMAÇÃO: (011)

Destacamos, a seguir, as execuções da Empresa no âmbito dos programas constantes do Plano Plurianual - PPA.

Tabela III: Execução dos Programas do PPA em 2009.

Programa / Atividade	Dotação Aprovada	Reprogr. Aprovada	Realização até dez/2009	Realiz. da Reprogr. %
PROGRAMA 0087 - Gestão da Política de Previdência Social	39.000.000	92.000.000	98.635.290	107,21
Ação 4117: Manutenção e Adequação da Infra-estrutura de TI para a Prev. Social	39.000.000	92.000.000	98.635.290	107,21
PROGRAMA 0807 - Investimento das Empresas Estatais em Infra-estrutura de Apoio	21.000.000	131.263.522	84.980.200	64,74
Ação 4101: Manutenção e Adequação de Bens Imóveis	15.000.000	30.000.000	9.504.503	31,68
Ação 4102: Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos	6.000.000	18.000.000	3.136.895	17,43
Ação 123C: Aquisições de Bens Imóveis para as Instâncias Regionais	-	83.263.522	72.338.802	86,88
TOTAL	60.000.000	223.263.522	183.615.490	82,24

Fonte: Análise CGU.

A realização acima do esperado (107,21%), mesmo após a reprogramação, da Ação 4117 - Manutenção e Adequação da Infra-estrutura de TI para a Previdência Social - do Programa 0087, reflete os resultados das atitudes tomadas pela Unidade visando a resolver o problema da baixa execução orçamentária nos últimos exercícios, fato que foi objeto de recomendações feitas por esta CGU em exercícios anteriores.

A implementação dessa ação, pela Unidade, está ocorrendo por meio das etapas de especificação da necessidade pela área técnica, de aquisição de equipamentos e software por meio de licitação, finalizando com a entrega dos produtos e aceite por parte da DATAPREV.

Por opção interna, a Ação 4117 - Manutenção e Adequação da Infraestrutura de Tecnologia da Informação para a Previdência Social foi estruturada como sendo o Programa de Adequação da Infraestrutura Tecnológica da DATAPREV composta por sete atividades principais.

- Atividade 01 - Adequação da Solução de Armazenamento de Dados;
- Atividade 02 - Projeto da Arquitetura Técnica e Especificação dos Elementos da Infraestrutura;
- Atividade 03 - Implantação da Suíte de Gerenciamento de Serviços de TIC;
- Atividade 04 - Implantação do Controle de Acesso à Internet no Restante do País;
- Atividade 05 - Modernização do Sistema de Telefonia da DATAPREV - Aquisição, instalação e configuração das centrais telefônicas;
- Atividade 06 - Modernização da Rede Multisserviços; e
- Atividade 07 - Modernização da Solução de Segurança de Rede.

As principais realizações relacionadas à Ação 4117 foram:

- Atividade 01 - Projetados componentes de TI para possibilitar o armazenamento, salva e replicação de dados para os sites de Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo.
- Atividade 02 - Projetados componentes de TI (hardware e software) que permitem a organização, consolidação e estruturação dos ambientes de TI da DATAPREV.

Componentes da infraestrutura adquiridos pela empresa conforme especificações elaboradas - compras foram efetuadas por meio de

Registro de Preços.

- Servidores de Banco de Dados - R\$ 36.789.078,30 - Processo analisado neste trabalho.
- Servidores x86 - Camada de Apresentação e Negócio R\$ 7.305.023,72
- Software para ambiente de produção R\$ 6.930.085,35

- Atividade 03 - Destacam-se a seguir os principais resultados:
 - Homologada a suíte de gerenciamento de serviços, adquirida por meio do Programa de Apoio à Modernização do Sistema Previdenciário Brasileiro - PROPREV, na forma do Edital Internacional n.º 40-6787/05 - PNUD/PROPREV.

 - Aquisição da Solução Tecnológica da Sala de Monitoração no Cosme Velho.

 - Atividade 04 - Toda a implementação do controle de acesso à Internet na DATAPREV e nos clientes foi concluída, com exceção apenas para o prédio sede do INSS e o prédio do MPS localizados no Distrito Federal.

 - Atividade 05 - As centrais telefônicas de AL, AM, BA, CE, DF, GO, MA, MG, MS, MT, PA, PB, PE, PI, PR, RJ-ALMOX, RJ-AR, RJ-CV, RS, SC, SE e SP estão em pleno funcionamento com ramais analógicos e digitais, efetuando ligações externas via rede pública de telefonia, bem como através da rede privada multisserviços que permite a comunicação entre as unidades através do código (**) somado aos respectivos códigos de cada UF, sem usar os recursos da operadora de telefonia. As centrais telefônicas do RN e TO estão instaladas.

 - Atividade 06 - Foram realizadas as instalações das 22 salas adquiridas em 2008 para expansão do serviço de videoconferência na DATAPREV; adequadas as redes locais dos Centros de Processamento ao Modelo de Referência do Departamento de Redes de Telecomunicações - DERE; adquiridos e instalados oito switches nível 3; atualização de um switch de conteúdo, o qual substituiu diversos outros equipamentos.

 - Atividade 07 - Atualização tecnológica de oito dispositivos de Firewall e Redimensionamento de um Gateway de VPN (Virtual Private Network).

Os resultados apresentados se coadunam com a finalidade da Ação 4117, mostrando-se adequados à manutenção e adequação da infraestrutura de Tecnologia da Informação.

A baixa realização verificada na Ação 4101 - Manutenção e Adequação de Bens Imóveis - do Programa 0807, com dotação orçamentária de R\$ 30 milhões, após a última reprogramação, foi consequência de as reformas previstas nas instalações da DATAPREV, em vários pontos do país, serem de grande vulto. Sendo assim, esse tipo de reforma requer diversas, e por vezes complexas, análises, que retardaram a elaboração dos respectivos projetos básicos de licitação das mesmas.

Destacamos, a seguir, as principais realizações no âmbito da Ação 4101:

- Obra da Central de Água Gelada (CAG) do prédio principal em Brasília.
- Obra da Central de Ar Condicionado do Centro de Processamento do Distrito Federal (CPDF) em Brasília.
- Obras de reforma da Unidade Regional do Piauí (URPI) e da Unidade Regional do Rio Grande do Sul (URRS).
- Obras de recuperação estrutural e impermeabilização da Unidade Regional do Maranhão (URMA).
- Obras de Recuperação do revestimento de mármore da fachada do prédio da Álvaro Rodrigues no Rio de Janeiro.
- Obras de Instalação de novos "no break" com aumento de carga para o Centro de Processamento de Dados do Rio de Janeiro (CPRJ).
- Projeto de reforma da fachada do prédio principal em Brasília e construção de escada de incêndio - Concluído.
- Projeto de Reforma dos Elevadores do prédio de Brasília e do prédio da Álvaro Rodrigues.
- Projeto de Circuito Fechado de TV para o prédio da Álvaro Rodrigues no Rio de Janeiro e para o Centro de Processamento de Dados em São Paulo (CPSP).
- Projeto para substituição do mobiliário da DATAPREV em nível nacional.
- Projeto de Substituição do banco de baterias do Centro de Processamento de Dados de São Paulo.
- Projeto para Implementação dos novos grupos geradores do Centro de Processamento do Rio de Janeiro (CPRJ).

Os resultados apresentados se coadunam com a finalidade da Ação 4101, mostrando-se adequados à manutenção e adequação de bens imóveis. Quanto à baixa execução apresentada, observamos que vários processos licitatórios de elevada complexidade encontram-se em andamento, especialmente aqueles relacionados aos Projetos anteriormente citados. Resta, portanto, justificada a execução apresentada de apenas 31,7% do previsto.

Quanto à Ação 4102 - Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos - também do Programa 0807, com dotação orçamentária de R\$ 18 milhões, após a última reprogramação, esta também teve sua realização muito abaixo da expectativa, uma vez que, na mesma medida em que a execução da Ação 4101 foi baixa, não seria possível adquirir o mobiliário e os equipamentos para as instalações cujas reformas ainda não estivessem concluídas.

As principais atividades realizadas no âmbito da Ação 4102 relacionaram-se a: manutenção Predial (civil, elétrica e ar condicionado); manutenção de elevadores; e operação e monitoramento de máquinas, equipamentos e sistemas prediais.

Os resultados apresentados se coadunam com a finalidade da Ação 4102, mostrando-se adequados à manutenção e adequação de bens móveis. Quanto à baixa execução apresentada, encontra-se justificada pela baixa execução da Ação 4101.

O desempenho da execução da Ação 123C - Aquisições de Imóveis do INSS, do Programa 0807, pode ser considerado bom pois, apesar de esta Ação ter sido criada durante o exercício de 2009, atingiu 86,88% do total previsto.

Durante o exercício de 2009, a DATAPREV comprou os prédios do INSS no Rio de Janeiro, em São Paulo, no Ceará, no Rio Grande do Sul, em Sergipe, em Goiás e no Piauí. A compra de todos esses imóveis está inserida, segundo o Diretor da DFS - Diretoria de Finanças e Serviços Logísticos, no trabalho de regularização de todas as ocupações de imóveis da DATAPREV. Sobre essas ações, foi informado que:

"Elas se dão através de três ações: aquisições de imóveis do INSS, quando disponíveis; locação de imóveis do INSS, quando não for possível adquirir; e locação de imóveis privados, onde não houver disponível imóvel do INSS adequado às necessidades da DATAPREV."

Além disso, completou-se:

"Todos os valores envolvidos, seja na aquisição ou locação, são definidos através de laudo de avaliação, geralmente emitido pela Caixa Econômica Federal".

Como exemplo, citamos o caso específico do prédio do Rio de Janeiro, adquirido pela DATAPREV, em dezembro de 2009, aproveitando a existência da Lei n.º 9.702/1998, de 18/11/1998, autorizando o INSS a proceder à alienação, mediante ato de autoridade competente, de bens imóveis de sua propriedade considerados desnecessários ou não vinculados às suas atividades essenciais. Deste modo, em 2009, o INSS decidiu se desfazer do prédio de sua propriedade no Rio de Janeiro e que estava cedido em regime de comodato à DATAPREV. Aproveitando o recente aumento na capacidade de investimentos da Empresa, a DATAPREV decidiu incorporar definitivamente o imóvel da Rua Álvaro Rodrigues, Botafogo, Rio de Janeiro, ao seu patrimônio, cujo processo de dispensa de licitação foi analisado por esta equipe.

Esta aquisição, que tem importância tanto estratégica quanto operacional, contribuiu para o fortalecimento institucional da Empresa e, segundo o Departamento de Logística - DELG, abriu caminho para as diversas reformas que estão em andamento visando à modernização do edifício, agora propriedade da DATAPREV.

Os resultados apresentados, portanto, coadunam-se com a finalidade da Ação 123C.

Tabela IV: Histórico da Execução dos Programas do PPA (Investimentos de Capital).

Período	Dotação Orçamentária (Valor em R\$)	Realização dos Investimentos em R\$	% de Realização dos Investimentos
2005	35.000.000,00	6.229.000,00	17,80
2006	48.320.000,00	11.473.000,00	23,74
2007	35.000.000,00	8.203.000,00	23,44
2008	60.000.000,00	25.398.000,00	42,33
2009	223.263.522,00	183.615.490,00	82,24

Fonte: OS 59/09 do AUDIN.

De um modo geral, a execução dos investimentos por parte da DATAPREV pode ser considerada excelente, pois representa a maior execução da

Unidade - 82,24%, pelo menos nos últimos 5 anos. Ressaltamos, porém, que a maior execução dos investimentos deu-se no mês de dezembro de 2009; a execução total dos investimentos até novembro era de apenas 22,80%. Esta situação pode ser explicada pela complexidade das questões envolvidas nas aquisições de bens de capital necessários para a modernização e manutenção das atividades da DATAPREV. Foi necessário que a Unidade realizasse um grande esforço estratégico para atingir tal objetivo. Este fato demonstra que são necessárias contínuas ações visando à otimização, à racionalização e à automação das etapas estabelecidas para efetivar a aquisição de bens e serviços da Empresa.

O assunto em questão já foi objeto de considerações por parte da Auditoria Interna da DATAPREV e da própria CGU, quando da avaliação da prestação de contas referente ao exercício de 2008. Destacamos, a seguir, situações ainda não completamente saneadas pela Unidade.

A Auditoria Interna da DATAPREV, como resultado do trabalho realizado na OS 59/09, recomendou à Coordenação Geral de Planejamento - CGPO que:

"Desenvolva em conjunto com as áreas executivas da Empresa, metas e indicadores pontuais para o acompanhamento das ações da DATAPREV vinculadas aos programas do PPA, encaminhando posteriormente o resultado final da proposta para apreciação e homologação da Administração Superior da Empresa".

No âmbito das recomendações exaradas pela CGU, destacamos, a seguir, a situação das recomendações ainda em implementação por parte da Unidade, relacionadas à execução dos Programas do PPA, na avaliação da gestão 2008 da Unidade:

- Recomendação 001: Prosseguir com as atividades do Grupo de trabalho que foi constituído, por intermédio da Comunicação de Serviço/PR/N.º 011/2008, visando a realização de estudos preliminares, a elaboração de Projeto Básico, Edital e a realização de certame licitatório para contratação de um sistema integrado de gestão administrativa para a DATAPREV, envolvendo as seguintes áreas/processos: pessoas, contábil, controle patrimonial, tributária, financeira, suprimentos e controladoria.

Situação - Prazo de atendimento segundo o Plano de Providências Permanente - PPP:

31/12/2010. Depende da instalação dos módulos Financeiro, de Controle Patrimonial, de Suprimentos e de Controladoria do SIGA - Sistema Integrado de Gestão Administrativa.

- Recomendação 004: Elaborar e manter um manual atualizado dos procedimentos da área de suprimentos com o objetivo de reter o conhecimento adquirido e evoluir qualitativamente no funcionamento do setor de logística da empresa.

Situação - Prazo de atendimento segundo o PPP: 30/06/2010. A atualização do Manual depende da revisão da Coordenação Geral de Consultoria Jurídica - CGCJ.

- Recomendação 005: Informatizar e alterar a coordenação do processo de compras de modo que se elimine o trâmite de autorizações fisicamente em papel.

Situação - Idem à Recomendação 001.

1.1.2.2 INFORMAÇÃO: (018)

Destacamos, a seguir, as informações concernentes ao Programa de Dispêndios Globais - PDG da DATAPREV aprovado pelo Departamento de Controle das Empresas Estatais - DEST.

Tabela V: Programa dos Dispêndios Globais - Reprogramações Orçamentárias

Valores em Reais

Rubrica	Orçamento Aprovado	Orçamento: I Reprogramação	Orçamento: II Reprogramação
Receita Operacional	676.400.000	735.084.324	669.758.944
Receita Não Operacional	42.939.131	42.510.452	46.957.510
Total das Receitas	719.339.131	777.594.776	716.716.454
Pessoal e Encargos Sociais.	315.760.704	346.699.265	346.699.265
Materiais e Produtos	3.472.907	3.581.108	3.581.109
Serviços de terceiros	116.685.663	115.680.092	104.917.151
Utilidades e Serviços	16.083.023	16.150.401	14.287.617
Tributos e Encargos Parafiscais	101.265.334	115.805.656	125.712.490
Outros Dispêndios Correntes	140.244.978	144.014.856	127.056.056
Total dos Dispêndios Correntes	693.512.609	741.931.378	722.253.688
Total dos Investimentos no Ativo Imobilizado	60.000.000	223.263.522	223.263.522
Outros Dispêndios de Capital (Dividendos)	-	-	109.991
Total dos Dispêndios de Capital	60.000.000	223.263.522	223.373.513
Total dos Dispêndios	753.512.609	965.194.900	945.627.201
Superávit / Déficit	(34.173.478)	(187.600.124)	(228.910.747)

Fonte: Relatório de Gestão 2009 da Unidade

Em resposta à SA222703/02 - referente a ação de controle específica para monitoramento permanente dos gastos da Empresa, a Unidade informou que o PDG da DATAPREV foi apresentado e discutido com o DEST que, após análise, encaminhou ao Congresso Nacional para aprovação, o que ocorreu em 18/11/2008, conforme Decreto n.º 6.647/2008. Em relação ao déficit inicial apresentado, no valor de R\$ 34,2 milhões, o mesmo ocorreu em função das despesas não recorrentes, relativas à migração dos softwares da plataforma alta para plataforma baixa no valor de R\$ 37,0 milhões, como também às despesas de capital no valor previsto de R\$ 60,0 milhões. Contudo, se consideramos o total das receitas apenas para cobrir as despesas correntes, necessárias à manutenção da Empresa, o resultado apresentado passa de uma situação deficitária para superavitária no valor de R\$ 25,8 milhões. É importante registrar, ainda, que o déficit apresentado estava plenamente coberto pela variação do disponível financeiro que apresentava resultado de R\$ 43,6 milhões.

Em 30/09/2009, o déficit de R\$ 22.535.044,00 (vinte e dois milhões, quinhentos e trinta e cinco mil e quarenta e quatro reais) continuou coberto pela variação do disponível financeiro, cujo valor, na mesma data, era de R\$ 68,1 milhões.

A Unidade informou que, com relação à 1ª Reprogramação, o déficit previsto para 31/12/2009, no valor de R\$ 187.600.124,00 (cento e oitenta e sete milhões, seiscentos mil, cento e vinte quatro reais), continuaria sendo coberto pela variação do disponível financeiro. Informou ainda que, na 2ª Reprogramação, também aprovada pelo DEST/MP, chegou-se a um valor do déficit orçamentário estimado de R\$ 228,9

milhões, que estaria coberto pela variação do disponível prevista de R\$ 232,8 milhões, ao final do corrente exercício. Em 31/12/2009, o déficit orçamentário real foi de R\$ 155,5 milhões e a variação do disponível foi suficiente para cobri-lo.

Quanto aos possíveis impactos no Programa de Participação nos Lucros e Resultados - PPLR - 2009 da Empresa, a Unidade informou que o déficit/superávit orçamentário não necessariamente tem relação com o resultado (lucro).

Tabela VI: Programa dos Dispêndios Globais - Resumo Execução 2009
Valores em Reais

Rubrica	Orçamento Final	Total Realizado até Dez / 2009	% Realizado Do Reprogramado
Receita Operacional	669.758.944	665.812.014	99,41
Receita Não Operacional	46.957.510	44.016.560	93,74
Total das Receitas	716.716.454	709.828.574	99,04
Pessoal e Encargos Sociais.	346.699.265	327.612.020	94,49
Materiais e Produtos	3.581.109	2.590.646	72,34
Serviços de terceiros	104.917.151	96.091.581	91,59
Utilidades e Serviços	14.287.617	14.252.836	99,76
Tributos e Encargos Parafiscais	125.712.490	106.244.471	84,51
Outros Dispêndios Correntes	127.056.056	132.033.350	103,92
Total dos Dispêndios Correntes	722.253.688	678.824.904	93,99
Total dos Investimentos no Ativo Imobilizado	223.263.522	183.615.490	82,24
Outros Dispêndios de Capital (Dividendos)	109.991	2.878.212	2.616,77
Total dos Dispêndios de Capital	223.373.513	186.493.702	83,49
Total dos Dispêndios	945.627.201	865.318.605	91,51
Superávit / Déficit	(228.910.747)	(155.490.031)	(67,92)

Fonte: Relatório de Gestão 2009 da Unidade

Segue uma breve análise sobre a execução do PDG:

1) Receita Operacional: A Receita Operacional da DATAPREV é oriunda da prestação de serviços, com destaque para o INSS, que é o seu principal cliente, participando com 68,8% do faturamento total da receita no exercício.

A dotação inicial aprovada, no valor de R\$ 676,4 milhões, foi reprogramada para R\$ 669,8 milhões. A redução da dotação aprovada em R\$ 6,6 milhões foi realizada em razão da expectativa de redução do faturamento junto à Secretaria da Receita Federal - SRFB e ao Ministério do Trabalho e Emprego - MTE o que, no final do exercício, em relação à SRFB, acabou se concretizando.

Findo o exercício de 2009, observa-se que a realização total dessa rubrica atingiu 99,4% do orçamento total previsto.

2) Receita não Operacional: A execução orçamentária dessa rubrica ficou em 93,4% do orçamento previsto para o exercício, atingindo R\$ 44,0 milhões. O item de receita que mais participou com esta execução foi Receita sobre Aplicações Financeiras com uma realização de R\$ 18,8 milhões.

3) Pessoal e Encargos Sociais: Este é o dispêndio mais representativo nas contas da Empresa, com um orçamento inicialmente aprovado de R\$ 315,8 milhões, posteriormente suplementado em R\$ 30,9 milhões. Esta suplementação foi balizada, principalmente, em função da implantação do novo Plano de Cargos e Salários.

A execução orçamentária dessa rubrica no exercício totalizou R\$ 327,6

milhões, 94,49% do total estimado para o exercício.

4) Materiais e Produtos: A execução orçamentária desta rubrica atingiu o montante de R\$ 2,6 milhões, ficando 27,7% abaixo da expectativa de realização para o exercício. O item de despesa que mais contribuiu para esta execução abaixo do previsto foi a despesa com material de consumo para impressoras, que ficou bem abaixo da expectativa.

5) Serviços de Terceiros: Esta rubrica apresentou, no encerramento do exercício, uma execução orçamentária de R\$ 83,3 milhões, atingindo 96,0% do orçamento aprovado, apresentando, conseqüentemente, um saldo de R\$ 8,8 milhões. Este saldo é resultante, basicamente, de o fornecedor da consultoria técnica para migração de sistemas não ter apresentado os produtos dentro da expectativa de desembolso programada.

6) Utilidades e Serviços: Esta rubrica teve sua dotação inicial aprovada em R\$ 16,0 milhões, posteriormente reformulada para R\$ 14,3 milhões. Findo o exercício, essa expectativa se materializou, tendo esta rubrica uma execução orçamentária praticamente igual ao orçamento final aprovado com 99,76% de realização.

7) Tributos e Encargos Parafiscais: Esta rubrica teve sua dotação inicial aprovada em R\$ 101,3 milhões, posteriormente suplementada em R\$ 24,4 milhões. A execução orçamentária atingiu 84,51% do orçamento previsto.

8) Outros Dispêndios Correntes: Esta rubrica teve sua dotação inicial aprovada em R\$ 140,2 milhões, posteriormente reformulada para R\$ 127,0 milhões. Tal redução, no valor de R\$ 13,2 milhões, teve como base, principalmente, a reavaliação da expectativa de execução das despesas com locação de software, circuito de transmissão de dados, dentre outras de menor impacto.

A execução orçamentária desta rubrica atingiu o montante de R\$ 132,0 milhões, ultrapassando em 3,92% a dotação final aprovada. Registra-se que apesar desta rubrica ter ultrapassado a sua dotação, o total geral dos dispêndios correntes ficou dentro do limite aprovado.

9) Dividendos: Valor previsto de R\$ 0,1 milhão em face de previsão de lucro residual para o exercício. Em função do resultado final do exercício, que superou a expectativa prevista, houve incremento de R\$ 2,8 milhões em relação ao valor do orçamento final.

1.1.2.3 INFORMAÇÃO: (019)

Listamos, a seguir, os 13 Programas, os quais se desdobram em 53 Ações, não vinculados ao PPA, criados pela DATAPREV para ajudar em sua gestão interna.

Tabela VII: Programas Internos não Vinculados ao Plano Plurianual - PPA

Programa	Objetivo Geral	Objetivos Específicos
1. Programa Modernização dos Sistemas do Ministério do Trabalho e Emprego	Modernização Tecnológica dos sistemas de informações do MTE.	Não há.

Programa	Objetivo Geral	Objetivos Específicos
2. Programa Modernização dos Sistemas do Regime Geral da Previdência Social - Implantação dos Sistemas de Benefício do Novo Modelo de Gestão - NMG	Desenvolver os sistemas do Novo Modelo de Gestão do INSS.	Não há.
3. Programa Modernização dos Sistemas de Regimes Próprios da Previdência Social	Desenvolver e implantar sistemas para atender aos processos de negócios da SPS.	Atualização tecnológica das aplicações em produção; revisão de conceitos e regras de negócio dos sistemas; upgrade de plataforma dos sistemas; desenvolvimento de novas aplicações.
4. Programa Modernização dos Sistemas de Previdência Complementar	Desenvolver e implantar sistemas de forma a atender aos processos de negócio da SPC - Secretaria de Previdência Complementar do MPS.	Desenvolver sistemas de gestão dos cadastros de planos de benefícios e EFPCs; aprimoramento dos sistemas de captação dos dados contábeis, de investimento e estatísticos; implementar sistemas para a área de fiscalização; e desenvolver aplicações de informações gerenciais e gestão documental.
5. Programa Atualização dos Sistemas Legados do Regime Geral da Previdência Social	Desenvolver e implantar novas versões dos sistemas atuais de forma a atender às demandas dos clientes.	Manter os sistemas atuais devidamente aderentes à legislação vigente e às regras de negócio definidas pelo cliente, até que os mesmos sejam substituídos pelos novos sistemas do NMG.
6. Programa Atualização dos Sistemas Legados da Receita Federal do Brasil	Desenvolver e implantar novas versões dos sistemas atuais de forma a atender as demandas dos clientes	Manter os sistemas atuais devidamente aderentes à legislação vigente e às regras de negócio definidas pelo cliente, até que os mesmos sejam substituídos por novos sistemas que atendam aos novos processos da Receita Federal do Brasil.
7. Programa Desenvolvimento e Otimização de Competências Gerenciais e Profissionais	Desenvolver, implementar e avaliar uma política de gestão de pessoas capaz de recrutar ou desenvolver os perfis necessários ao novo padrão tecnológico e de gestão por resultados, motivá-los e retê-los, para que a organização tenha condições de cumprir os compromissos pactuados com seus clientes.	Não há.
8. Programa de Qualidade de Vida	Redução do absenteísmo, aumento da produtividade, melhoria da motivação e do comprometimento com o trabalho.	Não há.

Programa	Objetivo Geral	Objetivos Específicos
9. Programa de Melhoria do Processo de Desenvolvimento de Software	Tornar o processo de desenvolvimento de software da DATAPREV compatível com os modelos de maturidade de âmbito nacional (MPS-BR) e internacional (CMMI, ISO, PMBOK, ITIL, COBIT), além de incentivar o corpo técnico da empresa na obtenção de certificações profissionais (PMP, CTFL, CSTE, CSQA, CFPS, ITIL, entre outros).	Aumentar a satisfação do cliente em relação à qualidade dos produtos de software entregues.
10. Programa de Melhoria do Processo de Sustentação de Soluções	Manter a disponibilidade dos Serviços dentro dos ANS contratados.	Identificação e Registro de todos eventos dos ambientes de Produção.
11. Programa de Segurança da Informação	Aumentar o nível de segurança nos ambientes, infraestrutura, recursos e produtos da DATAPREV.	Implementar procedimentos gerenciais e operacionais para incrementar a segurança física e lógica nos ambientes da Empresa, bem como nos seus produtos e serviços.
12. Programa Software Livre	Aumentar o uso de programas de código aberto, que permitirá a redução dos custos das soluções desenvolvidas pela DATAPREV, além de permitir maior flexibilidade e customização dos produtos utilizados pelos clientes.	Não há.
13. Programa de Gestão Sócioambiental e Promoção da Cidadania Plena	Gestão da Responsabilidade Socioambiental e de apoio a iniciativas que promovam a cidadania plena.	Possibilitar o acesso das camadas sociais mais carentes ao conhecimento básico da informática e aos serviços públicos na Internet, dando prioridade aos serviços previdenciários e promovendo a disseminação do PEP - Programa de Educação Previdenciária.

Fonte: Relatório de Gestão 2009 da DATAPREV

Os Programas acima encontram-se distribuídos pelas diferentes Diretorias da DATAPREV, conforme a tabela a seguir:

Tabela VIII: Programas/Ações por Diretoria

Departamento	Quantidade de Programas	Quantidade de Ações
DRD - Diretoria de Relacionamento, Desenvolvimento e Informações.	8	27
DPE - Diretoria de Pessoas	3	14
DIT - Diretoria de Infraestrutura de TIC	2	12
TOTAL:	13	53

Fonte: Análise CGU

Os 18 diferentes tipos de classificação das Ações utilizadas pela

Unidade se distribuem conforme a tabela a seguir:

Tabela IX: Tipos de Classificação das Ações

Tipo da Ação	Quantidade
Desenvolvimento de Sistemas	16
Definição e Qualidade de Processos de Desenvolvimento	1
Implantação/Disseminação da Suite de Desenvolvimento	1
Capacitação Qualidade de Software	1
Composição/definição Equipe Qualidade de Software	1
Melhoria e Qualidade no Desenvolvimento de Software	1
Estruturação Funcional	1
Internalização de sistemas	2
Modernização plataforma tecnológica	1
Implantação/Disseminação de sistemas	2
Prospecção Tecnológica	1
Gestão de serviço de TIC	3
Gestão de segurança de informação	9
Ação de inclusão social por meio do conhecimento da informática	1
Ação educativa de promoção da cidadania plena	1
Ação para a preservação de recursos naturais e valorização da reciclagem como bem econômico e social	2
Ação para prover a Responsabilidade Socioambiental de orientações atualizadas e adequadas sobre normalização	1
Valorização de Pessoas	8
TOTAL:	53

Fonte: Análise CGU

Destacamos as nove ações referentes à Gestão de segurança de informação, que demonstram as atitudes tomadas de forma direta pela Unidade no sentido de melhorar seus Controles Internos.

1.1.2.4 INFORMAÇÃO: (020)

Constam, do Relatório de Gestão 2009 da Unidade, os 24 Indicadores a seguir apresentados (oito de desempenho, três de carga de trabalho e 13 de gestão empresarial):

Tabela X: Indicadores:

Classificação	Nome	Objetivo / Utilidade	Fórmula	Método de Aferição
Indicadores de Desempenho (Produtos e Serviços)	TMA - Tempo Médio de Atendimento ao Usuário dos produtos e serviços da DATAPREV	Verificar se a meta estipulada foi alcançada e também analisar o tempo médio de atendimento em relação aos anos anteriores, verificando a resposta do processo aos novos procedimentos implantados.	$TMA = STA / TCP$ onde: TMA = Tempo médio de atendimento para todos os chamados registrados pela Central de Serviços, que tenham sido concluídos no ano considerado. STA = Somatório dos tempos de atendimento de todos os chamados concluídos no período, considerando-se a data de início de atendimento na Central de Serviços até a data da solução. TCP = Total de chamados concluídos no período	Consultar as bases de dados do SART (sistema de disponibilização de informações e estatísticas relativas ao comportamento dos equipamentos de informática), apurando-se todos os chamados concluídos no período considerado e efetuando-se o somatório do tempo gasto para a solução destes.
	ISCS - Índice de Solução da Central de Serviços	Verificar o percentual de solução da Central de Serviços e permitir acompanhar a evolução do serviço em relação aos anos anteriores, verificando se os procedimentos adotados apresentaram alteração no perfil da Central de Serviços.	$ISCS = CRSCS / CR$ onde: ISCS = índice de chamados solucionados na Central de Serviço CRSCS= Chamados registrados e solucionados na Central de Serviços no período considerado CR= Chamados registrados no período considerado	Pesquisa nas bases de dados do SART, apurando-se todos os chamados que tenham sido solucionados pela DATAPREV sem a intervenção de empresas contratadas ou de outras áreas técnicas da empresa. Utiliza-se apenas a participação dos técnicos que trabalham na Central de Serviços.
	DRAI - Disponibilidade e de Rede para acesso dos Cidadãos aos Serviços de Previdência Social na internet	Apresentar a disponibilidade dos circuitos de comunicação de dados da Rede da Previdência Social necessários para que os serviços da Previdência na Internet sejam acessados pelo cidadão.	$((1 - (TII/QMM)) \times (1 - (TIBN/QMM))) \times 100$ Onde: TII - Tempo de Indisponibilidade Mensal da Internet TIBN - Tempo de Indisponibilidade Mensal do Backbone Núcleo QMM - Quantidade de Minutos no Mês	Acompanhamento dos registros de indisponibilidade dos circuitos.
Indicadores de Desempenho (Resultados Alcançados)	EFG - Evolução do Faturamento Global	Medir o crescimento do faturamento do Ano em relação ao Ano anterior.	$EPG = ((FTA/FTAA) - 1) \times 100$ Onde FTA é o Faturamento Total do Ano e FTAA é o Faturamento Total do Ano Anterior.	Grupo de Contas 31XX-XX do Balancete da Contabilidade
	RPL - Rentabilidade sobre Patrimônio Líquido	Medir a eficiência gerencial na utilização dos recursos próprios e de terceiros em benefício dos acionistas, ou seja, medir a taxa de remuneração do Capital Próprio.	$RPL = LL / PL \times 100$ Onde: RPL = Rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido LL = Lucro (Prejuízo) Líquido PL = Patrimônio Líquido	Aplicação da fórmula com base nos dados extraídos do balanço.
	MO - Margem Operacional	Medir a relação entre o Lucro/Prejuízo Operacional e a Receita Operacional Líquida.	$MO = LO / ROL \times 100$ Onde: MO = Margem Operacional LO = Lucro Operacional ROL = Receita Operacional Líquida	Aplicação da fórmula com base nos dados extraídos do balanço.

Classificação	Nome	Objetivo / Utilidade	Fórmula	Método de Aferição
	LC - Liquidez corrente	Medir a capacidade da Empresa em saldar suas obrigações de curto prazo. Quando o resultado for maior que 1, significa que há mais recursos disponíveis no prazo de até um ano do que obrigações de pagamentos de igual prazo. Quando o resultado for menor que 1, significa exatamente o contrário.	$LC = AC/PC$ Onde: LC = Liquidez Corrente AC = Ativo Circulante PC = Passivo Circulante	Aplicação da fórmula com base nos dados extraídos do balanço
	EBITDA / LAJIDA - Lucro antes de Juros, Impostos, Depreciações e Amortização	Medir a capacidade da empresa na geração de recursos próprios, obtidos por meio das atividades operacionais.	$EBITDA = \text{Lucro ou prejuízo operacional excluindo-se os juros, impostos, depreciações e amortizações, provisões p/litígios trabalhistas, litígios cíveis, litígios fiscais e passivo atuarial no período de referência.}$	Aplicação da fórmula com base nos dados extraídos da demonstração do resultado do exercício e do balancete.
Indicadores Internos de Desempenho (Carga de Trabalho)	CEPB - Créditos emitidos para Pagamento de Benefícios	-Aferir a variação percentual do número de créditos emitidos em cada exercício, projetando a demanda de trabalho de Empresa.	$\% \text{ CEPB} = (\sum \text{CE} (A + 1) \times 100 / \sum \text{CE}) - 100$ Onde: CE = Créditos Emitidos A = Ano	Comparação do índice quantitativo de variação de Créditos Emitidos em cada exercício.
	GA - Guias de Arrecadação	Aferir a quantidade de guias dos contribuintes armazenadas nas bases de dados para projetar a demanda futura da Empresa sobre os sistemas de arrecadação.	Somatório de guias armazenadas nas bases de dados.	Sumarização automatizada da quantidade de guias armazenadas no banco de arrecadação por ano (2006, 2007, 2008 e 2009 respectivamente)
	ICVE - Índice de Crescimento de Vínculos Empregatícios	Aferir quantitativamente a variação da massa de empregados com vínculos empregatícios, projetando a demanda de trabalho da Empresa.	$ICVE = ((TVE(\text{ano}) / TVE(\text{ano anterior})) - 1) \times 100$ Onde: ICVE: Índice de Crescimento de Vínculos Empregatícios, expresso em forma percentagem TVE: Total de Vínculos Empregatícios	O TVE é a contagem direta da quantidade total de vínculos empregatícios armazenados no CNIS, realizada no final de cada ano. A comparação dos TVE apurados em dois anos consecutivos origina o ICVE, que aponta a variação do crescimento anual dos vínculos empregatícios armazenados no CNIS.
Indicadores Internos de Desempenho (Gestão Empresarial)	IMI - Imagem Institucional	Verificar a participação da DATAPREV na imprensa e qualificar este número através do batimento do dado gerado pelas notícias positivas e informativas em contraponto às notícias negativas	$IMI = TPI / TN (523/139 = 3,76)$ IMI = Imagem Institucional TP = Total de notícias positivas e informativas TN = Total de notícias negativas	A verificação é diária e se dá pela busca em indexadores de notícias, como o Google Notícias, consultas aos sistemas de clipping da EBC (Empresa Brasil de Comunicação), ao Clipping Clipping (empresa especializada em clipping que presta serviço ao Ministério da Previdência Social), e a consulta aos principais jornais de circulação nacional. Relatórios mensais são consolidados e ficam disponíveis para consulta na intranet.

Classificação	Nome	Objetivo / Utilidade	Fórmula	Método de Aferição
	FCI Fortalecimento do Controle Interno	- Mede o fortalecimento do controle interno como resultado da implementação das ações recomendadas pelos órgãos de controle (Auditoria Interna, CGU/SFC, TCU), no período de referência.	$FCI = \frac{TRREG}{(TRPEND + TRGER)} * 100$ TRREG - Total de recomendações regularizadas no exercício TRPEND - Total de recomendações pendentes no último dia do exercício anterior TRGER - Total de recomendações geradas no decorrer do exercício	A fonte das informações que integram este indicador é o Sistema de Auditoria Informatizada (AUDIN), sistema através do qual a Auditoria Interna efetua o acompanhamento das recomendações destinadas aos Órgãos da Empresa. Para o cálculo de índice foram consideradas todas as recomendações regularizadas no exercício, todas as recomendações pendentes relativas aos exercícios anteriores e todas as recomendações geradas durante o exercício.
	ECHGP Evolução dos Custos com Locação de Hardware de Grande Porte	- Mede a evolução dos custos com Locação de Hardware de Grande Porte atual em relação ao exercício anterior.	$ECHGP = \{ [CHGP a / CHGP a - 1] - 1 \} * 100$ CHGP a = Custos com a locação de Hardware de Grande Porte do exercício atual CHGP a - 1 = Custos com a locação de Hardware de Grande Porte do exercício anterior	Os dados para elaboração do indicador são extraídos da base de dados da contabilidade e migrados para uma base na área de custos. Após análise, consideram-se somente os lançamentos à conta de locação de imobilizado técnico (Unidade Central) - natureza "Serviços".
	EPLS Evolução da Proporção de Custos de Locação de Software demais software em relação ao software de plataforma alta	- Mede a evolução da proporção dos custos de locação de Software de Plataforma Alta em relação aos demais Software do exercício atual em relação ao exercício anterior.	$EPLS = \{ [(CLDS a / CLDS a - 1) - 1] * 100 \} / \{ [(CLSPA a / CLSPA a - 1) - 1] * 100 \}$ EPLS = Evolução da proporção dos custos de locação de demais software em relação ao software de Plataforma Alta CLDS a = Custos locação de demais Software do exercício atual CLDS a - 1 = Custos locação de demais Software exercício anterior CLSPA a = Custos locação de Software de Plataforma Alta do exercício atual CLSPA a - 1 = Custos locação de demais Software de Plataforma Alta do exercício anterior	Os dados para elaboração do indicador são extraídos da base de dados da contabilidade e migrados para uma base na área de custos. Após análise, consideram-se somente os lançamentos à conta de locação de imobilizado técnico (Software) - natureza "Serviços".

Classificação	Nome	Objetivo / Utilidade	Fórmula	Método de Aferição
	EPMS - Evolução da Proporção dos Custos de Manutenção de demais Softwares de plataforma alta	Mede a evolução da proporção dos custos com a manutenção de Softwares de Plataforma Alta em relação aos demais Softwares do exercício atual em relação ao exercício anterior.	$EPMS = \left\{ \left[\left(\frac{CMDS\ a}{CMDS\ a - 1} \right) - 1 \right] * 100 \right\} / \left\{ \left[\left(\frac{CMSPA\ a}{CMSPA\ a - 1} \right) - 1 \right] * 100 \right\}$ <p>EPMS = Evolução da proporção dos custos de manutenção de demais softwares em relação aos softwares de Plataforma Alta</p> <p>CMDS a = Custos manutenção de demais Softwares do exercício atual</p> <p>CMDS a - 1 = Custos manutenção de demais Softwares exercício anterior</p> <p>CMSPA a = Custos manutenção de Softwares de Plataforma Alta do exercício atual</p> <p>CMSPA a - 1 = Custos manutenção de demais Softwares de Plataforma Alta do exercício anterior</p>	Os dados para elaboração do indicador são extraídos da base de dados da contabilidade e migrados para uma base na área de custos. Após análise, consideram-se somente os lançamentos à conta de manutenção, conservação e reparos de imobilizado técnico (Software) - natureza "Serviços".
	ERCR - Evolução do Grau de Realização do Contas a Receber	Demonstrar o percentual de recebimentos em relação ao faturamento.	$ERCR = \left[\left(\frac{CRA-1 + ROB - CRA}{ROB} \right) * 100 \right]$ <p>Onde:</p> <p>ERCR = Evolução do grau de Realização do Contas a Receber</p> <p>CRA-1 = Contas a Receber do Ano Anterior</p> <p>CRA = Contas a Receber do Ano Atual</p> <p>ROB = Receita Operacional Bruta</p>	Aplicação da fórmula com base nos dados extraídos do balancete.
	VDT - Variação da Despesa Total	Avaliar o comportamento da despesa total de um período de referência em relação a igual período anterior.	$VDT = \left\{ \left[\frac{DTa}{DTa-1} \right] - 1 \right\} * 100$ <p>Onde:</p> <p>VDT = Variação da Despesa Total</p> <p>Dta = Despesas Totais no Ano Atual</p> <p>Dta-1 = Despesas Totais no Ano Anterior</p>	Aplicação da fórmula com base nos dados extraídos do balancete.
	IMA - Índice de Marcos Alcançados	Mostra o percentual de cumprimento dos marcos previstos para realização do exercício. Os marcos são estabelecidos no Plano Estratégico da Empresa e são identificados por meio dos Programas de Execução aprovados pela Diretoria Executiva.	$IMA = \left[\frac{(p1*M1) + (p2*M2) + \dots + (pn*Mn)}{(p1+p2+ \dots +pn)} \right] + 1$ <p>Onde:</p> <p>n = quantidade de Marcos</p> <p>p = peso, podendo assumir os seguintes valores:</p> <p>1 (um) = Marco Intermediário</p> <p>2 (dois) = Marco Final</p> <p>0 (zero) = Marco Anulado</p> <p>M = Valor do Marco, podendo assumir:</p> <p>1 (um) = Marco Alcançado</p> <p>-0,25 = Marco Não Alcançado (negativo)</p>	Informações obtidas a partir do Planejamento da Migração em 2009.
	VBDr - Volume de Dados de Aplicação Relacional	Medir a relação do volume de dados que utilizam aplicações de SGBD Relacionais (Oracle + SQL Server) e o volume total de dados (incluindo DMSII, o SGBD do ambiente mainframe), no período em referência.	$VBDr = \left(\frac{VDBR}{VDBT} \right) * 100$	O indicador se baseia na relação dos volumes dos dados (em Terabytes) armazenados em bancos de dados nas respectivas tecnologias de SGBD, cujo levantamento é coletado a partir de ferramentas (SBD, DBATools, SQL Server) e consultas diretas às bases de dados.

Classificação	Nome	Objetivo / Utilidade	Fórmula	Método de Aferição
	IPB - Projetos em Plataforma Baixa	Medida da adequação tecnológica. O Plano de Modernização Tecnológica prevê o desenvolvimento de novos sistemas em plataforma aberta de forma a permitir a independência de fornecedores. O indicador é uma medida do resultado dos esforços para a migração tecnológica.	$IPPB = QPC / QTP$ onde, QPB - quantidade de projetos em plataforma baixa QTP - quantidade total de projetos	No ano, são contabilizados os projetos em plataforma baixa e os que utilizam mainframe. São considerados os projetos em planejamento, em andamento e os concluídos, cancelados e suspensos durante o ano.
	ICP - Índice de Projetos com Cronograma dentro do Prazo	O ICP é uma das medidas para verificação do cumprimento dos compromissos de prazos acordados com os clientes.	$ICPt = (QACPt / QTAt) * FPE + (QICPt / QTIt) * FPI$ onde, ICPt - índice de projetos com cronograma dentro do prazo no período t; QACPt - quantidade de projetos externos com cronograma dentro do prazo previsto no período t; QTAt - quantidade total de projetos externos existentes no período t; QICPt - quantidade de projetos internos com cronograma dentro do prazo previsto no período t; e QTIt - quantidade total de projetos internos existentes no período t. FPE e FPI são, respectivamente, os fatores de ponderação dos projetos externos e internos. O ICP constitui-se, portanto, numa média ponderada entre os projetos externos e os internos, convencionou-se que FPE = 0,2 e FPI = 0,8.	Informação obtida a partir do Relatório Mensal de Acompanhamento de Projetos.
	C-ANS Cumprimento dos Acordos de Níveis de Serviços	Mostra o índice de atendimento aos níveis de serviço estabelecidos em contratos com os clientes. Representa a média aritmética entre os Índices de Cumprimento de cada Acordo de Nível de Serviço (IC).	$C-ANS = (IC1 + IC2 + \dots + ICn) / n$, Onde: (n) é a quantidade de Acordos de Nível de Serviço estabelecidos.	1 - Os Índices de Cumprimento (IC) são calculados pela razão entre o valor alcançado (realizado) e o valor acordado em contrato. O Índice de Cumprimento deve assumir valores limitados no intervalo de 0 a 2; 2 - Cálculo da média aritmética entre os Índices de Cumprimento de cada Acordo de Nível de Serviço (IC).
	PMDFT Percentual Médio da Força de Trabalho	Medir a disponibilidade da força de trabalho em dias.	$PMDFT = 100 - (TDA/TDH) * 100$ TDH = NE x NDU TDA = Total de Ausência ao trabalho (Nº de dias) TDH = Total de Homens Dias (Nº de dias) NE = Nº de Empregados (Quantidade de Empregados) NDU = Nº de Dias Úteis (nº de dias)	Sistema de Gestão de RH.

Fonte: Relatório de Gestão 2009 da DATAPREV.

Dentre os 24 indicadores, evidenciamos que 23 estão assim distribuídos tendo em vista a área responsável pelo cálculo:

Tabela XI: Indicadores segundo a área responsável

Área	QTDE	%
Presidência - PRES (SUAT, COAT, CGAU, CGPO e CGCO)	5	20,8
Diretoria de Finanças e Serviços Logísticos - DFS (DEGC, DICT e DIPN)	10	41,7
Diretoria de Relacionamento, Desenvolvimento e Informações - DRD (CGCC, CGPS e DEBC)	4	16,7
Diretoria de Relacionamento, Desenvolvimento e Informações - DRD (DERC e DETC)	2	8,3
Diretoria de Infraestrutura de TIC -DIT (DESI, DSDB, DERE e DITG)	2	8,3
Diretoria de Pessoas - DPE	1	4,2
TOTAL	24	100,0

Fonte: Análise CGU.

Analisando o quadro acima, percebemos que só há um indicador relacionado à Diretoria de Pessoal e que 33,3% dos indicadores refletem o que se passa na área fim da Unidade - Tecnologia da Informação (representados pelos 8 indicadores que são de responsabilidade da DIT e da DRD), enquanto 66,7% dos indicadores referem-se à sua área meio.

Durante o exercício de 2009, essa CGU analisou a performance dos oito Indicadores de Gestão Empresarial, classificados pela Unidade como tal, no período de janeiro a dezembro de 2009, que foram sete indicadores descritos na Tabela III, a saber, TMA, RPL, ICP, C-ANS, VBDr, PMDFT e IMA, além do Indicador de Aquisições Críticas de Itens de Investimento - IAQC, cuja meta mede-se em percentual.

De um modo geral, verificou-se que, apesar de a medição desses indicadores ser identificada separadamente mês a mês, sua avaliação, com a consequente tomada de decisões, é efetuada somente trimestralmente.

Tabela XII: Medição dos Indicadores de Gestão Empresarial

Indicador	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Meta 2009
TMA	1,43	1,71	1,65	1,62	1,71	1,85	1,63	1,39	1,56	1,69	1,72	1,63	1,83
RPL (+)	(0,15)	2,52	(0,05)	1,46	2,44	3,42	4,63	4,92	1,85	6,68	12,43	5,93	5,00
ICP	0,85	0,82	0,81	0,78	0,77	0,77	0,74	0,84	0,85	0,63	0,52	0,41	0,66
C-ANS	1,05	1,04	1,06	1,05	1,06	1,06	1,06	1,04	1,05	1,05	1,05	1,06	1
VBDr	70,56	70,58	71,47	71,74	72,48	72,80	73,06	74,47	74,62	75,41	75,90	75,98	79,68
PMDFT	94,80	95,02	94,30	95,23	94,92	95,42	93,78	94,41	73,87	94,70	94,81	92,45	94,33
IMA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	70,00
IAQC	11,11	12,22	12,22	17,78	18,89	21,11	21,11	24,11	24,24	24,24	24,44	34,78	100,00

Fonte: Resposta dos itens 3 e 4 da SA228438/01.

(*) Temos que somar os valores deste indicador, pois o valor acumulado é o que deve ser comparado com a meta.

(+) Estes Indicadores apresentam as medidas mês a mês e a medida do acumulado até determinado período.

Os gestores de cada Indicador de Gestão Empresarial analisam o resultado trimestral e o publicam na intranet.

O Indicador TMA não apresentou desvio significativo em relação a sua meta, desta forma não cabem "medidas gerenciais de correção".

Os Indicadores RPL, C-ANS, VBDr e PMDFT apresentaram a execução de suas metas em patamar superior a 95% do previsto e até superadas em alguns casos.

Os indicadores ICP, IMA e IAQC não atingiram sua meta e/ou apresentaram problemas em suas medições, os quais detalhamos a seguir:

Quanto ao ICP:

A Unidade analisou a performance desse indicador da seguinte forma:

"O valor do ICP apresentou um decréscimo significativo em outubro devido ao atraso verificado no cronograma de mais 27 projetos. Nos projetos do CNIS, as solicitações de mudança ainda não assinadas pelo cliente configuram atrasos uma vez que os gestores já estão trabalhando com as novas datas no cronograma. Em alguns projetos do SIBE I o atraso no cronograma se deve principalmente ao desvio de técnicos das equipes dos projetos para atividades de manutenção dos produtos já entregues. Nos projetos BG do MTE, o atraso no cronograma se deve a dois fatores ao não-aporte de técnicos oriundos dos projetos transacionais, cuja fase de desenvolvimento não foi encerrada na data prevista e atrasos na disponibilização da infraestrutura.

Em novembro, o valor do indicador diminuiu em relação ao mês de outubro devido à fórmula de cálculo que utiliza a média ponderada dos indicadores dos projetos internos e externos. A quantidade de projetos internos com cronograma em atraso diminuiu de 39 em outubro para 29 em novembro, fazendo com que o indicador dos projetos internos aumentasse de 0,53 para 0,65. Por outro lado, como os três projetos de desativação, classificados como externos, passaram a ter cronogramas em atraso neste mês, o indicador de projetos externos passou de 1,00 para 0,00. Como resultado do cálculo, o valor do ICP sofreu significativo decréscimo."

Consideramos justificada a realização da meta do indicador ICP.

Quanto ao IMA:

A aferição do IMA foi dificultada pela ausência de ferramenta automatizada (E-Car - em fase de homologação pelo gestor do processo de migração) de acompanhamento, no nível estratégico, dos cumprimentos dos marcos estabelecidos. Além disso, o cronograma inicial do Projeto de Migração, referência para o cálculo do IMA, foi totalmente reprogramado no decorrer de 2009, fato que desestabilizou os resultados apresentados no cálculo do indicador. Entretanto, o acompanhamento do cumprimento do cronograma do Projeto Migração é realizado utilizando-se outros métodos, inclusive com reuniões de controle periódicas com o Tribunal de Contas da União, tendo como consequência a adoção de medidas gerenciais corretivas.

A medição do indicador é baseada nas datas planejadas das Ordens de Serviço do Processo de Migração. Cada Marco corresponde a uma data planejada. A data planejada possui uma tolerância de 10 dias antes que o atraso seja efetivamente considerado. A medição considera se está atrasado ou não (Valor Binário), não há peso quanto ao tamanho do atraso (dias de atraso), ou seja, o fato de estar mais atrasado não implica em uma penalização maior. A cada 4 marcos atrasados é anulado um marco no prazo correto. O Marco final tem peso 2 em relação aos

marcos intermediários (mesmo que haja atraso nas etapas intermediárias do projeto, fora do caminho crítico ou com compensação dos atrasos pela realização de outras etapas em menos tempo do que o previsto, o projeto ainda pode ser entregue no prazo).

Apesar de todo o esforço realizado pela Unidade, não foi possível obter nenhuma medição desse indicador durante o exercício de 2009.

A Unidade assim analisou, em seu Relatório de Gestão, a execução esse indicador:

"No ano de 2009, todos marcos adotados para compor o IMA tiveram origem no planejamento da Migração, incluindo ações relacionadas com as Ordens de Serviço contratadas junto ao consórcio Bricon, responsável pelo processo de conversão dos códigos e dados; desenvolvimento dos projetos relacionados com a modernização do CNIS; disponibilização da infraestrutura tecnológica; aquisições e capacitações. A maioria dos marcos estava relacionada com as Ordens de Serviço contratadas.

Ocorreram sucessivas revisões nos cronogramas acordados com o Consórcio Bricon, com reflexos significativos no indicador IMA, provocando instabilidade na sua fórmula de cálculo, pois os marcos de um mês não eram os mesmos do mês seguinte. Aliado à ausência de ferramenta automatizada de acompanhamento dos cumprimentos dos marcos, estes fatores inviabilizaram a operacionalização necessária para coleta dos dados que compõem o indicador.

Vale ressaltar que outras formas de acompanhamento foram adotadas e que não houve prejuízo no acompanhamento das ações da Migração, tais como: relatórios analíticos periodicamente elaborados e reuniões mensais com o Tribunal de Contas da União. Outra iniciativa de ajuste foi a decisão de implementação da ferramenta e-Car para acompanhamento estratégico da Migração, a qual está em fase de homologação pelo gerente do projeto. Entretanto, o IMA não será mantido para o exercício de 2010."

Consideramos justificada a realização da meta do indicador IMA.

Quanto ao IAQC:

O desempenho do IAQC tem evidenciado a necessidade de otimizar o processo de aquisição de bens e serviços, com a intenção de agilizar a execução das atividades. A DATAPREV inseriu no seu Planejamento Estratégico 2010/2015 a otimização deste processo, e vem buscando melhorar os instrumentos normativos que orientam o processo, simplificar procedimentos e reforçar o controle da execução.

Segue a análise da Unidade sobre o indicador em questão:

"O índice de aquisições críticas, IAQC, encerrou o exercício do ano de 2009, com índice de realização de 34,78%. Paradoxalmente, a DATAPREV encerrou o exercício com a melhor realização de investimentos de sua história.

Esta situação paradoxal ratifica a inabilidade de o indicador mensurar o aspecto para o qual foi projetado - medir a habilidade da Empresa em adquirir itens de investimento considerados críticos pela sua administração.

A razão de o indicador fracassar em atingir seu objetivo é resultante, basicamente, de sua conceituação: pondera com igual peso investimento

de dezenas de reais e de dezenas de milhões, além de consistir de uma relação de investimentos fixa.

Considerando as aquisições dos imóveis do INSS, nos Estados do Ceará, Bahia, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Distrito Federal e Paraíba, o IAQC no mês de dezembro, ficou em 10,34%. Além dessas aquisições, foram consideradas, principalmente: aquisições de servidores para o projeto de migração, modernização integral dos elevadores da URDF, substituição dos mobiliários da Álvaro Rodrigues, etc."

Entendemos procedentes as alegações apresentadas em relação ao indicador IAQC.

Além disso, observamos que, no Relatório de Gestão 2009 da Unidade:

- O indicador TMA foi classificado como sendo de Desempenho relativo a produtos e serviços e não como de Gestão Empresarial como durante todo o exercício de 2009;
- Os indicadores RPL e EBITDA/LAJIDA foram classificados como sendo de Desempenho relativo a Resultados Alcançados e não como de Gestão Empresarial como durante todo o exercício de 2009; e
- Foram listados outros oito indicadores que foram classificados como sendo de Gestão Empresarial, além daqueles já existentes e analisados por esta CGU durante o exercício de 2009.

Verificamos, ainda, impropriedades formais relacionadas às fórmulas de cálculo, às metas e às diretrizes estratégicas dos indicadores, as quais foram tratados mediante a nota de auditoria n.º 244084/01.

Concluimos, com relação aos oito indicadores analisados (32% considerando os 24 listados no Relatório de Gestão 2009 da DATAPREV e o indicador IAQC que não foi listado, mas foi analisado), que, com exceção dos indicadores IMA e IAQC, o primeiro de difícil mensuração e simplicidade e o segundo de baixa confiabilidade, os demais se apresentam adequados quanto aos seguintes aspectos: confiabilidade, validade, simplicidade e mensurabilidade. À exceção do indicador IAQC, os demais indicadores analisados atendem ao critério de utilidade.

Entretanto, apesar do esforço realizado pela DATAPREV até o presente momento, com o seu conseqüente amadurecimento no assunto, verificamos, ainda, a necessidade de evolução nos indicadores utilizados pela Unidade, sendo assim, entendemos que se encontram em implementação as recomendações constantes do Relatório CGU n.º 224.733/2008, destacadas em item específico deste relatório.

1.1.3 ASSUNTO - CONTROLES INTERNOS

1.1.3.1 INFORMAÇÃO: (009)

Trata-se da avaliação sobre o funcionamento do sistema de controle interno da DATAPREV, nos termos da Decisão Normativa TCU n.º 102/2009. Foram objeto desta avaliação os aspectos inerentes ao ambiente de controle, à avaliação de risco, aos procedimentos de controle, à informação e comunicação e ao monitoramento.

Como a Unidade não possui uma área específica voltada exclusivamente para o Controle Interno, as informações fornecidas, em resposta à solicitação de auditoria emitida sobre esse assunto, representam uma reunião de informações das diversas Diretorias da Empresa, incluindo

sua Presidência.

a) Ambiente de Controle

A administração da DATAPREV instituiu formalmente os objetivos estratégicos por meio da publicação do Plano Estratégico, que, para o período de 2010 a 2015, foi realizado através da Resolução n.º 2980/2009. Os objetivos operacionais são traduzidos em programas, que são aprovados pela Diretoria Executiva. Os programas abertos até a presente data são:

- Programa de Gestão Sócioambiental;
- Programa de Desenvolvimento de Política Comercial;
- Programa de Gestão de Estrutura Física e Patrimônio Imobiliário;
- Programa de Segurança da Informação;
- Programa de Excelência em Gestão e Uso de Redes de Telecomunicações;
- Programa de Gestão da Informação e do Conhecimento;
- Programa de Modernização dos Sistemas de Informação de Apoio à Gestão;
- Programa de Migração;
- Programa de Desenvolvimento de Competências Técnicas e Gerenciais;
- Programa de Promoção da Excelência em Qualidade dos Dados;
- Programa de Melhoria do Processo de Aquisição; e
- Programa de Monitoramento dos Serviços de TIC.

Além disso, o Plano Estratégico, a missão e os objetivos estratégicos estão divulgados no endereço <http://www-dtpnet/>.

No que se refere aos valores éticos institucionais, a DATAPREV possui um Código de Ética Profissional vigente, incluído no Anexo I da Resolução n.º 2731/2007, que é divulgado na Intranet (DTPNET) e na Internet (<http://portal.DATAPREV.gov.br/>), além de em uma tiragem de 3.300 folhetos desdobráveis e em CDs de áudio para deficientes visuais.

A Comissão de Ética da Empresa instaurou quatro procedimentos de apuração de desvios éticos desde sua instituição, em março de 2007. Todas as denúncias são apuradas com o devido rigor e, na totalidade dos casos submetidos à Comissão de Ética da DATAPREV, que prevê a assinatura de Acordo de Conduta Pessoal e Profissional por parte do denunciado, cujo comportamento é monitorado pelo prazo de até dois anos.

O presidente da Comissão de Ética da DATAPREV proferiu palestras sobre ética para empregados da DATAPREV nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina, Paraná, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Paraíba, Ceará, Pará e Amazonas e também no Distrito Federal.

Quanto à existência das políticas ou programas para desenvolvimento de competências verificamos que:

- O processo de implementação da gestão por competência na DATAPREV encontra-se em fase de implantação, tendo sido iniciado com a realização de um workshop, em julho de 2009, ministrado pela Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), onde foram definidos o arcabouço metodológico do processo e as principais etapas a serem

cumpridas para a implantação da gestão por competências na Empresa.

- Após a realização do workshop, foi definido um grupo de trabalho (GT) composto por profissionais da área de desenvolvimento de pessoas que, por meio de uma extensa análise de documentos tais como mapa estratégico da Empresa, plano de desenvolvimento gerencial, norma de função de confiança/gratificada, manual de organização, entre outros, levantou elementos que subsidiaram a definição do modelo a ser adotado na DATAPREV e a definição das competências organizacionais.

O modelo de gestão por competências na DATAPREV ficou composto das seguintes etapas:

- 1) Identificação e descrição das competências organizacionais, entre elas a "competência diferencial ou distintiva" da Empresa;
- 2) Identificação e descrição das competências humanas fundamentais (conhecimentos, habilidades e atitudes) necessárias a todos os empregados;
- 3) Identificação e descrição das competências gerenciais e técnicas;
- 4) Mapeamento das competências, que se operacionaliza por meio de uma comparação entre as competências que a Empresa necessita para atingir suas metas e as competências gerenciais e técnicas que ela efetivamente dispõe no seu corpo funcional. Este procedimento permite a visualização de lacunas que serão preenchidas com a realização de treinamentos e capacitações definidos "sob medida", por meio de trilhas personalizadas.

No presente momento o processo se encontra na fase da descrição das competências organizacionais. Tão logo esta etapa esteja concluída será iniciado o processo de definição das competências gerenciais e, na sequência, o mapeamento e a definição das necessidades de capacitação para o corpo gerencial da empresa.

A previsão é de que, até o final de 2010, esta fase esteja concluída para que, no exercício de 2011, as competências técnicas sejam descritas, validadas, mapeadas e definidas as trilhas de capacitação do corpo técnico da Empresa.

b) Avaliação de Risco

Durante a revisão anual do Plano Estratégico é realizada a análise de contexto, levantando pontos fortes, pontos fracos, ameaças e oportunidades. A última análise de contexto ocorreu durante a oficina de planejamento realizada no dia 21/08/2009.

Para acompanhamento de mudanças e demandas do seu campo de atuação, a DATAPREV participa e promove fóruns de debate para conhecer melhores práticas em gestão de TI e para identificar cenários potenciais de desenvolvimento em TI pública. Em conjunto com o INSS, seu maior cliente, a DATAPREV participa do Planejamento Estratégico da Previdência Social e analisa as consequências para a Sociedade Brasileira.

Não só nas áreas de TI, mas também na gestão de pessoas, a administração busca constantemente elementos que promovam a atração e retenção da mão-de-obra especializada, promovendo periodicamente pesquisa de mercado com foco em cargos e salários de forma a adequar o modelo praticado ao do mercado. Na melhoria da qualidade de vida de seus empregados, e a melhoria de seus processos produtivos, voltados

ao atendimento de ponderável parcela da população brasileira, a DATAPREV instituiu o Programa de Apoio ao Empregado da DATAPREV - PAED, programas de vacinação, dentre outros, cujas informações são disponibilizadas no portal, na intranet, acessível a todos os empregados e gestores internos.

c) Procedimentos de Controle

O sistema que contém as informações financeiras pode emitir relatórios, mas não há a disseminação sistemática de relatórios que sejam usados pelo corpo gestor da entidade, a não ser o próprio Gerente do Departamento Financeiro e a Diretoria. Para qualquer outra situação, se demandado, é extraído um relatório específico para o gestor solicitante, por meio de um aplicativo de pesquisa na Intranet ([www-portaladm/financeiro/controle de pagamentos](http://www-portaladm/financeiro/controle_de_pagamentos)) que atende satisfatoriamente toda a Empresa. Neste portal, é viável fazer consulta de saldo de Autorizações de Fornecimentos, pagamentos efetivados, pagamentos pendentes, impostos recolhidos, etc., com facilidade e qualidade de pesquisa. As informações financeiras dos gastos de cada unidade (centro de custo) são enviadas mensalmente aos gestores pela Divisão de Orçamento - DIOR, subordinada ao Departamento de Controladoria - DECO, contendo o total no exercício e os gastos mês a mês dos últimos 12 meses. Além disso, ainda há a possibilidade de conhecimento dos balancetes contábeis mensais em trabalhos originados no Departamento de Gestão Contábil - DEGC.

A Empresa está em processo de implantação de um sistema integrado de gestão administrativa adquirido da TOTVS por intermédio de pregão eletrônico, envolvendo as seguintes áreas/processos: contábil, controle patrimonial, tributária, financeira, suprimentos e controladoria.

A metodologia empregada para a execução do acompanhamento das implementações, decorrente de recomendações e decisões dos órgãos de controle interno, externo e da própria Auditoria Interna está registrada no módulo de follow-up do sistema de auditoria informatizada AUDIN, disponibilizado as equipes de auditoria da CGU quando em trabalho de "campo" na empresa.

Paralelamente, são efetuadas diligências às áreas gestoras dos processos monitorados, ações de certificação e ações de acompanhamento ordinárias, previstas no Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna - PAINT, ou extraordinárias, quando demandadas, resultando em relatórios encaminhados às áreas gestoras, bem como registros de atualização no módulo de follow-up do sistema de auditoria informatizada AUDIN. O processo de acompanhamento efetuado pela Coordenação Geral de Auditoria Interna - CGAU, alcança toda a organização.

Sobreleva mencionar o emprego, pela CGAU e pela organização, de outras metodologias e ferramentas, consagradas internacionalmente, na execução da suas atividades de auditoria e monitoramento.

As metodologias adotadas na DRD estão todas publicadas no www-pdDATAPREV. Em relação à qualidade e arquitetura de software, foram implementadas listas de verificação de defeitos nos sistemas por intermédio da ferramenta de controle (Mantis), disponível no endereço

www-qualidade. Este procedimento permite um tratamento sistemático e um acompanhamento público dos defeitos identificados nos sistemas. Também são utilizadas outras ferramentas para avaliação automatizada da qualidade do código gerado (<http://www-udpb:8081/sonar>) pelas Unidades de Desenvolvimento de Software para balizar e orientar o trabalho de auditoria manual realizado pela Coordenação-Geral de Arquitetura de Software - CGAS.

Os processos de trabalho na DPE são por sua natureza acompanhados e monitorados e estão em constante processo de melhoria, seja pelo aspecto procedimental, seja pelo aspecto tecnológico. A sistemática é definida conforme a área de aplicação, se mais administrativa, os critérios são, desde o controle gerencial, acompanhamentos via controle de atividade, monitoramento das realizações, etc. Se mais tecnológica, também são utilizados mecanismos e sistemas de aferição de produtividade, qualidade, etc.

A DIT procurou refletir as melhores práticas do Information Technology Infrastructure Library - ITIL, no que se refere à gestão de serviços. No caso de Gestão de Projetos, a norma de gestão de projetos está aderente ao Project Management Body of Knowledge - PMBOK.

A segregação de funções é uma prática corrente na organização, conforme pode ser observado na definição das atribuições e responsabilidades dos componentes da estrutura organizacional, bem como nos atos normativos que orientam e disciplinam a execução dos processos organizacionais.

Além de a organização estar focada na suas atividades e projetos sistêmicos, e nos objetivos e metas definidos para o período, que é sua responsabilidade primária, há o controle exercido pelos Colegiados, pela Auditoria Interna, e Consultoria Jurídica que é efetivo e presente em todas as áreas da empresa, fiscalizando os procedimentos e ações de forma independente, autônoma e especializada.

d) Informação e Comunicação

A Empresa conta com um canal de comunicação formal que é a Ouvidoria-Geral da Previdência Social - OGPS, onde as manifestações (elogios, sugestões, esclarecimentos e reclamações) recebidas são cadastradas no sistema SOUWEB.

No caso específico das denúncias, a unidade solucionadora da Ouvidoria-Geral da Previdência Social na DATAPREV, a Comunicação Geral de Comunicação Social - CGCO, criou mecanismos internos para seu tratamento.

Após o registro das manifestações no sistema SOUWEB, as demandas referentes à DATAPREV são encaminhadas para a Unidade Solucionadora da empresa. A partir do recebimento dessas manifestações, a Unidade dá ciência às áreas responsáveis para que sejam tomadas as devidas providências.

Todas as demandas recebidas pela unidade solucionadora são devidamente tratadas e recebem resposta da área responsável. No caso específico das denúncias, elas podem ser consideradas procedentes ou não, conforme o andamento das diligências feitas pela área responsável.

A Unidade apresentou quadros resumidos de denúncias recebidas pela Ouvidoria Interna, complementados por informações sobre as providências adotadas, pendências ou regularização.

A divulgação de informações institucionais está sob responsabilidade da Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCO, em conformidade com os instrumentos de comunicação adotados pela Empresa.

A responsabilidade pelo acompanhamento das mudanças na legislação e nos normativos, em consonância com as competências estabelecidas pela Organização, é atribuída aos órgãos internos que compõem a estrutura organizacional da Empresa, respeitada a abrangência de cada atividade institucional. Esses órgãos, ordinariamente, promovem atualizações e melhorias em seu sistema normativo afeto e providenciam, inclusive, as ações necessárias para que seja efetivada a divulgação apropriada do seu conteúdo para o público interno da Empresa. Isto se dá de várias formas dependendo da importância e alcance da respectiva norma alterada. Desde a publicação pelos canais apropriados com a consequente postagem nas pastas e no sistema interno de acesso por todos os empregados, até uma complementação com a veiculação de anúncios internos entre outras ações (capacitação, informações em reuniões, em grupos de atividade, em setores e etc.).

Ademais, no Manual Organizacional da DATAPREV, consta como um dos papéis dos gestores o seguinte: cumprir e fazer cumprir a legislação vigente, as políticas, as diretrizes, as normas e demais regulamentos e procedimentos da Empresa, propondo mudanças quando necessárias para manter o aperfeiçoamento e a evolução das práticas organizacionais, especialmente em sua área de trabalho.

Ainda, no Manual de Atribuições da Empresa, constam atribuições sobre o assunto no âmbito de diversas unidades, inclusive da Coordenação Geral de Consultoria Jurídica - CGCJ.

Não obstante essas atribuições, há diversos órgãos na Empresa, como as Coordenações Gerais de Auditoria Interna, de Consultoria Jurídica e de Comunicação Social, os Departamentos de Suprimentos, de Controladoria, além da Secretaria Executiva da Presidência, que, constantemente e de forma direcionada, mantêm o corpo gerencial da DATAPREV atualizado em relação a informações e mudanças na legislação relevantes ao negócio.

O Serviço de Instrumentos Normativos - SVIN é o órgão responsável pela publicação de políticas, diretrizes, normas e procedimentos internos da Empresa. Tal atribuição pode ser verificada no Manual de Atribuições - Edição Agosto de 2009, página 40, item 4, que se encontra publicado na guia de Informações Organizacionais da página da DATAPREV na Intraprev. Entretanto, cabe ao gestor do processo descrito na norma a responsabilidade pela manutenção e atualização da norma. Muitas das vezes a disseminação da informação é efetivada por meio de Comunicado, disponibilizado no correio eletrônico, enviado pela Coordenação Geral de Comunicação Social.

A DATAPREV, a partir de 01/04/2010, por meio da Resolução n.º 3000 e 3001/2010 e pela Norma N/GP/015 e N/GP/016 instituiu e regulamentou para toda a Empresa a Gratificação Variável por Resultado - GVR e a

Gratificação Complementar por Resultado - GCR. Os referidos instrumentos estabelecem a política, as diretrizes, os indicadores e os valores de recompensas por alcance de resultados para todos os empregados ativos que trabalham diretamente com as metas pré-definidas, mediante a contrapartida pecuniária de natureza variável, não incorporável ao salário, referente ao alcance de resultados empresariais e setoriais estabelecidos para um determinado período.

Esse evento, como muitos outros ocorridos na empresa, que foi apresentado aos empregados diretamente pelo Presidente da DATAPREV, e que foi objeto de divulgação/convite/convocação, demonstra que a empresa se empenha em manter todo o corpo funcional nivelado e alinhado às diretivas e objetivos estabelecidos.

As metas empresariais para o período de 2009 foram aquelas definidas na proposta do Programa de Participação nos Lucros e resultados (PPLR), divulgadas na intranet no endereço eletrônico <http://dtpnet/> (Indicadores de Gestão Empresarial).

Nos dias 28 e 29/01/2010, a DATAPREV promoveu encontro entre a Diretoria, Assessores, Gerentes de Departamento e Coordenadores-Gerais para divulgação de seu Planejamento Estratégico de 2010 a 2015. O referido encontro ocorreu em meio a um processo de planejamento iniciado desde o ano de 2009, quando o Conselho de Administração e a equipe dirigente revisaram a Missão e a Visão institucional, e estabeleceram as diretrizes, os objetivos estratégicos para 2010-2015 e os resultados esperados para 2010. Além destes norteadores estratégicos, ainda em 2009, a equipe dirigente definiu os 17 programas estratégicos que serão estruturadores da ação da empresa em 2010.

A Empresa mantém, para acesso de todos os empregados, um portal com todos os atos normativos e outros documentos que apoiam e orientam a gestão da empresa como um todo (Resoluções da Presidência e do Conselho de Administração; Normas; Comunicações de Serviços de Procedimentos e Comunicações de Serviços em Geral e, ainda, o Acordo Coletivo de Trabalho). No portal da Diretoria de Pessoas esses normativos são relativos a sua esfera de atuação, havendo, ainda, aplicativos de controle de férias, frequência, etc.

A Diretoria de Finanças e Serviços Logísticos - DFS, por intermédio do Departamento de Controladoria, produz mensalmente um conjunto de informações financeiras e orçamentárias agrupadas num documento denominado Caderno de Desempenho. Esta publicação pode ser acessada pelo corpo gerencial até o nível de Gerente de Divisão no Portal da DFS na INTRANET.

Na Diretoria de Relacionamento, Desenvolvimento e Informações - DRD e na Diretoria de Infraestrutura de TIC - DIT, sempre que necessário, as Coordenações - Gerais, os Departamentos, e Centros de Processamento, respectivamente, emitem Normas e Procedimentos afetos aos processos de trabalho da Diretoria, bem como divulga, relatórios de acompanhamento que apresentam os resultados alcançados.

e) Monitoramento

A sistemática de acompanhamento dos controles implementados,

decorrente de recomendações e decisões dos órgãos de controle interno, externo e da própria Auditoria Interna vem sendo efetuada pela Coordenação-Geral de Auditoria Interna CGAU, por intermédio do sistema de auditoria informatizada AUDIN, conforme já explanado anteriormente.

No âmbito das Diretorias, os processos de trabalho são por sua natureza acompanhados e monitorados e estão em constante processo de melhoria, seja pelo aspecto procedimental seja pelo aspecto tecnológico.

O acompanhamento periódico dos processos executados na DRD é realizado pelas Coordenações-Gerais, que os avalia quanto à adoção dos padrões estabelecidos e melhores práticas de desenvolvimento, conforme explicações no item "c".

Quanto ao desenvolvimento de software, além dos controles implementados pelo Escritório de Projetos, a Coordenação de Qualidade de Software avalia a conformidade, segundo o Processo de Garantia de Qualidade (PD-DATAPREV), que resulta no relatório mensal "Relatório de Acompanhamento da Qualidade".

No âmbito da DIT, o acompanhamento dos serviços em produção é efetuado pelo DEGT - Departamento de Gestão dos Serviços e Ambientes de TI, onde são gerados comunicados diários de consumo de mainframe e incidentes ocorridos nos serviços, além dos relatórios mensais e indicadores. A CGAD - Coordenação Geral de Análise e Classificação de Demandas é o órgão gerenciador de demandas e projetos, acompanhando as demandas por meio do sistema www-demandas e relatórios específicos.

Quanto à utilização do resultado do monitoramento para a melhoria dos controles internos, as confirmações dos aperfeiçoamentos podem ser visualizadas nas regularizações ocorridas no período (rol de recomendações do TCU, CGU e Auditoria Interna), parte integrante do RAIN/2009, encaminhado à CGU. Por outro lado, se a questão formulada alcança, também, o monitoramento das rotinas e procedimentos operacionais sistêmicos, a consulta poderá ser efetuada nos relatórios de acompanhamento e/ou desempenho produzidos pelas Diretorias, e disponibilizados na intranet, que apresentam diagnósticos e projeções que orientam as ações dos gestores dos processos.

Além dos cinco pontos analisados acima, verificamos que, conforme a documentação apresentada pela Unidade em resposta ao item 9 da SA242112_01, a DATAPREV tomou as atitudes necessárias de modo a sanar os pontos apontados pela Auditoria Independente em seu Relatório Circunstanciado de Avaliação da Qualidade e Adequação dos Controles Internos, emitido em 13/12/2009. As recomendações geradas nesse relatório versaram sobre os seguintes assuntos: Conciliações Bancárias, Faturas a Receber, Composições com pendências para regularizações, Títulos e Valores Mobiliários, Notas do Tesouro Nacional, Depósitos Judiciais, Ativo Imobilizado e Provisão para participação dos empregados.

Um outro ponto que deve ser ressaltado é o conteúdo do RAIN 2009 da Unidade, que apresenta detalhes sobre os controles internos administrativos da DATAPREV. Nesse anexo é apresentada, de maneira sucinta, a avaliação dos controles internos administrativos da

Empresa, contemplando as fragilidades identificadas, as ações adotadas para a regularização dos apontes e os aperfeiçoamentos implementados, em conformidade com os trabalhos realizados no ano.

Dessa forma, baseado apenas nas informações recebidas, podemos concluir que a Unidade realiza trabalhos constantes visando ao aprimoramento de seus controles internos, mantendo uma estrutura e um processo adequados para atingir tal objetivo.

Por fim, baseados exclusivamente na amostra selecionada por esta equipe de auditoria, evidenciamos que:

a) os controles internos utilizados para a construção e alimentação dos indicadores, bem como relacionados ao monitoramento das Ações realizadas pela Empresa são adequados;

b) os controles relacionados à gestão do suprimento de bens e serviços carecem de aprimoramento, tendo em vista as constatações descritas ao longo deste relatório;

c) os controles utilizados para avaliação da gestão de recursos humanos se mostraram satisfatórios;

d) os controles relacionados ao atendimento das determinações e recomendações do Tribunal de Contas da União e da Controladoria-Geral da União garantem razoável tempestividade no seu atendimento.

1.1.4 ASSUNTO - RECURSOS EXIGÍVEIS

1.1.4.1 INFORMAÇÃO: (005)

A Unidade não apresentou a ocorrência de passivos sem a consequente previsão orçamentária de créditos ou de recursos. No entanto, destacamos a seguir, análise acerca dos passivos Trabalhista, Cível e Tributário da Unidade.

Registramos que a Empresa mantém atualizadas, mês a mês, as suas provisões para passivos cível e tributário, tanto no curto, como no longo prazo.

Durante o exercício de 2009, a DATAPREV pagou, relativamente aos litígios, um valor de R\$ 6.130.409,54 (seis milhões, cento e trinta mil, quatrocentos e nove reais e cinquenta e quatro centavos).

Em seu Relatório de Gestão 2009, a Unidade apresentou a seguinte Nota Explicativa às Demonstrações Financeiras em 31/12/2009 e 2008, sobre as contingências trabalhistas:

NOTA 10 - PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS TRABALHISTAS:

A provisão para contingências trabalhistas foi constituída, em valor considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas, de acordo com as informações prestadas pela Coordenação Geral de Consultoria Jurídica da empresa, quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais. A classificação dos julgamentos das ações é feita considerando a expectativa de perda remota (0% a 25%), perda possível (26% a 50%), perda provável (51% a 75%) e perda muito provável (76% a

100%). Foram registrados, no passivo circulante, o montante dos processos ajuizados e em fase de execução. Os montantes provisionados para contingências trabalhistas podem ser apresentados como segue:

Tabela XIII: Provisões Trabalhistas

Valores em mil Reais

Descrição	Percentual	2009	2008
Perda remota	0% a 25%	2.149	2.824
Perda possível	26% a 50%	8.032	8.279
Perda provável	51% a 75%	10.924	11.476
Perda muito provável	76% a 100%	41.154	36.397
Total		62.259	58.976

Fonte: Relatório de Gestão 2009 da DATAPREV

Observamos que o valor apresentado na tabela anterior, quanto ao total da contingência trabalhista em 2009, representa o somatório dos valores de curto e longo prazo, como descrito na tabela abaixo:

Tabela XIV: Provisão de Passivo Trabalhista

Posição em 31/12/2009

	Curto Prazo (R\$)	Longo Prazo (R\$)	Total
Passivo Trabalhista	26.999.303,57	35.260.497,67	62.259.801,24

Fonte: Resposta dos itens 4, 5 e 6 da SA242112/01

Em seu Relatório de Gestão 2009, a Unidade apresentou a seguinte Nota Explicativa às Demonstrações Financeiras em 31/12/2009 e 2008, sobre as contingências fiscais e cíveis:

NOTA 11 - PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS FISCAIS E CÍVEIS:

A DATAPREV atualizou, em 31 de dezembro de 2009, o valor provisionado para contingências fiscais e cíveis, passando este para R\$ 15.626 milhões (2008 = R\$ 14.524 milhões), julgado suficiente para cobrir possíveis perdas decorrentes de vários autos de infração e litígios cíveis, que estão sendo discutidos, em esferas administrativas e judiciais, junto a diversos Órgãos, consubstanciada na opinião de sua Consultoria Jurídica e estão apresentados como segue:

Tabela XV: Provisões Fiscais e Cíveis

Valores em mil Reais

Descrição	2009	2008
Contingências fiscais	6.649	6.063
Contingências cíveis	8.977	8.461
Total	15.626	14.524

Fonte: Relatório de Gestão 2009 da DATAPREV

Observamos que o valor apresentado na tabela anterior quanto ao total da contingência Cível em 2009, representa somente aquele de curto prazo, como descrito na tabela a seguir:

Tabela XVI: Provisão de Passivo Cível

Posição em 31/12/2009

	Curto Prazo (R\$)	Longo Prazo (R\$)	Total
Passivo Cível	8.977.209,09	10.340.332,53	19.317.541,62

Fonte: Resposta dos itens 4, 5 e 6 da SA242112/01

Informamos, ainda, que a DATAPREV possui cinco processos judiciais fiscais, todos relativos à base de cálculo do ISS - Imposto Sobre Serviços, em que se encontra na posição de ré, perfazendo um total de R\$ 11.116.812,68 (onze milhões, cento e dezesseis mil, oitocentos e doze reais e sessenta e oito centavos).

A provisão para as contingências fiscais, em 31/12/2009, foi de R\$ 6,649 milhões.

Considerando que a gestão de passivos inclui também evitar a sua ocorrência, temos:

-A Unidade informou que, em 31/12/2009, não constavam valores em atraso no pagamento a fornecedores (contas a pagar) e que, atualmente, os compromissos com fornecedores estão sendo pagos dentro dos vencimentos contratualmente estabelecidos.

-Quanto à PREVDATA, a Unidade informou que, em 31/12/2009, não havia a existência de dívidas da Patrocinadora (DATAPREV) para com a Entidade Fechada de Previdência Privada - EFPP (PREVDATA) e que não houve ocorrência de atrasos no repasse por parte da DATAPREV para a PREVDATA, durante o exercício de 2009.

Um outro ponto passível de destaque é aquele observado quando verificamos as Atas do Conselho Administrativo da DATAPREV n.ºs 246 e 249, dos dias 24/09/2009 e 22/12/2009, respectivamente, e encontramos uma situação que, aparentemente, apontava para a existência de um caso potencial de passivo sem previsão orçamentária:

A situação em questão se referia à aquisição pela DATAPREV, por dispensa de licitação, do imóvel localizado na Rua Álvaro Rodrigues, n.º 460 - Botafogo - RJ, de propriedade do INSS. Foi relatada a existência de débito do IPTU, o qual estava sendo cobrado ao INSS, apesar de sua imunidade tributária, pela Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro/RJ, materializado pela seguinte declaração: "Em caso do Instituto perder a ação, a DATAPREV se responsabiliza pelas dívidas fiscais/tributárias a partir de sua ocupação do imóvel em questão, ou seja, em 07/07/1989".

A certidão de Situação Fiscal e Enfitêutica do Imóvel, emitida em 24/03/2010, aponta para um valor total já inscrito na Dívida Ativa do Município do Rio de Janeiro, no valor de R\$ 29.254.661,13 (vinte e nove milhões, duzentos e cinquenta e quatro mil, seiscentos e sessenta e um reais e treze centavos), referentes aos exercícios de 1990, 1999 e de 2002 a 2008. Valor esse, que corresponderia ao possível passivo sem provisão orçamentária.

Porém, analisando o assunto com mais detalhes, constatamos que essa situação não é aplicável, uma vez que:

1)A não constituição de provisão de valores relativos ao débito do

IPTU do prédio situado na rua Professor Álvaro Rodrigues, n.º 460, Botafogo, justifica-se, primeiramente, pelo fato de que a Prefeitura do Rio de Janeiro está cobrando o pseudo débito ao INSS e não à DATAPREV.

2) O outro fato que justifica a não constituição da provisão foi que a Coordenação Geral de Consultoria Jurídica - CGCJ considerou ser mínima a possibilidade de a DATAPREV ter que vir a arcar com ônus financeiros para pagamento de IPTU no período em que o imóvel pertencia ao INSS, tendo em vista a súmula 724 do Supremo Tribunal Federal: "Ainda quando alugado a terceiros, permanece imune ao IPTU o imóvel pertencente a qualquer das entidades referidas pelo art. 150, VI, c, da Constituição, desde que o valor dos aluguéis seja aplicado nas atividades essenciais de tais entidades."

Sobre essa súmula, a Unidade assim se manifestou, uma vez que a DATAPREV não pagava aluguel ao INSS - o imóvel estava cedido em regime de comodato:

"É certo que a leitura da Súmula nº 724 do STF relata uma exceção para tributação nos casos dos valores do aluguel serem destinados para atividades não essenciais da Autarquia.

No caso da cessão à DATAPREV não havia qualquer tipo de repasse de valores. Destarte, independente da disponibilização ter sido por aluguel ou cessão (pois o que importa é a disponibilidade do bem público a terceiro), não há espaço legal para distorcer o entendimento sumulado para criar a tese de que cessões gratuitas ensejariam a incidência do imposto em testilha, justamente porque não existe nenhum valor sendo recebido pelo INSS para aplicação fora das suas atividades essenciais.

Ademais, a confiança no ganho da ação pelo INSS é consequência de entendimento jurídico já formalizado no corpo do processo de aquisição, pela Coordenação Geral de Consultoria Jurídica."

3) Contabilmente o reconhecimento de um passivo contingente ocorre por meio de constituição de uma provisão e para que haja tal reconhecimento devem ser atendidas as seguintes condições:

1. Uma entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado;
2. É provável que (ou seja, mais provável que sim do que não) uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação; e
3. Possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Portanto, em função do exposto e considerando que, em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Deliberação CVM n.º 594/09 e Resolução CFC n.º 1.180/09 (NBC T 19.7), uma entidade não deve reconhecer um passivo contingente e nem divulgá-lo em nota explicativa caso a possibilidade de uma saída de recursos seja remota, a DATAPREV, também norteadas pelo princípio da prudência, julgou serem remotíssimas as chances da ocorrência de tal evento e não efetuou tal provisão.

Ressaltamos, ainda, a existência das Cláusulas do Contrato de Compra e Venda do imóvel em questão:

- 2.3.1, na qual: "O VENDEDOR se compromete a atuar junto ao Poder Judiciário para o reconhecimento da imunidade tributária até a data deste instrumento contratual." Sendo assim o INSS deve ajuizar ou

prossequir com a ação judicial para reconhecimento da imunidade.

- 2.3, na qual: "A COMPRADORA não é responsável por dívidas fiscais/tributárias que estejam pendentes sobre o imóvel até 06/07/1989, dia anterior ao da ocupação do imóvel pela COMPRADORA, conforme item 1.3, ficando o VENDEDOR responsável por qualquer dívida tributária cujo fato gerador seja propriedade do imóvel até data acima."

Apesar de a DATAPREV assumir as possíveis dívidas a partir da data de ocupação do imóvel, a possibilidade de que elas se concretizem efetivamente é bastante remota, como já explicado. Além do mais, as duas cláusulas em conjunto estabelecem o equilíbrio contratual entre as duas partes.

Haverá um acompanhamento formal, após a assinatura do termo de transcrição do imóvel, entre a DATAPREV e o INSS, do andamento da ação deste sobre a imunidade tributária junto ao Poder Judiciário. Esse acompanhamento dar-se-á por meio do corpo jurídico da Unidade, o qual terá acesso aos autos, por se tratar de um processo público, nos termos do art. 155 do Código de Processo Civil.

Quanto ao pagamento do IPTU:

1)A documentação apresentada pela DATAPREV leva à conclusão que, durante o período entre 1989 e 1999, a responsabilidade pelo pagamento desse tributo tenha sido da DATAPREV;
2)Em 29/11/2000, o INSS informou sobre a implantação da isenção do IPTU, sob condição resolutória, a partir de 2000;
3)Em 04/05/2001, o pedido de imunidade foi negado (administrativamente). Em razão de o INSS ser o proprietário do imóvel. Em 27/03/2003, a Coordenação Geral de Consultoria Jurídica - CGCJ - da DATAPREV orientou que o processo de cobrança do IPTU fosse encaminhado ao INSS para que este tomasse as providências cabíveis; e
4)Finalmente, em janeiro de 2010, a Prefeitura do Rio de Janeiro emitiu o carnê do IPTU, no valor de R\$ 636,00 - correspondente apenas a taxa de coleta de lixo, contendo a seguinte observação: "IPTU - Cobrança suspensa temporariamente - Isenção sob condição resolutória - Processo aguardando solução".

Concluimos, baseados nas informações recebidas e na amostra analisada, que a Unidade possui uma gestão adequada de seus passivos.

1.1.5 ASSUNTO - MOVIMENTAÇÃO

1.1.5.1 INFORMAÇÃO: (003)

O Quadro a seguir apresenta o demonstrativo de despesas relativas a funcionários contratados e ocupantes de funções sem vínculo com o serviço público federal, para os exercícios de 2008 e 2009.

Quadro I: Pessoal Próprio

Descrição:	2008		2009	
	Qtde	Despesa (R\$)	Qtde	Despesa (R\$)
Funcionários Contratados - CLT em exercício na Unidade	3.030	291.573.465,00	3.363	365.626.747,00
Ocupantes de funções de confiança, sem vínculo	44	2.487.956,23	43	3.246.339,00

Total Pessoal	3.074	294.061.421,23	3.406	368.873.086,00
----------------------	--------------	-----------------------	--------------	-----------------------

Fonte: Resposta da SA222703/03.

Notamos que houve um aumento na quantidade de funcionários contratados de 11,0% (333 pessoas) acompanhado de um aumento de 25,4% na despesa anual correspondente, entre 2008 e 2009. O custo médio anual por empregado (Despesa Total / Quantidade) cresceu 13,0%, no mesmo período. Esse crescimento é explicado, entre outros fatores, pelo crescimento vegetativo da folha de pagamento, pelo aumento acertado no Acordo Coletivo de Trabalho - ACT e pelo Concurso Público realizado entre 2008 e 2009 com 347 vagas para níveis médio e superior.

Quanto aos ocupantes de funções de confiança sem vínculo, observamos que, embora tenha havido uma redução de 2,3% em seu quantitativo, houve um aumento de 30,5% em seu gasto anual total, entre 2008 e 2009. Já o custo médio anual mensal sofreu uma redução de 33,5%, no mesmo período.

A Unidade não realizou contratações temporárias pela Lei n.º 8.745/1993 no exercício de 2009.

Quadro II: Pessoal Terceirizado

Descrição:	2008		2009	
	Qtde	Despesa (R\$)	Qtde	Despesa (R\$)
Pessoal Terceirizado Vigilância / Limpeza	164	4.138.589,56	151	3.674.055,37
Pessoal Terceirizado Apoio Administrativo	80	1.763.685,84	74	1.294.167,11
Pessoal Terceirizado Outras atividades	135	7.159.507,76	149	10.556.062,71
Estagiários	158	952.464,00	166	1.194.135,00
Total Pessoal Terc + Estag	537	14.014.247,16	540	16.718.420,19

Fonte: Resposta da SA222703/03.

Analisando o quadro acima, que engloba os Prédios da Rua Álvaro Rodrigues em Botafogo/RJ, do Cosme Velho/RJ e de Brasília, notamos que:

1) Quanto aos gastos com vigilância e limpeza: houve uma redução de 11,2%, entre os exercícios de 2008 e 2009, com um decréscimo de 14 pessoas no quantitativo, no mesmo período. Entretanto, se considerarmos o gasto anual médio por pessoa, encontraremos uma diminuição de 3,6%.

2) Quanto aos gastos com apoio administrativo: houve uma redução de 26,6%, entre os exercícios de 2008 e 2009, com um decréscimo de seis pessoas no quantitativo, no mesmo período. Se considerarmos o gasto anual médio por pessoa, essa diminuição passará a ser de 20,7%.

3) Quanto aos gastos com outras atividades, nelas incluídas viagens, locação de veículos, manutenção predial, serviços gerais e FENEIS-RJ (portadores de necessidades especiais): houve um aumento de 47,44%, entre os exercícios de 2008 e 2009, com um acréscimo de 14 pessoas no

quantitativo, no mesmo período. Porém, se considerarmos o gasto anual médio por pessoa, constataremos uma elevação de 33,59%.

4) Quanto aos gastos com estagiários: houve um aumento de 25,37%, entre os exercícios de 2008 e 2009, com um acréscimo de oito pessoas no quantitativo, no mesmo período. Porém, se considerarmos o gasto anual médio por pessoa, constataremos uma elevação de 19,33%.

5) Quanto aos gastos totais com pessoal terceirizado e estagiários: houve um aumento de 19,30%, entre os exercícios de 2008 e 2009, com um acréscimo de três pessoas no quantitativo, no mesmo período. Se considerarmos o gasto anual médio por pessoa, essa elevação passará a ser de 18,63%.

Quadro III: Distribuição de recursos

Descrição:	2008		2009	
	Qtde	Despesa (R\$)	Qtde	Despesa (R\$)
Pessoal envolvido em ações finalísticas da unidade	2.445	235.279.579,00	2.810	305.663.960,50
Pessoal envolvido em ações de suporte da unidade	585	56.293.886,00	553	59.962.786,50
Total Geral	3.030	291.573.465,00	3.363	365.626.747,00

Fonte: Resposta da SA222703/03.

Notamos que, em 2008, 80,7% do pessoal está envolvido com as ações finalísticas da Unidade, enquanto que 19,3% com as ações de suporte. Enquanto que, em 2009, esta relação foi de 83,6% para 16,4%, indicando um pequeno aumento, entre 2008 e 2009, de 2,9 pontos percentuais (365 empregados) na quantidade de pessoal envolvida nas ações finalísticas da Unidade.

1.1.6 ASSUNTO - INDENIZAÇÕES

1.1.6.1 INFORMAÇÃO: (006)

Ao longo dos trabalhos realizados por esta CGU na DATAPREV durante o exercício de 2009, presenciemos os esforços efetuados pela Unidade para mitigar os problemas existentes quanto à realização de horas extras e de sobreaviso. Sendo assim, consideramos ainda em processo de implementação as recomendações sobre o assunto.

Ainda assim, tendo em vista a crescente execução de horas extras e de sobreaviso nos anos de 2006 a 2008, abem como as recomendações feitas quando do processo de avaliação de contas 2008 da Unidade e o acompanhamento que vem sendo realizado por esta CGU, a despeito das atividades que vêm sendo desenvolvidas pela DATAPREV para mitigar o problema, apresentamos, a seguir, o comparativo das horas extras no exercício de 2009, com a situação de exercícios anteriores:

Tabela XVII: Histórico de Horas Extras e Horas de Sobreaviso

Exercício	Valor Total de Horas Extras (R\$)	Quantidade Total de Horas Extras em (Minutos)	Valor Total de Sobreaviso (R\$)	Quantidade Total de Sobreaviso (Minutos)	Valor Total (R\$)	Quantidade Total (Minutos)
2006	1.236.526,57	4.031.345	236.538,58	2.514.651	1.473.065,15	6.545.996

Exercício	Valor Total de Horas Extras (R\$)	Quantidade Total de Horas Extras em (Minutos)	Valor Total de Sobreaviso (R\$)	Quantidade Total de Sobreaviso (Minutos)	Valor Total (R\$)	Quantidade Total (Minutos)
2007	2.140.223,65	6.456.348	390.186,55	4.073.867	2.530.410,20	10.530.215
2008	2.633.937,15	6.938.828	579.603,01	5.671.829	3.213.540,16	12.610.657
2009	2.908.075,55	6.638.541	667.152,66	5.760.873	3.575.228,21	12.399.414

Fonte: Análise CGU.

Analisando a Tabela acima, verificamos que, após três períodos de crescimento (2006 a 2008) do volume de horas extras e de sobreaviso executadas, houve uma estabilização em 2009 (redução de 4,33% na execução das horas extras e crescimento de 1,57% na execução das horas de sobreaviso). O aumento no valor pago de horas extras e de sobreaviso é explicado pelo crescimento vegetativo da folha de pagamento da Empresa.

Procuramos identificar as áreas da empresa que executam mais horas extras e de sobreaviso, detalhando seus objetivos e atribuições. Desta forma, identifica-se onde devem ser concentrados os esforços da Empresa Para mitigar os problemas reportados por esta CGU.

Antes de prosseguir com a análise, temos o seguinte glossário:

- > PR - Presidência;
- CGAU - Coordenação Geral de Auditoria Interna;
- SECE - Secretaria Executiva;
- CGCJ - Coordenação Geral de Consultoria Jurídica;
- CGPO - Coordenação Geral de Planejamento e Organização;
- CGCO - Coordenação Geral de Comunicação Social;
- SUAT - Superintendência de Atendimento;
- URRJ - Unidade Regional Rio de Janeiro;
- URSP - Unidade Regional São Paulo;
- URDF - Unidade Regional Distrito Federal;
- > DFS - Diretoria de Finanças e Serviços Logísticos;
- DELG - Departamento de Logística;
- DIEN - Divisão de Engenharia;
- DIMA - Divisão de Manutenção;
- > DIT - Diretoria de Infra-estrutura de TIC;
- CPSP - Centro de Processamento São Paulo;
- CGSI - Coordenação Geral de Segurança de Informações;
- CGAD - Coordenação Geral de Análise e Classificação de Demandas;
- DEPI - Departamento de Planejamento e Projetos de Infra-estrutura de TI;
- DEGT - Departamento de Gestão dos Serviços e Ambientes de TI;
- CPRJ - Centro de Processamento Rio de Janeiro;
- DESI - Departamento de Sustentação da Infra-estrutura de TI;
- DSSE - Divisão de Sustentação de Serviços de TI;
- DSPS - Divisão de Sustentação a Produtos de Software;
- DSAO - Divisão de Sustentação da Infra-estrutura do Ambiente Operacional.
- DERE - Departamento de Rede de Telecomunicações;
- DIIG - Divisão de Infra-estrutura e Gerência de Redes;
- DISR - Divisão de Administração e Segurança de Redes;
- > DRD - Diretoria de Relacionamento e Desenvolvimento de Informações;
- DEDS - Departamento de Desenvolvimento de Software;
- UDPB - Unidade de Desenvolvimento de Software da Paraíba;
- UDRJ - Unidade de Desenvolvimento de Software do Rio de Janeiro;

-> DPE - Diretoria de Pessoas.

Tabela XVIII: Quantidade de Recursos Humanos, por Diretoria

Área	QTDE	% do Total
PR	1.436	42,76
DFS	251	7,48
DIT	737	21,95
DRD	808	24,06
DPE	126	3,75
TOTAL	3.558	100,00

Fonte: Análise CGU.

Notamos que a grande quantidade de empregados na Presidência - PR justifica-se pelo fato de que, pelo organograma da Unidade, esta engloba todos as Unidades Regionais que totalizam 1.285 pessoas. Se as excluíssemos teríamos 151 pessoas. A Presidência, propriamente dita, possui apenas cinco pessoas.

A DIT (737 pessoas - 21,95% do total), área fim da Unidade, cujo objetivo é definir e fazer cumprir as políticas, procedimentos e diretrizes de tecnologia da informação para a plena operacionalização dos sistemas de informação em atividade e estabelecer as ações para a segurança da informação, possui 71 empregados a menos que a DRD (808 pessoas - 24,06% do total), cujo objetivo é definir e fazer cumprir políticas, normas e procedimentos necessários para o gerenciamento comercial com os clientes; desenvolvimento e manutenção de sistemas; geração e análise de informações de interesse dos clientes e relacionamento com clientes.

Tabela XIX: Horas Extras e de Sobreaviso em 2009, por Diretoria

Área	Horas Extras				Sobreaviso			
	Valor	% do Valor	QTDE (Minutos)	% da QTDE	Valor	% do Valor	QTDE (Minutos)	% da QTDE
PR	363.521,19	12,50	951.177	14,32	8.439,90	1,27	112.952	1,96
DFS	302.648,71	10,41	734.054	11,06	-	-	-	-
DIT	1.911.727,71	65,74	4.244.208	63,94	654.768,03	98,14	5.603.676	97,27
DRD	279.169,79	9,60	609.471	9,18	3.944,73	0,59	44.245	0,77
DPE	51.003,15	1,75	99.631	1,50	-	-	-	-
TOTAL:	2.908.075,55	100,00	6.638.541	100,00	667.152,66	100,00	5.760.873	100,00

Fonte: Análise CGU.

Quanto à execução de horas extras e de sobreaviso por Diretoria (considerando a Presidência como uma delas), constatamos que os maiores gastos de Horas Extras (65,74%) e de Sobreaviso (98,14%) estão concentrados na Diretoria de Infra-estrutura de TIC - DIT, assim como a maior quantidade de execução, 63,93% e 97,27%, respectivamente, como era de se esperar em uma Empresa de TI.

Os oito Departamentos que mais executaram horas extras em 2009 estão representados na tabela a seguir:

Tabela XX: Horas Extras por Departamento

Departamento	Qtde de Horas Extras em Minutos	Qtde de Horas Extras em Horas	% da Quantidade Total Executada	Valor das Horas Extras Pagas (R\$)	% do Valor Total Pago
CPRJ - Centro de Processamento do Rio de Janeiro. (DIT - Diretoria de Infra-estrutura de TIC).	2.216.832	36.947,20	33,39	920.848,55	31,67
DERE - Departamento de Redes de Telecomunicações. (DIT - Diretoria de Infra-estrutura de TIC).	738.434	12.307,23	11,12	396.393,01	13,63
DELG - Departamento de Logística. (Diretoria de Finanças e Serviços Logísticos - DFS)	662.967	11.049,45	9,99	259.989,21	8,94
CPSP - Centro de Processamento de São Paulo. (DIT - Diretoria de Infra-estrutura de TIC).	512.893	8.548,22	7,73	210.686,78	7,24
URRJ - Unidade Regional Rio de Janeiro - Classe A. (SUAT - Superintendência de Atendimento). (PRES - Presidência).	342.940	5.715,67	5,17	125.027,99	4,30
DEGT - Departamento de Gestão dos Serviços e Ambientes de TI. (DIT - Diretoria de Infra-estrutura de TIC).	339.008	5.650,13	5,11	164.241,51	5,65
DESI - Departamento de Sustentação de Infra-estrutura de TI. (DIT - Diretoria de Infra-estrutura de TIC).	329.446	5.490,77	4,96	181.360,02	6,24
UDPB - Unidade de Desenvolvimento de Software da Paraíba. (DEDS - Departamento de Desenvolvimento de Software). (DRD - Diretoria de Relacionamento, Desenvolvimento e Informações).	297.193	4.953,22	4,48	120.557,89	4,15
Outros (44 Unidades)	1.198.828	19.980,46	18,05	528.970,59	18,18
TOTAL (52 Unidades):	6.638.541	110.642,35	100,00	2.908.075,55	100,00

Fonte: Resposta da SA222703/05

Analisando as 52 áreas (departamentos/unidades/centros) que executaram horas extras em 2009, temos que o CPRJ concentra 33,39% do total executado pela DATAPREV.

Segundo o Manual de Atribuições da DATAPREV, o CPRJ tem como Objetivo: Executar, controlar e avaliar as ações de operações do ambiente computacional do Centro de Processamento Rio de Janeiro, visando à qualidade dos serviços e à disponibilidade das bases de dados e equipamentos instalados.

Os oito Departamentos que mais executaram horas de sobreaviso em 2009 estão representados na tabela a seguir:

Tabela XXI: Horas de Sobreaviso por Departamento

Departamento	Qtde de Horas de Sobreaviso em Minutos	Qtde de Horas de Sobreaviso em Horas	% da Quantidade Total Executada	Valor das Horas de Sobreaviso Pagas (R\$)	% do Valor Total Pago
DESI - Departamento de Sustentação de Infra-estrutura de TI. (DIT - Diretoria de Infra-estrutura de TIC).	2.726.103	45.435,05	47,32	358.167,54	53,69
DERE - Departamento de Redes de Telecomunicações. (DIT - Diretoria de Infra-estrutura de TIC).	1.786.027	29.767,12	31,00	203.737,64	30,54

Departamento	Qtde de Horas de Sobreaviso em Minutos	Qtde de Horas de Sobreaviso em Horas	% da Quantidade Total Executada	Valor das Horas de Sobreaviso Pagas (R\$)	% do Valor Total Pago
CPDF - Centro de Processamento do Distrito Federal. (DIT - Diretoria de Infra-estrutura de TIC).	785.925	13.098,75	13,64	65.535,98	9,82
DEGT - Departamento de Gestão dos Serviços e Ambientes de TI. (DIT - Diretoria de Infra-estrutura de TIC).	272.825	4.547,08	4,74	23.378,47	3,50
URSP - Unidade Regional São Paulo - Classe A. (SUAT - Superintendência de Atendimento). (PRES - Presidência).	85.860	1.431,00	1,49	6.123,81	0,92
CPSP - Centro de Processamento de São Paulo. (DIT - Diretoria de Infra-estrutura de TIC).	32.796	546,60	0,57	3.948,40	0,59
UDRJ - Unidade de Desenvolvimento de Software do Rio de Janeiro. (DEDS - Departamento de Desenvolvimento de Software). (DRD - Diretoria de Relacionamento, Desenvolvimento e Informações).	25.665	427,75	0,45	2.326,48	0,35
URDF - Unidade Regional Distrito Federal - Classe A. (SUAT - Superintendência de Atendimento). (PRES - Presidência).	24.152	402,53	0,42	1.976,44	0,30
Outros (UDSC, UDPB, URBA, DERC, URPA e URRJ)	21.520	358,67	0,37	1.957,90	0,29
TOTAL (14 Unidades):	5.760.873	96.014,55	100,00	667.152,66	100,00

Fonte: Resposta da SA222703/05

Analisando as 14 áreas (departamentos/unidades/centros) que executaram horas de sobreaviso em 2009, temos que o DESI concentra 47,32% do total executado pela DATAPREV.

Segundo o Manual de Atribuições da DATAPREV, o DESI tem como objetivo: dar sustentação às tecnologias em produção e às áreas responsáveis pela instalação e manutenção do ambiente dos Centros de Processamento e Unidades Regionais no uso das tecnologias homologadas, apoiando e atuando na solução dos incidentes.

A seguir analisaremos a distribuição da execução (quantidade) de horas-extras e de sobreaviso na Diretoria da Unidade que mais as executa, a Diretoria de Infra-estrutura de TIC - DIT:

Tabela XXII: Horas Extras e de Sobreaviso da DIT

Área	Qtde de Horas Extras Executadas (em minutos)	Percentual do Total de Horas Extras da DIT	Qtde de Horas de Sobreaviso Executadas (em minutos)	Percentual do Total de Horas de Sobreaviso da DIT
CGSI - Coordenação Geral de Segurança de Informações.	1.283	0,03	-	-
CGAD - Coordenação Geral de Análise e Classificação de Demandas.	-	-	-	-
DEGT - Departamento de Gestão dos Serviços de Ambiente de TI.	339.008	7,99	272.825	4,87
DERE - Departamento de Redes de Telecomunicações.	738.434	17,40	1.786.027	31,87
DEPI - Departamento de Planejamento e Projetos de Infra-estrutura de TI.	1.605	0,04	-	-
DESI - Departamento de Sustentação da Infra-estrutura de TI.	329.446	7,76	2.726.103	48,65
CPRJ - Centro de Processamento Rio de Janeiro.	2.216.832	52,23	-	-
CPDF - Centro de Processamento Distrito Federal.	104.707	2,47	785.925	14,03
CPSP - Centro de Processamento São Paulo.	512.893	12,08	32.796	0,58
Total da DIT:	4.244.208	100,00	5.603.676	100,00

Fonte: Análise CGU.

Analisando a DIT com mais detalhes, verificamos que o CPRJ é o maior executor de horas extras com 52,23% do total da DIT. Quanto à execução de horas de sobreaviso, verificamos que o DESI é o maior executor com 48,65% do total da DIT. Estes órgãos já foram analisados quando da avaliação das tabelas de horas extras geral e de horas de sobreaviso geral, respectivamente.

Além disso, temos o DERE como 2º maior executor de horas extras - 17,40% e de horas de sobreaviso - 31,87%. O DERE tem como objetivo: planejar, coordenar e executar atividades que proporcionam a integração, disponibilidade, segurança, desempenho e evolução tecnológica dos recursos de rede de telecomunicações, propondo políticas e estabelecendo as normas necessárias a sua utilização.

A seguir, analisaremos os 10 empregados que mais executaram Horas Extras em 2009:

Tabela XXIII: Horas Extras por Empregado:

Matrícula	Departamento	QTDE de Horas Extras (em minutos)	Valor (R\$)
288.519	DIT / DERE / DIIG	68.344	29.134,56
287.342	DIT / DERE / DIIG	57.816	55.532,20
272.264	DIT / DESI / DSAO	55.699	55.148,43
312.258	DFS / DELG / DIEN	54.741	13.722,90
309.958	DIT / DERE / DIIG	49.719	21.396,08
311.863	DFS / DELG / DIMA	49.075	20.174,89
271.314	DFS / DELG / DIEN	48.376	22.714,43
270.164	DFS / DELG / DIEN	44.078	14.056,37
235.954	DFS / DELG / DIMA	42.376	19.887,33
311.308	DIT / DERE / DIIG	39.911	28.048,46

Fonte: Análise CGU.

Verificamos que 1.053 empregados da DATAPREV trabalharam em regime de horas extras no exercício de 2009, representando 29,6% do total (1.053/3.558).

Quanto à tabela anterior, verificamos que dos 10 empregados que mais executaram horas extras na DATAPREV, cinco trabalham no DELG, quatro no DERE e um no DESI. Porém, os dois empregados que mais executaram horas extras em 2009, trabalham no DERE, mais especificamente, no DIIG.

Segundo informações da DIEN e da DIMA, as horas extras executadas por seus funcionários, em 2009, foram de caráter pontual, não havendo a necessidade de mais recursos. Além disso, as atividades por elas executadas interferem, diretamente, com os ambientes de trabalho dos empregados. Essas atividades resultam em ruído demasiado, odor, poeira, interrupção nos sistemas de abastecimento de energia elétrica, água e esgoto e ar condicionado e envolvem o transporte de objetos em quantidades e volumes significativos, somente podendo ser executadas fora dos horários de expediente.

Sendo assim, a realização de concursos públicos não afastará a necessidade de realização dessas horas extras, uma vez que não decorrem da insuficiência de quantitativo de profissionais, mas da impossibilidade de realização desses serviços durante o horário normal de trabalho.

A seguir, analisaremos os 10 empregados que mais executaram horas de sobreaviso em 2009:

Tabela XXIV: Horas de Sobreaviso por Empregado

Matrícula	Departamento	QTDE de Horas de Sobreaviso (em minutos)	Valor (R\$)
287.873 (*)	DIT / DERE / DIIG	270.916	38.126,22
222.291 (*)	DIT / DESI / DSAO	233.973	41.063,25
276.073	DIT / DERE / DIIG	190.283	27.256,47
327.751	DIT / DERE / DISR	184.105	17.796,15
310.123	DIT / DERE / DIIG	182.207	16.046,07
241.075	DIT / DESI / DSSE	171.973	28.026,66
309.893	DIT / DESI / DSPS	169.533	24.060,50
270.563	DIT / DESI / DSPS	168.288	30.850,55
330.043	DIT / DESI / DSPS	167.605	15.692,57
302.112	DIT / DESI / DSPS	160.618	22.068,21

Fonte: Análise CGU.

(*) Mesmo do ano anterior - 2008.

133 empregados da DATAPREV trabalharam em regime de horas de sobreaviso no exercício de 2009, representando 3,74% do total (133/3.558).

A DIIG possui três empregados entre os cinco que mais executaram horas de sobreaviso. Seu objetivo é: acompanhar e monitorar a disponibilidade e desempenho da rede, implantando, configurando, operando e gerenciando os recursos de infraestrutura da rede, incluindo o suporte técnico às tecnologias implementadas e o gerenciamento de incidentes da rede.

Quanto à tabela anterior, verificamos que, dos 10 empregados que mais executaram horas de sobreaviso na DATAPREV em 2009, seis trabalham no DESI e quatro no DERE. Porém, os dois empregados que mais executaram horas de sobreaviso em 2009 são os mesmos de 2008. Este fato indica que, apesar de todos os esforços feitos pela Unidade, o problema ainda persiste e, segundo a empresa, deverá ser resolvido somente durante o exercício de 2010, quando da implementação do Plano de Modernização Tecnológica - PMT, do Sistema de Integrado de Gestão Administrativa - SIGA e do trabalho em escala, com a realização de um novo concurso público.

1.1.6.2 INFORMAÇÃO: (007)

O Quadro a seguir apresenta a situação do pessoal cedido e requisitado pela DATAPREV nos exercícios de 2008 e 2009.

Quadro IV: Pessoal Requisitado e Cedido

Descrição:	2008		2009	
	Qtde	Despesa (R\$)	Qtde	Despesa (R\$)
Pessoal Requisitado em exercício na Unidade, com ônus	15	1.157.051,00	11	760.427,00
Pessoal Requisitado em exercício na Unidade, sem ônus	0	0	0	0
Total Pessoal Requisitado, em exercício na Unidade	15	1.157.051,00	11	760.427,00
Descrição:	2008		2009	
	Qtde	Despesa (R\$)	Qtde	Despesa (R\$)
Pessoal Cedido pela Unidade, com ônus	9	3.402.768,72	16	3.858.946,82
Pessoal Cedido pela Unidade, sem ônus	29	0,00	61	0,00
Total Pessoal cedido pela Unidade	38	3.402.768,72	77	3.858.946,82

Fonte: Resposta das SA222703/03.

Notamos que os gastos com pessoal requisitado com ônus pela DATAPREV apresentou um decréscimo de 34,3%, entre os exercícios de 2008 e 2009, com uma redução da quantidade de recursos em quatro pessoas.

Analisamos a documentação relativa a três dos 11 empregados requisitados com ônus para a Dataprev - matrículas 800.481, 800.490 e 801.194-, e concluímos que:

-A primeira se encontra de acordo com o Decreto n.º 4.050, de 12/12/2001; e

-As duas outras, anteriores à vigência do decreto, tiveram suas autorizações apenas publicadas no Diário Oficial da União, de 15/05/1995.

Quanto ao pessoal cedido com ou sem ônus, entendendo como referência o ônus ou não para o órgão cedente, sua quantidade mais que dobrou, aumentando tanto o quantitativo de cessões sem ônus quanto os de cessões onerosas. Ressaltamos, quanto às cessões não onerosas, que foram incluídos os 39 empregados readmitidos por decisão administrativa e cedidos para outras Unidades. Notamos, ainda, que o custo para a DATAPREV, relativo às cessões onerosas, cresceu 13,4%, entre 2008 e 2009.

Analisamos as documentações relativas às cessões de cinco dos 77 empregados cujas matrículas são: 263.834, 292.095, 310.042, 310.085 e 276.448, e concluímos que:

- 1) As cessões sem ônus da DATAPREV para o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG, e suas prorrogações, quando aplicáveis, relativas aos empregados de matrículas 263.834 e 292.095, estão de acordo com Decreto n.º 4.050, de 12/12/2001;
- 2) As cessões sem ônus da DATAPREV para a Petrobrás Transporte S/A - TRANSPETRO, e suas prorrogações, quando aplicáveis, relativas aos empregados de matrículas 310.042 e 310.085, estão de acordo com Decreto n.º 4.050, de 12/12/2001; e
- 3) A cessão relativa ao empregado de matrícula 276.448, mesmo sendo anterior à vigência do decreto, apresenta as devidas solicitações e aprovações, inclusive quanto às prorrogações ocorridas.

No caso do pessoal cedido com ônus pela DATAPREV, o total dos valores a receber pela empresa nos últimos 2 exercícios foram:

Quadro V: Valores a Receber - Cessões Onerosas

ANOS	2008 (R\$)	2009 (R\$)
TOTAL OUTROS	2.635.836,63	2.928.690,99
TOTAL MPS	766.932,09	930.255,83
TOTAL GERAL	3.402.768,72	3.858.946,82

Fonte: Resposta da SA222703/03 e SA242112/10.

Observamos, porém, que o valor de R\$ 930.255,82 (novecentos e trinta mil, duzentos e cinquenta e cinco reais e oitenta e três centavos), correspondente às cessões da DATAPREV ao Ministério da Previdência Social - MPS em 2009, teve sua cobrança suspensa após o Ofício n.º 46/2006, de 08/02/2006, da 4ª SECEX do TCU que, à luz do Acórdão n.º 04/2006, de 24/01/2006, da 2ª Câmara do TCU, determinou à Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração da Previdência Social - SPOA/MPS que ultimasse a restituição total do saldo pendente dos valores relativos a remunerações e encargos sociais de servidores cedidos pela DATAPREV ao MPS.

Além disso, constatamos um aumento de 11,11% no total dos valores a receber relativos a cessões onerosas de empregados da DATAPREV para outras unidades, entre os anos de 2008 e 2009.

Ainda com relação ao pessoal cedido com ônus pela DATAPREV, há alguns valores referentes a exercícios passados, e além do universo informado no Quadro V, pendentes de ressarcimento em 31/12/2009:

Cessões ativas: R\$ 1.771.818,18 (um milhão, setecentos e setenta e um

mil, oitocentos e dezoito reais e dezoito centavos).

Cessões encerradas: R\$ 313.988,78 (trezentos e treze mil, novecentos e oitenta e oito reais e setenta e oito centavos).

Vide o detalhamento no quadro abaixo:

Quadro VI: Valores pendentes de Cessões Onerosas para o Cessionário

Órgão Cessionário	Situação	(2008) Valor em R\$	(2009) Valor em R\$
Advocacia Geral da União - AGU Alagoas	Ativa	20.752,07	29.915,58
Advocacia Geral da União - AGU Maranhão	Ativa	-	10.343,53
Advocacia Geral da União - AGU RJ	Ativa	6.555,32	12.892,55
Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro - ALERJ	Ativa	9.744,74	25.656,83
DENATRAN	Ativa	-	69.118,72
Eletrobrás Centrais Elétricas Brasileiras S/A	Ativa	-	18.993,17
Empresa Brasileira de Infra-estrutura Aeroportuária - INFRAERO.	Ativa	20.535,19	-
Governo do Estado de Rio de Janeiro - GOV/RJ	Ativa	16.385,09	35.979,42
Governo do Estado do Sergipe - GOV/SE	Ativa	5.357,56	10.389,47
Ministério da Previdência Social - MPS (*)	Ativa	1.318.286,76	1.220.195,44
Ministério da Saúde - MS	Ativa	37.392,25	-
Ministério das Minas e Energia - MME	Ativa	17.197,72	22.355,43
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG	Ativa	20.382,75	36.796,50
Ministério Público do Trabalho - MPT	Ativa	-	16.928,09
Petrobrás Transporte S/A - TRANSPETRO	Ativa	27.242,91	95.715,68
Prefeitura de Nova Iguaçu	Ativa	10.684,43	23.570,81
Prefeitura Municipal de Anajatuba	Ativa	12.160,32	17.002,44
Prefeitura Municipal de Fortaleza	Ativa	35.696,85	14.054,51
Presidência da República - PR	Ativa	-	15.881,03
Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal	Ativa	-	47.986,44
Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO	Ativa	17.257,97	28.113,93
Tribunal Regional Federal - TRF da 1º Região	Ativa	-	19.927,61
TOTAL DAS ATIVAS		1.575.631,93	1.771.818,18
Sociedade de Previdência Complementar da DATAPREV - PREVDATA.	Encerrada	9.998,64	-
Ministério da Assistência Social - MAS	Encerrada	63.397,96	63.397,96
Ministério da Previdência Social - MPS	Encerrada	90.586,86	188.677,18

Órgão Cessionário	Situação	(2008) Valor em R\$	(2009) Valor em R\$
Ministério dos Transportes - MT	Encerrada	31.906,10	-
Senado Federal - SF	Encerrada	61.913,64	61.913,64
TOTAL DAS ENCERRADAS		257.803,20	313.988,78
TOTAL GERAL:		1.833.435,13	2.085.806,96

Fonte: Resposta da SA222703/03.

Quanto às cessões onerosas encerradas:

Observamos que houve um crescimento de 21,8%, entre 2008 e 2009, no valor pendente, sendo que a distribuição desses valores em 2009 é a seguinte:

Ministério da Previdência Social - MPS - quanto aos exercícios de 2004, 2005 e 2006; e
Senado Federal - SF e Ministério da Assistência Social - MAS - quanto aos exercícios de 2003 e 2004.

Quanto às cessões onerosas ativas:

Houve um crescimento de 12,5%, entre 2008 e 2009, no valor pendente. Todos os valores, nos casos de ELETROBRÁS, Prefeitura Municipal de Fortaleza, AGU - AL, MA e RJ, MPOG, MME, SERPRO, PR e GOV - SE, são devidos ao fato de o vencimento do pagamento do mês de dezembro ocorrer apenas em janeiro de 2009. Nos casos a seguir, há outros valores pendentes, além do relativo a dezembro:

- 1) Governo do Estado de Rio de Janeiro e Prefeitura de Anajatuba - MA, quanto ao mês de novembro;
- 2) Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro - ALERJ, Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, TRANSPETRO e Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, quanto aos meses de outubro e novembro;
- 3) DENATRAN, quanto aos meses de junho, setembro, outubro e novembro, e
- 4) Tribunal Regional Federal da 1ª Região, quanto aos meses de abril, maio e junho.

Quanto ao Ministério Público do Trabalho - MPT, o valor pendente das cessões ativas refere-se somente ao mês de novembro de 2009.

Quanto ao Ministério da Previdência Social - MPS, o valor pendente das cessões ativas se refere a diversos exercícios (2004, 2005 e 2006) e se deve à nova interpretação estabelecida, quanto à cessão de DAS's 1, 2 e 3 ao MPS, pelo Decreto n.º 5.213 de 24/09/2004, assunto esse que também foi tratado pelo Ofício/PR/N.º 396/2007, enviado pela DATAPREV para CGU-Regional/RJ/CGU-PR.

Ainda sobre este assunto, essa CGU emitiu a Nota de Auditoria N.º 222703/01, de 25/01/2010, recomendando que a DATAPREV fizesse uma consulta ao Tribunal de Contas da União sobre a pertinência ou não da cobrança das cessões para os empregados cedidos com DAS N.ºs 1, 2 e 3.

A determinação feita pelo TCU, no Acórdão n.º 04/2006, de 24/01/2006, baseia-se no Processo de Tomada de Contas referente ao exercício de 2003, da SPOA/MPS, momento anterior à alteração da versão do Decreto

n.º 4.050, de 12/12/2001. Porém, entendemos que, no momento atual, a situação se modificou, pois esse Decreto foi alterado pelo Decreto n.º 5.213, de 24/09/2004, momento posterior ao Processo de Contas em que se baseia a Recomendação do TCU.

Sobre as cessões para o MPS, a Unidade assim se manifestou:

"Relativamente a este item cumpre informar que a DATAPREV vem atuando junto ao MPS com objetivo de sanear de uma vez esse aponte, assim, encontra-se em fase de elaboração final, pelas Consultorias Jurídicas, de ambas as instituições, um instrumento fixando valores, condições e a data de retorno dos empregados envolvidos."

A situação acima é comprovada por meio do Ofício/DPE/N.º05/2010, de 23/03/2010, onde a DATAPREV solicita o cancelamento imediato das cessões dos seis empregados da Unidade em exercício no MPS.

De um modo geral, observamos que estão sendo tomadas as providências cabíveis com relação aos ressarcimentos tal como, na ocorrência de 30 (trinta) dias de atraso no ressarcimento, envio de correspondência notificando quanto à pendência do débito, assim como alertando quanto à possibilidade de retorno do empregado cedido e a inclusão do órgão cessionário devedor no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - CADIN.

1.1.6.3 INFORMAÇÃO: (008)

Quanto às admissões e desligamentos:

A Unidade apresentou as informações sobre: os cento e seis (106) empregados desligados, os quatrocentos e vinte e sete (427) empregados admitidos e os trinta e nove (39) empregados que tiveram o cancelamento do seu desligamento ocorridos em 2009, inclusive com as respectivas datas de cadastramento no SISAC. Sendo que, 551 dos 572 registros foram realizados em 2009 (96,33%), ou seja, 21 deles foram cadastrados no SISAC apenas em 2010.

Destacamos, a seguir, a determinação 1.5.1.2 do Acórdão n.º 1.402/2009, que aborda o registro de atos de admissão de pessoal, acerca de inclusão no SISAC de admissão de pessoal:

Determinação 1.5.1.2 - "Oficie ao DENIT - Departamento Nacional de Infra-estrutura Terrestre, ao INSS - Instituto Nacional do Seguro Social, à Dataprev - Empresa de Tecnologia e Informação da Previdência Social, à CEF - Caixa Econômica Federal, e ao FNDE/MEC - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação para notificá-los da necessidade de disponibilizarem no sistema Sisac as admissões de Francisco Neves Siqueira, CPF 097.029.557-00, Helia Denise Fernandes Cavalleiro de Macedo, CPF 594.306.132-00, Rodrigo da Costa Lopes, CPF 617.947.323-49, e Gérson José de Andrade Junior, CPF 700.741.191-68, para exame desta Corte.

Foi apresentada pela empresa notificação do DERH/DIRC informando que da relação de nomes apresentados no Acórdão n.º 1.402/2009 apenas a empregada matrícula 332.364 foi empregada da Dataprev no período de 01 a 30/11/2006, lotada na CGCJ (Coordenação Geral Consultoria Jurídica), tendo a mesma pedido demissão. Foi incluída em 27/12/2006 no SISAC,

com os seguintes n.ºs de Controle - Tipo Admissão 10434100-01-2006-00154-8 e Tipo Desligamento 10434100-02-2006-000097-4.

Diante da informação prestada pela área de controle e registro de pessoal na Dataprev, é nosso entendimento que a determinação foi regularizada tempestivamente.

1.1.7 ASSUNTO - PROCESSOS LICITATÓRIOS

1.1.7.1 INFORMAÇÃO: (013)

Pela análise de 11 processos componentes da amostra, representativos de 32,0% em termos de valor do total licitado, escolhidos por amostragem não probabilística por julgamento, verificamos a oportunidade e conveniência das aquisições e a adequação do enquadramento feito pelo gestor quanto à modalidade e ao tipo de certame licitatório ou ao fundamento da dispensa apresentado. Citamos, a seguir, sete dos processos analisados, estando os demais relacionados nos itens subsequentes deste documento:

- Processo n.º 44107.000006/2009-19 (URBA) Dispensa de Licitação - Contratada: Profederal Vigilância LTDA - Valor R\$ 62.005,92.
- Processo n.º 44125.000003/2009-59 (URSE) Dispensa de Licitação - Contratada: Nordeste Segurança e Transporte de Valores Sergipe LTDA - Valor R\$ 34.831,44.
- Processo n.º 44101.000069/2009-17 Dispensa de Licitação - Contratada: Banco Nacional de Recursos Humanos LTDA - Valor R\$ 148.279,98.
- Processo n.º 44101.000304/2009-51 (RJ) Dispensa de Licitação - Contratada: Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS - Valor R\$ 36.600.000,00.
- Processo n.º 44101.000127/2008-21 (RJ) Pregão - Contratada: Ponte Aérea Viagens e Turismo LTDA - Valor R\$ 5.328.968,14.
- Processo n.º 2007.0105.23 Concorrência - Contratada: THYSSENKRUPP Elevadores LTDA - Valor R\$ 890.000,00.
- Processo n.º 44101.000068/2009-72 Registro de Preço - Contratada: LENOVO Tecnologia (Brasil) LTDA - Valor R\$ 1.426.000,00.

1.1.7.2 CONSTATAÇÃO: (014)

Ausência de evidências processuais que proporcionassem a devida clareza na condução de aquisição de servidores, no montante de R\$ 35,2 milhões.

A DATAPREV, por meio do Processo n.º 44101.000141/2009-14, realizou uma licitação, na modalidade de Pregão Eletrônico, para Registro de Preços, do tipo menor preço por item (Pregão n.º 082/2009). O certame teve por objeto a aquisição de servidores para camada de banco de dados (Infraestrutura de hardware para o Projeto de Alta Disponibilidade, equipamentos a serem instalados nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo).

A) Fase interna da licitação:

O ponto de partida do processo licitatório foi a requisição de fornecimento RQ DEPI n.º 11/2009, cujos objeto e quantitativos encontram-se descritos no quadro a seguir:

Quadro VII: Itens a serem adquiridos no Pregão n.º 082/2009

Item - Código e Descrição	Quantidade
01 - Servidor Tipo 1A	4
Placa de Sistema - Servidor Tipo 1A	20
Ativação de Processador - Servidor Tipo 1A	144
Ativação de Memória - Servidor Tipo 1A	20
Console de gerenciamento - Servidor Tipo 1A	1
02 - Servidor Tipo 1B	2
Placa de Sistema - Servidor Tipo 1B	12
Ativação de Processador - Servidor Tipo 1B	76
Ativação de Memória - Servidor Tipo 1B	12
Console de gerenciamento	1

Fonte: RQ DEPI - 11/2009

Observamos que, no Termo de Referência, os itens 01 e 02 referentes ao objeto do Pregão constituem servidores com configuração conforme disposto no quadro anterior. Tal especificação permite mudar completamente a configuração dos equipamentos na fase de contratação tendo em vista que a existência de registro de preços não obriga a Administração a promover as aquisições dos bens.

O estudo Técnico e o Termo de Referência, com a devida aprovação, constam no referido processo, às folhas 03 a 35 e 479 a 506, respectivamente.

Quanto à especificação dos servidores de alta disponibilidade para a camada de Banco de Dados, por intermédio do referido estudo, foi proposto que a arquitetura do servidor adquirido deveria ser baseada na tecnologia RISC, compatível com o sistema Operacional AIX IBM versão 6.1 ou superior. Utilizaram-se os seguintes argumentos:

- o software Oracle RAC faz parte do framework tecnológico como solução de alta disponibilidade da camada de banco de dados da DATAPREV; e
- o referido software cria uma restrição quanto à escolha dos servidores que utilizem o mesmo sistema operacional e o mesmo "chip architecture" ou seja RISC - IBM Power.

Com isso, o processo de aquisição ficou restrito a equipamentos com tecnologia IBM. O estudo projetou a aquisição dos servidores, descritos a seguir, destacando que tais bens deveriam ser adquiridos por intermédio de "licitação e Registro de Preços" (fl. 15) e que seriam adquiridos processadores e memórias para utilização futura.

No intuito de justificar a escolha da modalidade de licitação, o referido estudo técnico propôs a utilização do Sistema de Registro de Preços, nos seguintes termos:

"Propomos então uma licitação em dois lotes de servidores utilizando o Registro de Preços. O primeiro restringindo o certame apenas aos servidores RISC com sistema Operacional AIX. O segundo, restrito apenas a servidores com arquitetura EP!C, utilizando o Sistema HP-UX. Nestas circunstâncias, o Registro de Preços se configura como uma

excelente alternativa, pois agiliza o processo de compra e garante padronização da infra-estrutura. Além disso, como a efetivação da compra somente ocorrerá após o fechamento dos contratos com novos Clientes ou aumento da demanda dos atuais, não haverá equipamento sem destinação prévia no ato da compra.

Outro aspecto a ser considerado é oportunidade da aquisição. Isto é, prover a capacidade requerida de forma síncrona com a demanda. Esses fatores adjacentes quando providos em tempos diferentes criam um hiato, tipicamente caracterizado pelos gargalos de infra-estrutura.

Existe ainda o fato de que o registro de preços não obriga a empresa a adquirir bens pelos preços registrados. Isto é, caso ocorra uma redução da demanda dos preços praticados pelo mercado, aqueles anteriormente registrados poderão ser renegociados pela empresa que instruiu a ata de registro de preços e o fornecedor. Desta forma, as principais obrigações entre empresa e fornecedor são a manutenção do preço acordado (salvo as exceções descritas nos decretos que regulamentam o Sistema Registro de Preço) e a disponibilização do material para entrega no prazo estipulado pelo registro. E por fim, a ata de preço pode ser revogada a critério da DATAPREV, permitindo ações estratégicas possam ser definidas de acordo com as necessidades de aquisições da Empresa.

A experiência nos mostrou que nos projetos para os quais foram previstas expansões da capacidade de processamento após o efetivo conhecimento do consumo de recursos proporcionado pela execução inicial dos sistemas na infra-estrutura projetada, encontram no plano econômico e financeiro uma enorme dificuldade. Na prática, as cotações de preço para expansão vertical da capacidade de um equipamento já adquirido, por exemplo, acréscimo de processadores e memória em um servidor, ou discos ou switches em solução storage, foram sempre superiores àqueles praticados pelos fornecedores, para aquisição de uma nova solução, não raramente mais atualizada em termos tecnológicos e de capacidade superior à anteriormente contratada. Ou seja, verificou-se ser mais econômico adquirir um novo equipamento do que ampliar a capacidade existente. É evidente que a logística da substituição de equipamentos utilizada na prestação de serviços, suporte de fornecedores, capacitação de mão-de-obra entre outras necessidades.

A adoção do Registro de Preços se mostra uma medida eficaz para mitigar os riscos descritos abaixo:

- Queda no desempenho dos serviços contratados;
- Estratégia inadequada dos serviços contratados;
- Ocorrência de gargalos na infra-estrutura;
- Aumento da heterogeneidade do parque tecnológico;
- Continuidade de requisições variadas para aquisição de conteúdos de mesma natureza;
- Perda do poder de barganha pela compra de volumes menores;
- Crescimento no número de licitações;
- Contratação de recursos de CPU e memória para utilização futura.

Para a classe dos servidores que foram adquiridos para os sistemas da Migração, do NMG e do SABI ("servidores high-end"), a maioria dos fornecedores atualmente oferece a possibilidade de configurar recursos "on-demand" para processadores e memória. Por exemplo, podemos adquirir um servidor com um determinado número de processadores ativados, para utilização imediata, e outro número de processadores desativados, reservados para utilização futura.

Normalmente, é feita uma projeção da utilização do servidor,

adquirindo-se os processadores necessários na medida em que aumente o consumo de recursos do servidor.

Este planejamento normalmente leva em conta um horizonte de utilização do equipamento por um período de três anos. Da mesma forma podemos planejar uma utilização inicial de memória do servidor, com os demais módulos de memória sendo ativados na medida em que aumente o consumo de memória do servidor.

A aquisição de recursos para utilização futura pode ser planejada de duas formas:

- Adquirindo o servidor de tal forma que os processadores e/ou memórias já sejam fornecidos, desativados, na aquisição inicial. Neste caso, basta que o fabricante forneça um chave de ativação para que os processadores e/ou memórias entrem em funcionamento. A principal vantagem desta modalidade é a extrema rapidez com que os recursos podem ser disponibilizados, já que não há necessidade de aguardar pela entrega dos componentes, que já estão instalados no servidor. A principal desvantagem é que existe um desembolso inicial para a aquisição dos módulos de memória adquiridos para utilização futura.

Cabe observar que o preço da ativação dos componentes já é fixado na aquisição do servidor, minimizando desta forma as dificuldades já mencionadas anteriormente para expansão do equipamento.

- Adquirindo o servidor sem que os processadores e/ou memórias para utilização futura sejam fornecidos com o servidor. A principal vantagem é que não existe desembolso inicial com os componentes que serão usados futuramente; a principal desvantagem é que normalmente o período para que os componentes estejam disponíveis é maior, já que é preciso aguardar pela entrega e instalação e/ou memórias. Da mesma forma que na outra modalidade, o preço de aquisição dos componentes é fixado na aquisição do servidor, para minimizar as dificuldades já descritas em expandir equipamentos.

Projetamos então as aquisições dos servidores descritos a seguir.

Destacando que tais bens deverão ser adquiridos por meio de licitação e Registro de Preços, e que estão sendo adquiridos processadores e memórias para utilização futura." (fls. 14 e 15)

A escolha do SRP foi respaldada pela Consultoria Jurídica da instituição que, por intermédio do Parecer COJU n.º 373/2009, emitiu a seguinte opinião:

"O Sistema de Registro de Preços é um procedimento especial de licitação que se efetiva por meio de uma concorrência ou pregão sui generis, selecionando a proposta mais vantajosa, com observância do princípio da isonomia, para eventual e futura contratação pela Administração. No caso dos autos, a pertinência de sua utilização está bem justificada no Estudo Técnico de fls. 03/35"

B) Fase de contratação:

Na mesma data de publicação do resultado da licitação no DOU de 17/11/2009, a Coordenação de Administração de Recursos Estratégicos (COAR), por intermédio do Memo n.º 398/2009 (fl. 819), alterou as quantidades a serem adquiridas, informando o seguinte: "Tendo em vista as demandas internas e cronogramas para execução em 2009, solicitamos alteração no pedido inicial das quantidades da ata de registro de preços do Pregão 82/2009 conforme quadro abaixo:"

Quadro VIII: Bens e serviços adquiridos na AF n.º 01.0507.2009

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	EQUIPAMENTO/ MÓDULO		INSTALAÇÃO/ ATIVACÃO		GARANTIA (36 MESES)		TOTAL
			VALOR UNITÁRIO	SUB-TOTAL	VALOR UNITÁRIO	SUB-TOTAL	VALOR UNITÁRIO	SUB-TOTAL	
			(A)	(B)	AXB	(C)	AXC (2)	(D)	
1	Servidor Tipo 1A	4	3.220.679,77	12.882.719,08	136.548,93	546.195,72	386.450,23	1.545.800,92	14.974.715,72
	Ativação de Processador	144	55.540,98	7.997.901,12					7.997.901,12
	Placa de Sistemas		79.345,09		16.004,90		60.230,65		
	Ativação de Memória	20	35.630,40	712.608,00					712.608,00
	Console de Gerenciamento	1	40.276,02	40.276,02	1.983,41	1.983,41	5.006,78	5.006,78	47.266,21
2	Servidor Tipo 1B	2	2.890.720,56	5.781.441,12	134.980,38	269.960,76	348.900,53	697.801,06	6.749.202,94
	Ativação de Processador	76	55.540,98	4.221.114,48					4.221.114,48
	Placa de Sistemas		79.345,09		16.004,90		60.230,65		
	Ativação de Memória	12	35.630,40	420.000,00					420.000,00
	Console de Gerenciamento	1	40.276,02	40.276,02	1.983,41	1.983,41	5.006,78	5.006,78	47.266,21
TOTAL ESTIMADO									35.170.074,68

Fonte. Memo COAR n.º 398/2009 e AF n.º 01.0507.2009

A autorização de Fornecimento - AF n.º 01.0507.2009, cujo valor é de R\$ 35.170.074,68 (trinta e cinco milhões, cento e setenta mil, setenta e quatro reais e sessenta e oito centavos) foi aceita, em 09/12/2009, pela vencedora da licitação (B2br - Grupo TBA).

Ao compararmos o quadro disposto no Memo n.º 398/2009 (Ver quadro anterior) com o quantitativo disposto na requisição RQ DEPI - 11/2009, observamos que os itens que não seriam adquiridos por intermédio da Autorização de Fornecimento (AF) n.º 01.0507.2009, de 16/11/2009, são referentes às placas de expansão do Sistema de cada Servidor.

Considerando os seguintes fatos:

1) Em relação a esta AF, por intermédio da Nota Técnica DIAC n.º 159/2009 de 02/12/2009, foram feitas as seguintes observações:

"[...]

11.A estimativa inicial Pregão n.º 82/2009, em relação a este item, era de 20 placas para o item 01 e de 12 placas para o item 02. Como podemos observar no quadro 01, o valor estimado para estas placas era de R\$ 19.348.114,88, o que corresponde a 33,6% do valor estimado. Observamos também, que a proposta de preços apresentada pelo vencedor dispõe para estes itens o valor total de R\$4.978.580,50, uma redução de R\$ 14.369.804,40 ao valor estimado.

Quadro 01 - Preço Total

Item	QTD	[fabricante] - Estimativa	B2BR - Proposta comercial	B2BR - Pesquisa de mercado (fl. 337 a 340)
Servidor Tipo 01 - Placa de Sistema	20	R\$12.092.571,80	R\$3.111.612,80	R\$16.974.629,40

Servidor Tipo 02 - Placa de Sistema	12	R\$7.255.543,08	R\$1.866.967,68	R\$10.184.777,64
Preço total		R\$19.348.114,88	R\$4.978.580,50	R\$27.159.407,04

Assim, conforme disposto acima, a redução no item placa de sistemas corresponde a aproximadamente 83% do valor da diferença Lance Final/Estimado (fls. 814)

No entendimento desta DIAC, faltou constar no processo, quando da alteração do pedido inicial, a justificativa para aquisição dos itens com exceção apenas das placas de sistema e quais as implicações deste fato considerando que a cláusula 11.3 do Edital (fls. 476), prevê que o fornecedor será liberado do compromisso assumido, caso comprove, mediante requerimento fundamentado com apresentação de comprovantes (lista de preços dos fabricantes), neste caso, da [...], empresa responsável pela proposta de preços utilizadas como estimativa de preços (fls. 428 a 434) devido ao preço de mercado ter se tornado superior ao registrado em ata.

Cabe destacar ainda que se os itens não adquiridos neste momento não fizessem parte quando da estimativa, o valor estimado seria inferior R \$19.348.114,88, o que reduziria o valor do pregão para R\$ 38.149.622,32, preço próximo ao que está sendo adquirido no momento"

2) A referida Nota Técnica foi encaminhada à Gerencia do Departamento de Suprimentos para apreciação e decisão, que, por intermédio do Memorando n 150/2009, de 14/12/2009, informou:

"[...] as placas de sistemas **não serão adquiridas pelo entendimento técnico quanto a sua utilização neste momento**, estando a justificativa baseada nas mesmas premissas que fizeram alterar o pedido inicial.

Entendemos que a aquisição da solução está justificada no estudo técnico, assim como, sempre que existir a demanda relacionada, solicitaremos os itens da ata de registro de preços com as devidas justificativas". (grifo nosso)

3) Em 28/12/2009, houve atesto das notas fiscais referentes a estas aquisições. Observamos que as notas fiscais apresentadas no processo de pagamento não indicam os itens fornecidos com a mesma nomenclatura utilizada na AF. A maior parte do fornecimento foi colocado sob a rubrica "Servidor IBM 595", sem indicar número de série e com pouco detalhamento sobre os componentes do equipamento.

4) Em 26/03/2010, foi encaminhado o Memorando DIT n° 22/2009 de 30/12/2009 e com os seguintes anexos:

i) Carta da fabricante de 29/12/2009 - que afirmou:

"fica garantida a entrega dos servidores da plataforma POWER, com sua capacidade máxima embarcada fisicamente e totalmente ativada pelo valor total de R\$35.170.074,68, conforme discriminado na AF de número 01.0507.2009"

ii) Carta da fabricante à B2BR, datada de 15/12/2009 asseverando que: "Os servidores da plataforma POWER, [...], possuem uma arquitetura que permite que os equipamentos sejam entregues com uma determinada

configuração e, por meio de ativações lógicas (através de microcódigos), essa configuração pode sofrer um upgrade de capacidade em tempo real, sem inclusão de novos componentes físicos. Isso se deve pelo fato do equipamento ser fabricado com peças adicionais já embarcadas, que são ativadas pelo cliente, mediante nova contratação junto à [fabricante] e/ou revendedores.

No caso supra, da DATAPREV, o valor previsto de aquisição inicial (R\$ 33.370.974,92) previa os equipamentos já seriam fabricados com sua capacidade máxima embarcada fisicamente, entretanto somente uma parte dessa capacidade de processamento estaria ativada logicamente. Dessa forma, através de uma oferta especial da B2Br, onde foi possível realizar a ativação lógica de toda a capacidade computacional destes equipamentos. Assim, esses cenários técnicos final possibilita que a DATAPREV usufrua dos benefícios de possuir os servidores POWER 595 em sua capacidade máxima de processamento, de imediato, com valores de investimentos inferiores aos previstos inicialmente na Ata de Registro de Preços (R\$ 40.148.655,16)";

5) Em 19/05/2010, foi apresentado o Memorando DICO S/N informando:

"Analisando o processo verifiquei um equívoco na numeração da CP nº 44101.000141.2009-14, numeradas a partir das folhas 854 a 864 e por esse motivo renumeradas por mim às fls. 894 a 904, visando a adequação do mesmo." (fl. 905).

Em junho de 2010, foram realizadas reuniões com a equipe técnica da DATAPREV para melhor caracterização da situação, e efetivada, além disso, inspeção física dos equipamentos para tentar determinar a quantidade de processadores e memórias realmente adquiridos.

Nesta visita às dependências da DATAPREV, a equipe técnica informou-nos que o software Oracle RAC até então não tinha sido instalado nos equipamentos IBM Power 595 adquiridos. Destaque-se que a necessidade de utilização do referido software foi utilizada como justificativa para a aquisição de servidores de tecnologia proprietária.

CAUSA:

Deficiências nos controles relacionados à instrução processual.

MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE EXAMINADA:

Em relação às falhas na instrução processual apontadas, a DESU teceu os seguintes comentários:

"As possíveis falhas processuais apontadas quanto à inserção de documentos ao processo fora da cronologia e à numeração de folhas, que eventualmente podem prejudicar a análise do processo se deve, principalmente, ao fato de que a CP circula a qualquer tempo pelas várias áreas envolvidas no processo, sendo necessária sua numeração e rubrica pelo empregado responsável pela inserção do documento ao processo (item 3, letra "f" do Manual de Compras). Este fator pode gerar equívocos na numeração das folhas, bem como a inserção de documentos fora da cronologia.

O DESU reconhece ter havido falhas neste processo e permanecerá atento para evitar que situações similares voltem a acontecer, orientando ao seu pessoal a necessidade de se manter a cronologia do histórico

processual."

Em relação ao fato de que até 08/06/2010 não havia sido instalado o software nos equipamentos, a Unidade, em resposta à SA 224084/05 (Memo n.º 023/2010) informou:

"O primeiro ambiente instalado foi o SAA da previdência, sendo que a instalação do produto foi realizada em duas partições do P595 (CPRJ) que irão trabalhar em cluster. Esta instalação foi finalizada na última sexta-feira, 11/6/2010.

Para instalação dos próximos ambientes (NMG, MTE, Migração Bricom, PDC, SIPPS, RFV, SABI), informamos que estamos em processo de planejamento e construção do cronograma, visando agendar períodos de mudanças com indisponibilidade para o cliente. Neste momento, estaremos utilizando o período inicial de produção do SAA da Previdência em cluster com o Oracle RAC, para que as equipes adquiram a maturidade necessária para a sustentação, operação e monitoração deste novo ambiente."

Adicionalmente, quando da reunião para busca conjunta de soluções, foi apresentado o termo de aceite do software, datado de 04/06/2010, e informado que o Oracle RAC já se encontra instalado nas máquinas.

ANÁLISE DO CONTROLE INTERNO:

Entendemos que os fatos narrados no itens "1" a "5" evidenciam falhas na instrução processual, falhas de comunicação entre setores da instituição e deficiências nas evidências processuais quanto ao desenvolvimento da contratação.

Destaque-se que a ausência de documentos no processo, bem como as falhas observadas em sua composição, dificultaram a análise efetivada, induzindo a equipe a conclusões equivocadas, posteriormente esclarecidas mediante a realização de reuniões e análises complementares.

Em relação aos equipamentos adquiridos, a Unidade entende que as quantidades, especificações técnicas e condições constantes do referido edital e seus anexos, foram atendidos no que tange aos critérios técnicos e financeiros.

Na inspeção técnica realizada nas dependências da DATAPREV, somente foram vistoriados os servidores que ficaram hospedados nas instalações do Rio de Janeiro, uma vez que não foi possível acesso remoto aos servidores que ficariam instalados em São Paulo, devido a requisitos de segurança às instalações.

Ademais, a inspeção planejada por esta Auditoria se mostrou infrutífera, tendo em vista as características técnicas dos equipamentos que possuem uma arquitetura que permite ativações por meio de microcódigos que em tempo real podem alterar a capacidade de processamento.

Havíamos planejado obter a informação sobre o quantitativos de memória e processadores por intermédio de comandos no sistema Operacional Unix AIX (comandos: uname, prtconf, etc.) o que não foi possível; tendo em vista que a tecnologia utilizada nos equipamentos adquiridos permitem

virtualização dos recursos computacionais, dentre eles memória e processadores. Em resumo, comandos do sistema operacional informam recursos virtuais e não físicos.

A equipe técnica da Unidade disponibilizou telas do software "IBM Hardware Management Console" (HMC) para suportar seu entendimento de que os equipamentos atendiam às especificações técnicas dispostas no Termo de Referência.

RECOMENDAÇÃO: 001

Aprimorar os controles internos relacionados à instrução processual de modo a certificar-se de que todos os documentos relacionados ao processo sejam devidamente acostados na ordem cronológica correta.

1.1.7.3 CONSTATAÇÃO: (015)

Fracionamento de despesa na aquisição de suprimentos de informática, no valor de R\$ 37,8 mil.

Identificamos fracionamento de despesas em aquisições de bens de informática, nas seguintes unidades regionais:

A) Tabela XXV: Unidade regional do Pará - URPA:

CP	OBJETO	AF	VALOR
44116.000061.2009.91	CARTUCHO DE TINTA PARA IMPRESSORA HP DESKJET	1200572009	136,00
44116.000030.2009.31	Cartucho de toner para impressora Xerox phaser	1200372009	7.683,00
44116.000061.2009.91	CARTUCHO DE TONER PARA IMP. XEROX PHASER 6180 DN	1200562009	8.190,00
		TOTAL	16.009,00

Fonte: Relação de aquisições fornecida pela Empresa.

B) Tabela XXVI: Unidade Regional de São Paulo - URSP

CP	OBJETO	AF	VALOR
44124.000023.2009.30	CARTUCHO P/IMPRESSORA EPSON STYLUS C-85 - T-047320 - MAGENTA	2100302009	379,05
44124.000071.2009.28	CARTUCHO DE TONER PARA IMPRESSORA SANSUNG SCX 6320 D8 MODELO SCX 6220 GARANTIA: 12 (DOZE) MESES	2101112009	1.387,00
44124.000008.2009.91	CARTUCHO DE TONER ORIGINAL, PARA IMPRESSORA XEROX LASER COLOR, MODELO 6180, NA CÔR AMARELO, REF. 113R00725, AUTONOMIA PARA 6.000 CÓPIAS	2100122009	1.589,00
44124.000046.2009.44	Cartucho HP 88XL Mod.L7780 9391A - Cyan.	2100602009	2.261,75
44124.000032.2009.21	CARTUCHOS DE TINTA PARA IMPRESSORA HP 5550 - REF. C6657A, COLORIDO, CARTUCHOS COMPATÍVEL DO FABRICANTE (MARCA SIHGA MGA), E CONFORME CONFIRMAÇÃO DO LANCE OFERTADO NA COTAÇÃO ELETRÔNICA . GARANTIA DOS PRODUTOS: 12 MESES	2100432009	2.326,80
44124.000008.2009.91	CARTUCHOS DE TONER ORIGINAL, PARA IMPRESSORA XEROX, MOD LASER COLOR, MODELO6180, NA CÔR MAGENTA, REF. 113R00724, AUTONOMIA PARA 6.000 CÓPIAS	2100112009	3.287,00
44124.000008.2009.91	CARTUCHOS DE TONER ORIGINAL, PARA IMPRESSORA XEROX LASER COLOR - MODELO 6180 NA CÔR PRETO - REF. 113R00726, AUTONOMIA PARA 8.000 CÓPIAS	2100102009	4.443,00
44124.000029.2009.15	CARTUCHO ORIGINAL P/IMPRESSORA HP5550 - REF. C6656-A, PRETO, DEVENDO CONTER 19 ML DE TINTA	2100382009	6.114,00
		TOTAL	21.787,60

Fonte: Relação de aquisições fornecida pela Empresa.

Vale ressaltar que o fato é reincidente, consoante Relatório de Auditoria Anual de Contas 2008 (Relatório CGU n.º 224733).

CAUSA:

Deficiência no planejamento das aquisições.

MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE EXAMINADA:

A URPA apresentou o seguinte esclarecimento:

"A DATAPREV - Unidade Regional do Pará, considerando sua programação orçamentária de custeio para 2009, onde constam todas as aquisições de materiais diversos, bens não capitalizáveis e contratações de serviços, estes com características de continuidade e eventualidade, elabora anualmente seu cronograma de atividades para o atendimento desta demanda através de procedimentos licitatórios, considerando principalmente, a priorização dos serviços considerados continuados, imprescindíveis para a manutenção logística da empresa e sua prestação de serviços aos clientes. Durante o exercício de 2009, constavam do cronograma da URPA, novas contratações de empresas especializadas em serviços de vigilância, conservação e limpeza, serviços de transportes, cujos prazos contratuais de até 60 meses venciam no final de 2009 e início de 2010. Dentre os fatos que influenciam na consecução dos objetivos programados esta a quantidade de mão de obra na área de compras e licitações, pois embora qualificada para suas atividades, conta com número reduzido de empregados para a realização do cronograma de atividades licitatórias, que sabemos demanda tempo, para a elaboração do estudo preliminar, do termo de referência, enfim, de todo o rito licitatório até a contratação, objetivo final do processo, se leva em média de 4 a 6 meses, em situações normais.

Em 2009, as licitações para aquisições de materiais para reprografia e impressão, embora inclusas no cronograma das licitações em andamento e novas licitações a serem iniciadas não foram possíveis de serem efetivadas, considerando a priorização pela URPA, da contratação de serviços continuados, já citados acima, pela importância destas contratações haja vista as consequências provenientes da descontinuidade dos serviços de vigilância, conservação e limpeza, serviços de transportes, dentre outros. Optou-se pela priorização do atendimento aos serviços continuados, em detrimento das aquisições dos materiais, que embora atendidos de forma fracionada, observou o limite legal.

Outrossim informamos que para o exercício de 2010, o cronograma licitatório inclui, já priorizados, pregões para aquisição destes materiais e outros de consumo das diversas categorias contábeis.

No que tange ao aponte em pauta, como acima exposto, se ressalta que, embora a não consecução do cronograma elaborado para as diversas licitações programadas, os processos de compras dos materiais citados no referido aponte, se observou o atendimento às diversas demandas desta Unidade regional, os limites legais no âmbito licitatório, seguindo a categorização dos materiais como abaixo esclarecemos:

1. Total de aquisições de materiais para impressão R\$ 15.362,00 [...] categoria do material: material de impressão:

CP	AF	DESCRIÇÃO	VALOR
----	----	-----------	-------

CP	AF	DESCRIÇÃO	VALOR
44116.000061.2009.91	1200572009	CARTUCHO DE TINTA PARA IMPRESSORA HP DESKJET 970 (COLORIDO), REF C6578D 30ML (COMPATIVEL) - MAXPRINT	R\$ 136,00
44116.000063.2009.81	1200562009	CARTUCHO DE TONER PARA IMP. XEROX PHASER 6180 DN-9D4811 - COR VERMELHO REF 113R00724, MARCA XEROX (ORIGINAL)	R\$ 7.890,00
44116.000030.2009.31	1200372009	Cartucho de toner para impressora Xerox phaser 6180 DN 9D4811 Azul (113R00723) de alta capacidade	R\$ 7.336,00

Quanto ao aponte na URSP:

"Apresentamos abaixo as justificativas quanto às aquisições de toners e cartuchos pela URSP, [...]:

- Cartucho Toner para Impressora Xerox 6180: CP 44124.0000008.2009.91 AF's: 21.0010.2009, 21.0011.2009 e 21.0012.2009 Valor: R\$ 9.319,00. Trata-se de RQ de 2008, cuja Cotação Eletrônica somente foi fechada e AF's assinadas e materiais entregues no início de fevereiro/2009. Houve na verdade um acréscimo no consumo destes materiais. A programação e a compra foi feita para cobrir o período de um ano.
- Cartucho de Tinta para Impressora HP 5550: CP's 44124.000029.2009.15 e CP's 22124.000032.2009.21 AF's 21.0038.2009 e 21.0043.2009 Valor: R\$ 6.340,80 Reposição normal de estoque. Porém, não obstante o processo haver sido concluído em Junho/2009, as compras de Toner para a impressora 6180 (RQ de 2008) já havia sido feita.
- Cartucho Toner para Impressora Samsung SCX 6320: CP 44124.000071.2009.28 AF 21.0111.2009 Valor: R\$ 1387,00. Trata-se de máquina mais utilizada como copiadora, cuja compra teve que ser antecipada de 2010 para 2009, em razão de incremento de consumo, porém ocorreu 08 meses após a aquisição do Toner para a impressora Xerox 6180 (Outubro/2009).
- Cartucho HP 88XL, Modelo L7780 CP 44124.000046.2009.44 AF 21.0060.2009 Valor: R\$ 2.261,75. Trata-se de impressora multinacional nova, cujos cartuchos tiveram que ser adquiridos, uma vez que não havia estoque e histórico de consumo. Os cartuchos que acompanham os novos equipamentos contém apenas um terço da quantidade de tinta.
- Cartucho para impressora EPSON STYLUS C-85, CP 44124.000023.2009.30, AF 21.0030.2009, Valor: R\$ 379,05. Reposição normal de estoque. Baixo consumo. Reposição eventual.

Informamos que estes fatos não deverão se repetir, uma vez que as compras de toners para as impressoras Xerox 6180, a exemplo dos toners para as impressoras Xerox 3428, foram centralizadas, adquiridas pela DESU por meio de Atas de Registros de Preços. A URSP tem procurado evitar o desmembramento de compras, visando o consumo de um ano, embora isto provoque altos estoques e envelhecimento dos materiais, com a solidificação do toner e conseqüente devolução pelos usuários".

Quando da reunião para busca conjunta de soluções informou-se que há dificuldades específicas relacionadas aos casos em função da descentralização dos recursos e da pulverização dos itens envolvidos. No caso em questão, há uma impressora em particular que só existe em

uma das regionais. Foi informado, no entanto, que a empresa já está adotando as medidas necessárias ao saneamento integral da questão mediante a adoção de uma solução de outsourcing para todas as suas unidades, atualmente em fase de preparo do edital.

ANÁLISE DO CONTROLE INTERNO:

Em que pese a alegação da URPA de que os limites legais teriam sido respeitados, a caracterização do fracionamento se dá quando da junção de gastos similares e passíveis de serem licitados.

Já a URSP admitiu a falha, e informou que, como as aquisições de toners para as impressoras Xerox 6180 serão centralizadas pela DESU, o fracionamento não mais voltará a ocorrer na unidade.

Efetivamente observa-se que houve redução do fracionamento quando comparamos o cenário encontrado neste exercício em relação ao exercício anterior. A mencionada solução de outsourcing demonstra a intenção da administração em resolver o problema específico relacionado às impressoras.

RECOMENDAÇÃO: 001

Planejar as aquisições e efetuar-las mediante registro de preços, abstendo-se da realização de sucessivas contratações de serviço e aquisições de pequeno valor, de igual natureza, semelhança ou afinidade, evitando, assim, o fracionamento de despesas.

1.1.8 ASSUNTO - CONTRATOS DE OBRAS, COMPRAS E SERVIÇOS

1.1.8.1 CONSTATAÇÃO: (016)

Ausência de evidências documentais relacionadas à justificativa das dispensas nos processos de contratações diretas por emergência.

A equipe de auditoria procedeu ao exame de duas contratações diretas por dispensa de licitação, motivadas pelo artigo 24, inciso IV da Lei 8.666/93.

Em ambos os casos, a situação emergencial, pelas evidências processuais, aparentavam advir de falhas administrativas. Senão vejamos:

A) aquisição de fitas magnéticas:

Em 12/01/2009, a DATAPREV celebrou o Contrato n.º 2008.0148.01, cujo objeto é a aquisição de 1000 fitas magnéticas cartucho 9840 - Modelo robô storage tek/Unisys, no valor unitário de R\$ 219,00 (duzentos e dezenove reais).

As fitas se destinariam a garantir, por um período de quatro meses, as condições de salva e recuperação dos ambientes do sistema de benefícios CNIS e SAN, localizados no Centro de Processamento do Rio de Janeiro - CPRJ.

Segundo o contrato, a empresa se comprometeria a entregar o material em 02/02/2009. Contudo, não o fez.

Ao invés de a DATAPREV providenciar tempestivamente a rescisão unilateral, e convidar as licitantes remanescentes na forma do artigo

24, inciso XI da Lei n.º 8.666/93, resolveu adotar as seguintes medidas:

- após três meses da data prevista para entrega das fitas, realizou, em 05/05/2009, uma contratação emergencial de 400 unidades ao preço unitário de R\$ 330,00 (trezentos reais), 50% superior ao valor pactuado no contrato anterior.
- em 20/05/2009, rescindiu o Contrato n.º 2008.0148.01, e reabriu o pregão eletrônico n.º 33/2008 para convidar as licitantes remanescentes. O resultado do certame originou o Contrato n.º 01.0240.2009, assinado em 22/07/2009, cujo preço unitário foi de R\$ 219,00 (duzentos e dezenove reais).

B) Serviços de limpeza e conservação:

Em 03/11/2008, foi celebrado, pelo escritório do DF, o Contrato n.º 23.0138.2008, cujo objeto foi a prestação de serviços de limpeza e conservação na Unidade Regional do Distrito Federal. Os serviços seriam realizados por um período de 12 meses, pelo preço de R\$ 294.150,00 (duzentos e noventa e quatro mil, cento e cinquenta reais).

A seleção da licitante ocorreu por meio do Pregão n.º 11/2008.

Segundo a Nota Técnica DIAD n.º 003/2009, de 21/01/2009, a firma vinha descumprindo as exigências contratuais.

Ao invés de rescindir o contrato e convidar a licitante remanescente nas condições do inciso XI do artigo 24 da Lei n.º 8.666/93, a DATAPREV resolveu realizar uma contratação emergencial, em 02/02/2009 (n.º 23.0009.2009) pelo prazo de 180 dias, no valor global de R\$ 204.296,58 (duzentos e quatro mil, duzentos e noventa e seis reais e cinquenta e oito centavos).

CAUSA:

Inadequada instrução processual, sem juntar aos autos todos os elementos necessários à compreensão dos fatos e à justificativa das contratações por dispensa emergencial.

MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE EXAMINADA:

A Coordenação de Análise e Classificação de Demandas - CGAD, mediante memorando nº136/09, de 13/11/2009, argumentou:

"Em resposta ao item 35 da supracitada SA, informo que a decisão pela emissão da requisição emergencial em 17/04/2009 foi tomada após esgotadas todas as tentativas de acordo com o fornecedor, conforme CE CGAD nº 019/2009, de 17/04/2009, em resposta ao ofício da empresa [...] nº 049, de 14/04/2009, seguindo ainda o aconselhamento técnico da área de suprimentos, uma vez que a tramitação de um processo de aquisição, mesmo que em caráter emergencial, demandaria um certo tempo, de difícil mensuração para fins de avaliação frente a um eventual sucesso nas negociações, o que infelizmente acabou não ocorrendo. Anexamos algumas correspondências trocadas entre as áreas da CGAD, CPRJ e DESU, que ilustram todo o esforço das áreas envolvidas na solução do problema."

Por sua vez, o Departamento de Suprimentos - DESU apresentou o Memo 073/2009, de 09/11/2009:

"O Departamento de Suprimentos responsável pela operacionalização da rescisão contratual só tomou conhecimento do inadimplemento do contrato pela empresa Vinylica em 15/04/2009, por meio dos emails constantes às fls. 548 e 549 do Processo/CP e imediatamente tomou as providências necessárias para a efetivação da rescisão contratual, conforme consta no processo."

"A contratação emergencial de 400 unidades, em paralelo ao andamento da licitação para contratação de 1.000 unidades mais o acréscimo de 250 unidades, deveu-se a análise feita pelo Gestor do Contrato quanto ao quantitativo necessário para atender demanda reprimida e crítica em que se encontravam os serviços da Previdência Social na execução dos backups necessários, conforme justificativas constantes às folhas 585 a 590."

No que se refere aos serviços de limpeza, o DESU apresentou o Memorando n.º 078/2009, de 23/11/2009:

"A lei Distrital n.º 3.978, de 29 de março de 2007 (que trata da necessidade de apresentação pelas empresas prestadoras de serviço de licença expedida pelo órgão competente de vigilância sanitária do distrito federal), entrou em vigor quando o processo de licitação do pregão n.º 11/2008 já tinha se iniciado e não constou como requisito habilitatório. Com efeito, quando o contrato foi rescindido, a DATAPREV já tinha ciência da aludida lei e não poderia exigir das empresas licitantes este documento como requisito imperativo de habilitação (especialmente para aqueles de outros estados, como era o caso da próxima colocada). Isto posto, a única opção para evitar a descontinuidade do serviço era a celebração de um emergencial."

Quando da reunião para busca conjunta de soluções, foram apresentadas outras justificativas pela Unidade, a seguir retratadas.

Primeiramente foi relatado que à época a empresa possuía um entendimento equivocado acerca da contratação do remanescente de compra ou de aquisição de serviço. Ela entendia que era necessária a reabertura do pregão eletrônico para que tal ocorresse, que foi o que ela efetivamente fez no caso em questão, quando optou pela rescisão do contrato. Informou que tal processo mostrava-se moroso, quando comparado a uma contratação emergencial, por ser necessária nova publicidade e abertura de prazos, inclusive quanto a recursos.

Com relação à aquisição das fitas, foi informado que à época do ocorrido o mercado apresentava uma conjuntura, especificamente com relação ao valor do dólar que influenciou sobremaneira a disponibilidade dos produtos importados, como no caso em questão, que ocasionou uma retração na oferta do produto, dificultando a entrega. A Dataprev informou ter efetuado diversas tratativas, por intermédio de contatos telefônicos, citados na própria manifestação da empresa, de 14/04/2009, bem como por emails, com a intenção de receber o material. Foi acrescentado que buscaram-se soluções alternativas, tal como solicitar fitas "emprestadas" ao CPD de São Paulo, o que foi feito, e verificação junto ao fornecedor de São Paulo sobre a possibilidade de crescer o fornecimento de modo a atender o CPD do Rio de Janeiro. Esta última situação não foi possível, pois o fornecedor de São Paulo enfrentava o mesmo problema de todos os fornecedores do produto

importado, só podendo arcar com os compromissos já anteriormente assumidos.

Diante do cenário de receber as fitas com um horizonte de 15 dias, que foi o prazo com que a empresa ganhadora do pregão havia se comprometido, após o prazo contratual já estar expirado, a ter que efetuar todo o processo de rescisão e ainda aguardar o prazo de entrega quando o novo vencedor fosse contratado, optou-se por aguardar a entrega, mesmo com atraso. Quando o fornecedor condicionou a entrega das fitas à não aplicação da multa, porém, entendeu-se não haver mais possibilidade de negociação e o contrato foi rescindido.

Com o entendimento equivocado de que a contratação do remanescente requereria a abertura do pregão e em função da necessidade imediata de obtenção do material, optou-se pela efetivação de uma contratação emergencial, a qual foi mais dispendiosa em função da conjuntura do mercado, que mudou posteriormente, tanto que foi possível a contratação do remanescente pelo preço celebrado no pregão.

Quanto à contratação dos serviços de limpeza e conservação, foi informado que entre a opção de retomar o licitatório anterior, que era o entendimento à época acerca da contratação do remanescente, e a realização de uma nova licitação, optou-se pela segunda. Até a efetivação da nova licitação foi necessária, então, a contratação emergencial.

Como argumentos que demonstravam não ser uma boa opção a contratação pelo remanescente, foi informado que se acreditava que o valor contratado estava muito abaixo do mercado, o que resultou na impossibilidade de sua prestação pela empresa. A estimativa inicial do Pregão 11/2008 era de R\$ 457,7 mil, tendo a vencedora ofertado R\$ 294,1 mil. À época, tal valor não foi considerado inexequível, mas os fatos demonstraram o contrário. Entendeu-se, portanto, que seria prejudicial a contratação do remanescente por um valor que efetivamente não correspondia à realidade do mercado, assumindo-se que a segunda colocada aceitaria a contratação.

Como demonstração de que não houve prejuízo para a Administração com a contratação do emergencial, foi apresentada planilha de preços demonstrando que o valor pago, de R\$ 204,3 mil por seis meses, foi inferior à estimativa do Pregão 11/2008, que seria de R\$ 228,9 por seis meses, e até mesmo inferior ao valor contratado após a realização do Pregão 13/2009, cujo montante para seis meses foi de R\$ 213,1 mil.

ANÁLISE DO CONTROLE INTERNO:

A deficiência das evidências processuais levavam à conclusão de que as contratações emergenciais haviam sido indevidas e que haviam importado prejuízo total de R\$ 134,3 mil, sendo R\$ 44,4 mil no caso dos bens de informática e R\$ 89,9 mil para os serviços de limpeza.

Quanto às manifestações apresentadas, destacamos:

A) Aquisição de fitas magnéticas:

O DESU asseverou que só teve conhecimento do inadimplemento em 15/04/2009, três meses após o prazo de entrega da mercadoria.

Já a CGAD argumentou que todas as tentativas de negociação com o fornecedor foram esgotadas.

O Contrato n.º 2008.0148.01 não contém cláusulas que estabeleçam prazo máximo de tolerância no caso de atraso no fornecimento. Sua cláusula nona diz que a inexecução total ou parcial do contrato, pela contratada, assegurará à UJ o direito de rescisão, sempre mediante notificação por carta, contra recibo, com antecedência mínima de 30 dias.

Entendemos, pelas informações adicionais apresentadas quando da reunião de busca conjunta de soluções, que a situação em questão foi excepcional, pois, considerando a importância capital da manutenção dos bancos de dados do CPRJ, entendemos ser imprudente, em condições normais de mercado, uma conduta de negociar a entrega do produto por mais de dois meses.

De tudo exposto, concluímos que houve uma falha operacional interna da Empresa, já corrigida, quanto ao entendimento da necessidade de retomada do pregão inicial para a contratação do remanescente e que, sob as circunstâncias apresentadas, restou justificada a contratação emergencial procedida. Destaque-se, no entanto, que as falhas quanto à instrução processual de fato ocorreram e contribuíram para a formação de uma opinião equivocada sobre a questão.

B) serviços de limpeza

A DATAPREV alega requisito de habilitação fixado em Lei Distrital como impedimento para a convocação das licitantes remanescentes, uma vez que o pregão 011/2008 estava em andamento quando tal lei entrou em vigor.

Em consulta ao Sistema Informatizado da Legislação e Gestão - SILEG, do Governo do Distrito Federal, observamos que a Lei nº 3.978/2007 foi publicada em 09/04/2007, cerca de 16 meses antes da abertura do pregão 011/2008, em 28/08/2008.

Ressalta-se, ainda, que, consultando a movimentação do processo na Intranet da UJ, a requisição do serviço (RQ nº23.0097.2007) foi emitida em 02/07/2007, e o edital cancelado pela DESU em 10/10/2007.

Por fim, as justificativas para a contratação emergencial, contidas na Nota Técnica DIAD n.º 003/2009, não abordam o advento da lei distrital como fator impeditivo para a contratação direta nos moldes do artigo 24, inciso XI da Lei n.º 8.666/93.

Acerca da manifestação apresentada quando da reunião para busca conjunta de soluções, entendemos que a empresa tenha justificado a dispensa realizada e comprovado não ter ocorrido quaisquer prejuízos à administração. Ressalte-se mais uma vez, porém, o quão prejudicial se mostrou a deficiência na instrução do processo em comento.

RECOMENDAÇÃO: 001

Ao requerer contratação de serviços, observar os normativos estaduais e municipais que regulam seu funcionamento.

RECOMENDAÇÃO: 002

Implementar ferramentas de controle que permitam ao Departamento de Suprimento - DESU um conhecimento mais tempestivo do que está acontecendo com a execução dos contratos, tanto no Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília, quanto nos demais escritórios regionais da DATAPREV.

RECOMENDAÇÃO: 003

Aprimorar os controles internos relacionados à instrução processual das dispensas de licitação de modo a certificar-se de que todos os documentos relacionados ao processo sejam devidamente acostados em ordem cronológica.

1.1.8.2 INFORMAÇÃO: (034)

A DATAPREV, por meio do Processo n.º 44101.000025/2009-97, realizou uma contratação direta fundamentada na inexigibilidade de licitação, artigo 25, caput. O certame teve por objeto a atualização de licenças de software e suporte técnico, no valor global de R\$ 3.422.147,93 (três milhões, quatrocentos e vinte e dois mil, cento e quarenta e sete reais e noventa e três centavos).

No intuito de justificar a escolha da contratada, foi apresentado, pelo órgão requisitante:

- um atestado de exclusividade para serviços técnicos da empresa fabricante do software (certidão n.º 090304/16.011 - fls 109 a 116), emitido pela Associação Brasileira das Empresas de Software em 04/03/2009.
- pesquisa de preços efetuada junto a oito fornecedores em que quatro apresentaram resposta, todos pela negativa de participação, tendo duas empresas textualmente informado que o serviço requerido era prestado exclusivamente pela fabricante.
- Contratos celebrados pela fabricante junto a outros órgãos públicos, todos por inexigibilidade de licitação.

Adicionalmente, quando da realização de reunião para busca conjunta de soluções, foi informado que no exercício anterior, por orientação da auditoria interna, foi realizada licitação na modalidade pregão para esta aquisição, tendo comparecido apenas a fabricante.

Em função dos fatos apresentados e considerando que o contrato celebrado fundamenta-se no artigo 25, caput, consideramos adequadamente justificada a inexigibilidade de licitação.

2 GESTÃO DO SUPRIMENTO DE BENS/SERVIÇOS

2.1 CONTRATOS DE OBRAS, COMPRAS E SERVIÇOS

2.1.1 ASSUNTO - ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

2.1.1.1 INFORMAÇÃO: (010)

Selecionamos uma amostra de quatro contratos nos quais a DATAPREV havia pago CPMF (0,38% - tanto no contrato quanto na nota fiscal fatura) indevidamente. Os valores pagos indevidamente já foram recuperados, de acordo com a tabela a seguir:

Tabela XXVII :CPMF Recuperada

Número do Contrato	Vigência	Valor Contratado (R\$)	Números das Notas Fiscal Fatura	Valor da CPMF paga indevidamente e recuperada (R\$)
23.0067.2007	01/07/2009 até 30/06/2010	502.500,00	535, 552, 566, 588, 616, 655, 674, 703, 733, 752, 778, 803, 823, 839, 853, 873, 893, 916 e 944.	3.023,28
12.0106.2004	08/03/2009 até 07/03/2010	106.050,48	1247, 1271 e 1294.	89,53
07.0028.2004	01/11/2008 até 31/10/2009	87.204,24	2475, 2532, 2620 e 106.	99,78
01.0346.2007 e 01.0526.2008	21/12/2008 até 20/12/2009	4.633.392,24	2418, 2417, 2427, 2428, 2433, 2434, 2440, 2441, 2446, 2448, 2504, 2506, 2512, 2513, 2517, 2518, 2523, 2526, 2531, 2533, 2540, 2541, 2544, 2545, 2550, 2551, 2555, 2554, 2559, 2558, 2563, 2562, 2567 e 2568	18.802,36 e 2.706,63

Fonte: Resposta da SA224084/01

3 CONTROLES DA GESTÃO

3.1 SUBÁREA - CONTROLES EXTERNOS

3.1.1 ASSUNTO - ATUAÇÃO DO TCU/SECEX NO EXERCÍCIO

ACÓRDÃO n° 1402/2009 PLENÁRIO

ITEM	ATENDIMENTO	ITEM ANEXO I
1.5.1.2	SIM	NAO SE APLICA

ACÓRDÃO n° 782/2009 PLENÁRIO

ITEM	ATENDIMENTO	ITEM ANEXO I
9.5	SIM	NAO SE APLICA



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO
SECRETARIA FEDERAL DE CONTROLE INTERNO**

CERTIFICADO DE AUDITORIA

CERTIFICADO N° : 244084
UNIDADE AUDITADA : DATAPREV
CÓDIGO : 239001
EXERCÍCIO : 2009
PROCESSO N° : 44101.000152/2010-20
CIDADE : RIO DE JANEIRO

Foram examinados os atos de gestão dos responsáveis pelas áreas auditadas, especialmente aqueles listados no art. 10 da IN TCU n° 57/2008, praticados no período de **01Jan2009 a 31Dez2009**.

2. Os exames foram efetuados por seleção de itens, conforme escopo do trabalho definido no Relatório de Auditoria constante deste processo, em atendimento à legislação federal aplicável às áreas selecionadas e atividades examinadas, e incluíram procedimentos aplicados em ações de controle realizadas ao longo do exercício objeto de exame, sobre a gestão da unidade auditada.

3. Em função dos exames aplicados sobre os escopos selecionados, consubstanciados no Relatório de Auditoria Anual de Contas n° 244084, proponho encaminhamento do julgamento das contas dos responsáveis referidos no art. 10 da IN TCU n° 57 pela regularidade, tendo em vista **a baixa relevância dos fatos identificados no Relatório de Auditoria Anual de Contas**.

Rio de Janeiro, 30 de Julho de 2010



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO
SECRETARIA FEDERAL DE CONTROLE INTERNO**

PARECER DO DIRIGENTE DE CONTROLE INTERNO

RELATÓRIO N° : 244084
EXERCÍCIO : 2009
PROCESSO N° : 44101.000152/2010-20
ENTIDADE AUDITADA : DATAPREV
CÓDIGO : 239001
CIDADE : RIO DE JANEIRO

Em conclusão aos encaminhamentos sob a responsabilidade da SFC/CGU quanto ao processo de contas do exercício sob exame, da Entidade acima referida, expresse, a seguir, opinião conclusiva, de natureza gerencial, sobre os principais registros e recomendações formulados pela equipe de auditoria, em decorrência dos trabalhos conduzidos por este órgão de controle interno sobre os atos de gestão do referido exercício.

Como resultado das análises realizadas pela equipe de auditoria desta Controladoria, verificou-se que a Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - DATAPREV apresentou atuação marcante na busca de soluções para o melhor desempenho de suas competências institucionais. Destaca-se nesse contexto, apesar da justificada baixa execução no âmbito das Ações 4101 - Manutenção e Adequação de Bens Imóveis e 4102 - Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos, um desempenho significativo da DATAPREV no Programa 0807 - Investimento das Empresas Estatais em Infra-Estrutura de Apoio, constituindo-se na maior execução da Unidade - 82,24% nos últimos cinco anos.

Contudo, de acordo com as análises realizadas pela equipe de auditoria deste Órgão de Controle, foram constatadas fragilidades nos procedimentos operacionais executados pela Entidade, em especial os que dizem respeito à área de suprimento de bens e serviços, representadas por falhas na formalização e composição de processos licitatórios, envolvendo a aquisição de suprimentos de informática.

Verifica-se que os elementos que se constituíram em fatores determinantes para as fragilidades identificadas decorreram de falhas de

comunicação entre os setores da instituição responsáveis pela execução dos procedimentos licitatórios e de deficiência no planejamento das aquisições.

No sentido de auxiliar a Entidade na melhoria de seus processos gerenciais, foi proposto o aprimoramento dos controles internos relacionados à instrução processual e a implementação de instrumentos de controle que permitam o gerenciamento adequado da execução dos contratos, bem como o planejamento consistente das aquisições e contratações.

Merece registro o fato de a Entidade, em linhas gerais, estar agindo no sentido de atender as recomendações formuladas por este órgão de controle, somente não logrando êxito em relação às questões relativas às aquisições de suprimentos de informática, cujas ocorrências vêm se verificando de forma contumaz, exigindo a implementação de medidas visando o aprimoramento do processo de planejamento de suas aquisições.

A despeito de não ter sido objeto de registro no Relatório Anual de Contas, tendo em vista que o assunto ainda encontra-se em análise por esta CGU, é indispensável tratar, por sua importância, a falta de tempestividade da DATAPREV no cumprimento do Plano de Modernização Tecnológica - PMT e do Termo de Ajustamento de Conduta - TAC assinado, em 28 de maio de 2008, pela Entidade, o Ministério da Previdência Social e o Ministério Público Federal no Distrito Federal. O Referido TAC define as responsabilidades de cada parte e estabelece prazos para que as medidas necessárias ao fim da dependência de um fornecedor exclusivo sejam adotadas. A meta era concluir o processo de substituição da plataforma, por meio da migração dos sistemas, até janeiro de 2010.

Em junho de 2010 a DATAPREV apresentou uma nova estratégia para execução dos projetos previstos, que incluem a aquisição dos mainframes do fornecedor UNISYS, consignando, entretanto, que permanece a estratégia de desmobilização dos mesmos.

Ainda no que diz respeito aos controles internos administrativos, tendo como referência os fatos descritos no relatório de auditoria de avaliação da gestão e nas observações consignadas anteriormente neste parecer, verifica-se a necessidade de melhoria dos mecanismos e instrumentos de controle da DATAPREV, objetivando tornar mais efetiva a supervisão de seus processos gerenciais.

Assim, em atendimento às determinações contidas no inciso III, art. 9º da Lei n.º 8.443/92, combinado com o disposto no art. 151 do Decreto n.º 93.872/86 e inciso VII, art. 13 da IN/TCU/N.º 57/2008 e fundamentado no Relatório de Auditoria, acolho a conclusão expressa no Certificado de Auditoria. Desse modo, o processo deve ser encaminhado ao Ministro de Estado supervisor, com vistas à obtenção do Pronunciamento Ministerial de que trata o art. 52, da Lei n.º 8.443/92, e posterior remessa ao Tribunal de Contas da União.

Brasília, de agosto de 2010.

HUMBERTO LÚCIO PIMENTEL MENEZES
Diretor de Auditoria de Pessoal, Previdência e Trabalho
Substituto



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO
SECRETARIA FEDERAL DE CONTROLE INTERNO**

RELATÓRIO DE AUDITORIA ANUAL DE CONTAS

TIPO DE AUDITORIA : AUDITORIA DE GESTÃO
EXERCÍCIO : 2009
PROCESSO N° : 44101.000152/2010-20
UNIDADE AUDITADA : DATAPREV
CÓDIGO UG : 239001
CIDADE : RIO DE JANEIRO
RELATÓRIO N° : 244084
UCI EXECUTORA : 170130

Chefe da CGU-Regional/RJ,

Em atendimento à determinação contida na Ordem de Serviço n.º 244084, e consoante o estabelecido na Seção III, Capítulo VII da Instrução Normativa SFC n.º 01, de 06/04/2001, apresentamos os resultados dos exames realizados sobre o processo anual de contas apresentado pela **EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - DATAPREV**.

I - INTRODUÇÃO

2. Os trabalhos de campo conclusivos foram realizados no período de **01/06/2010 a 11/06/2010**, por meio de testes, análises e consolidação de informações coletadas ao longo do exercício sob exame e a partir da apresentação do processo de contas pela Unidade Auditada, em estrita observância às normas de auditoria aplicáveis ao Serviço Público Federal. Nenhuma restrição foi imposta à realização dos exames.

II - RESULTADO DOS TRABALHOS

3. Verificamos no Processo de Contas a existência das peças e respectivos conteúdos exigidos pela IN-TCU-57/2008 e pelas DN-TCU-100/2009 e DN-TCU-102/2009, alterada pela DN-TCU-103/2009.

4. Em acordo com o que estabelece o Anexo IV da DN TCU-102/2009, e em face dos exames realizados, efetuamos as seguintes análises, que versam sobre o conjunto de Unidades abrangidas pelo processo de contas em questão:

4.1 ITEM 01 - AVAL RESULTADOS QUANTI/QUALI GESTÃO

A Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - DATAPREV é uma empresa pública vinculada ao Ministério da Previdência Social - MPS. A Unidade operacionaliza suas atividades pela execução de dois Programas, o primeiro com uma única Ação e o segundo que desdobra-se em três Ações, todos a seguir destacados:

Quadro I: Resumo das finalidades dos Programas 0087 e 0807 e suas respectivas Ações

Programa (código / Descrição / Finalidade)	Ação (Código / descrição)	Finalidade
0087 - Gestão da Política de Previdência Social Finalidade: Promover o acesso com qualidade à Seguridade Social, sob a perspectiva da universalidade e da equidade, assegurando-se o seu caráter democrático e a descentralização. Seu objetivo específico é Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de previdência social.	4117 - Manutenção e Adequação da Infra-estrutura de Tecnologia da Informação para a Previdência Social.	Manter o ambiente tecnológico da DATAPREV, visando torná-lo apto para suportar o nível de demanda dos serviços da Previdência Social.
0807 - Investimento das Empresas Estatais em Infra-estrutura de Apoio. Finalidade: Dotar a área administrativa de condições necessárias para prestar adequado suporte à área operacional.	4101 - Manutenção e Adequação de Bens Imóveis	Realizar despesas com manutenção e obras de adequação que prolonguem a vida útil dos bens imóveis e melhorem a qualidade dos serviços prestados aos usuários.
	4102 - Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos	Realizar despesas com manutenção e obras de adequação que prolonguem a vida útil dos bens móveis, veículos, máquinas e equipamentos proporcionando melhor qualidade dos serviços prestados aos usuários.
	123C: Aquisições de Bens Imóveis para as Instâncias Regionais	Regularizar de forma perene a condição de ocupação dos imóveis onde suas unidades estão instaladas, especialmente os imóveis de propriedade do INSS, que representam parcela substancial de sua ocupação. Neste sentido, a aquisição de imóveis pertencentes ao INSS que possam atender as necessidades operacionais da Empresa revelam-se de grande importância.

Fonte: Relatório de Gestão.

Destacamos, a seguir, os resultados, em termos de metas físicas e financeiras, das ações no âmbito do DATAPREV.

Quadro II: Execução Física e Financeira das Ações de maior materialidade

239001 - DATAPREV					
0087 - Gestão de Política de Previdência Social.					
Ação 4117 - Manutenção e Adequação da Infra-estrutura de Tecnologia da Informação para a Previdência Social.					
Meta	Previsão (Reprogramação)	Execução (*)	Execução/Previsão %	Atos e Fatos que prejudicaram o desempenho	Providências Adotadas
Física	-	-	-	A realização acima do esperado em 7,21%, mesmo após a reprogramação, reflete os resultados das atitudes tomadas pela Unidade visando a resolver o problema da baixa execução orçamentária nos últimos exercícios.	Não se aplica.
Financeira	R\$ 92.000.000,00	R\$ 98.635.290,00	107,21		
0807 - Investimento das Empresas Estatais em Infra-Estrutura de Apoio					
4101 - Manutenção e Adequação de Bens Imóveis e 4102					
Meta	Previsão (Reprogramação)	Execução (*)	Execução/Previsão %	Atos e Fatos que prejudicaram o desempenho	Providências Adotadas
Física	-	-	-	Após a última reprogramação, as reformas previstas nas instalações DATAPREV, em vários pontos do país, serem de grande vulto, demandou diversas, e por vezes complexas, análises que retardaram a elaboração dos respectivos projetos básicos das licitações envolvidas.	Não houve a necessidade, pois todas as ações necessárias ao cumprimento do previsto já se encontravam em andamento.
Financeira	R\$ 30.000.000,00	R\$ 9.504.503,00	31,68		
4102 - Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos					
Meta	Previsão (Reprogramação)	Execução (*)	Execução/Previsão %	Atos e Fatos que prejudicaram o desempenho	Providências Adotadas
Física	-	-	-	Após a última reprogramação, realização dessa ação também foi muito abaixo da expectativa, uma vez que, na mesma medida em que a execução da Ação 4101 foi baixa, não seria possível adquirir o mobiliário e os equipamentos para as instalações cujas reformas ainda não se encontravam concluídas.	Não houve a necessidade, pois todas as ações necessárias ao cumprimento do previsto já se encontravam em andamento.
Financeira	R\$ 18.000.000,00	R\$ 3.136.895,00	17,43		

Ação 123C: Aquisições de Bens Imóveis para as Instâncias Regionais					
Meta	Previsão (Reprogramação)	Execução (*)	Execução/Previsão %	Atos e Fatos que prejudicaram o desempenho	Providências Adotadas
Física	-	-	-	O desempenho dessa Ação pode ser considerado bom pois, apesar de esta Ação ter sido criada durante o exercício de 2009, atingiu 86,88% do total previsto.	Não se aplica.
Financeira	R\$ 83.263.522,00	R\$ 72.338.802,00	86,88		

Fonte: Relatório de Gestão, SIGPLAN e SIAFI.

(*) informados os valores liquidados/realizados

A implementação da Ação 4117 está ocorrendo por meio das etapas de especificação da necessidade pela área técnica, de aquisição de equipamentos e software por meio de licitação, finalizando com a entrega dos produtos e aceite por parte da DATAPREV. No Relatório de Gestão, consta o detalhamento das principais realizações alcançadas.

A Ação 4101 foi operacionalizada por meio da contratação de obras de reforma e de instalação e de projetos de engenharia.

As principais atividades realizadas no âmbito da Ação 4102 relacionaram-se a: manutenção predial (civil, elétrica e ar condicionado); manutenção de elevadores; e operação e monitoramento de máquinas, equipamentos e sistemas prediais.

Já no âmbito da ação 123C, houve a compra dos prédios do INSS no Rio de Janeiro, em São Paulo, no Ceará, no Rio Grande do Sul, em Sergipe, em Goiás e no Piauí.

Com base nas informações apresentadas, bem como pela análise de processos constantes de nossa amostra, consideramos que os resultados apresentados se coadunam com a finalidade das Ações envolvidas. Consideramos, ainda, justificadas as baixas execuções no âmbito das Ações 4101 e 4102, a primeira em função da complexidade dos processos em andamento e a segunda em função de sua dependência com relação à primeira. Destaque-se, no entanto, que a execução total dos investimentos por parte da DATAPREV pode ser considerada excelente, pois representa a maior execução da Unidade - 82,24%, pelo menos nos últimos cinco anos.

Observamos, porém, que a maior execução dos investimentos deu-se no mês de dezembro de 2009. A execução total até novembro era de apenas 22,80%, fato que pode ser explicado pela complexidade das questões envolvidas nas aquisições de bens de capital necessários para a modernização e manutenção das atividades da DATAPREV. Foi necessário que a Unidade realizasse um grande esforço estratégico para atingir tal objetivo, indicando a necessidade contínua de ações que visem à otimização, à racionalização e à automação das etapas estabelecidas para efetivar a aquisição de bens e serviços da Empresa.

4.2 ITEM 02 - AVALIAÇÃO DOS INDICADORES DE GESTÃO

A DATAPREV apresentou, em seu Relatório de Gestão 2009, 24 Indicadores (oito de desempenho, três de carga de trabalho, e 13 de gestão empresarial), cujas informações detalhamos a seguir:

Quadro III: Indicadores Apresentados pela DATAPREV

Nome do Indicador	Descrição do Indicador	Fórmula de Cálculo	Objetivo
TMA	Tempo Médio de Atendimento ao Usuário dos produtos e serviços da DATAPREV	TMA = STA / TCP onde: TMA = Tempo médio de atendimento para todos os chamados registrados pela Central de Serviços, que tenham sido concluídos no ano considerado. STA = Somatório dos tempos de atendimento de todos os chamados concluídos no período, considerando-se a data de início de atendimento na Central de Serviços até a data da solução. TCP = Total de chamados concluídos no período.	Verificar se a meta estipulada foi alcançada e também analisar o tempo médio de atendimento em relação aos anos anteriores, verificando a resposta do processo aos novos procedimentos implantados.
ISCS	Índice de Solução na Central de Serviços	ISCS = CRSCS/ CR onde: ISCS = índice de chamados solucionados na Central de Serviço CRSCS= Chamados registrados e solucionados na Central de Serviços no período considerado CR= Chamados registrados no período considerado	Verificar o percentual de solução da Central de Serviços e permitir acompanhar a evolução do serviço em relação aos anos anteriores, verificando se os procedimentos adotados apresentaram alteração no perfil da Central de Serviços.
DRAI	Disponibilidade de Rede para acesso dos Cidadãos aos Serviços de Previdência Social na internet	((1-(TII/QMM)) x (1-(TIBN x QMM))) x 100 Onde: TII - Tempo de Indisponibilidade Mensal da Internet TIBN - Tempo de Indisponibilidade Mensal do Backbone Núcleo QMM - Quantidade de Minutos no Mês	Apresentar a disponibilidade dos circuitos de comunicação de dados da Rede da Previdência Social necessários para que os serviços da Previdência na Internet sejam acessados pelo cidadão. Este indicador inclui os circuitos de acesso à Internet e a rede composta pelos circuitos de alta velocidade que compõem o segmento central da rede de telecomunicações (backbone - núcleo da rede), responsável pela comunicação entre os Centros de Processamento do Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília.
EFG	Evolução do Faturamento Global	EPG = ((FTA/FTAA)-1)*100 Onde FTA é o Faturamento Total do Ano e FTAA é o Faturamento Total do Ano Anterior.	Medir o crescimento do faturamento do Ano em relação ao Ano anterior.
RPL	Rentabilidade sobre Patrimônio Líquido	RPL = LL / PL * 100 Onde: RPL = Rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido LL = Lucro (Prejuízo) Líquido PL = Patrimônio Líquido	Medir a eficiência gerencial na utilização dos recursos próprios e de terceiros em benefício dos acionistas, ou seja, medir a taxa de remuneração do Capital Próprio.
MO	Margem Operacional	MO = LO / ROL * 100 Onde: MO = Margem Operacional LO = Lucro Operacional ROL = Receita Operacional Líquida	Medir a relação entre o Lucro/Prejuízo Operacional e a Receita Operacional Líquida. De âmbito interno, visa avaliar qual o percentual do lucro operacional.
LC	Liquidez corrente	LC = AC/PC Onde: LC = Liquidez Corrente AC = Ativo Circulante PC = Passivo Circulante	Medir a capacidade da Empresa em saldar suas obrigações de curto prazo. Quando o resultado for maior que 1, significa que há mais recursos disponíveis no prazo de até um ano do que obrigações de pagamentos de igual prazo. Quando o resultado for menor que 1, significa exatamente o contrário.
EBITDA / LAJIDA	Lucro antes de Juros, Impostos, Depreciações e Amortização.	EBTIDA = Lucro ou prejuízo operacional, excluindo-se os juros, impostos, depreciações e amortizações, provisões p/ litígios trabalhistas, litígios cíveis, litígios fiscais e passivo atuarial no período de referência.	Medir a capacidade da empresa na geração de recursos próprios, obtidos por meio das atividades operacionais. É calculado excluindo-se do lucro ou prejuízo operacional, os juros, impostos, depreciações e amortizações, no período de referência. O uso da sigla em inglês é comum no mercado. No caso da DATAPREV, são excluídas ainda as provisões para Litígios Trabalhistas, Litígios Cíveis, Litígios Fiscais e Passivo Atuarial para medir a sua real capacidade de geração de recursos próprios.

Nome do Indicador	Descrição do Indicador	Fórmula de Cálculo	Objetivo
CEPB	Créditos emitidos para Pagamento de Benefícios	$\% \text{ CEPB} = (\Sigma \text{ CE} (A + 1) \times 100 / \Sigma \text{ CE}) / 100$ Onde: CE = Créditos Emitidos A = Ano	Aferir a variação percentual do número de créditos emitidos em cada exercício, projetando a demanda de trabalho de Empresa.
GA	Guias de Arrecadação	Somatório de guias armazenadas nas bases de dados	Aferir a quantidade de guias dos contribuintes armazenadas nas bases de dados para projetar a demanda futura da Empresa sobre os sistemas de arrecadação.
ICVE	Índice de Crescimento de Vínculos Empregatícios	$\text{ICVE} = ((\text{TVE} (\text{ano}) / \text{TVE} (\text{ano anterior})) - 1) \times 100$ Onde: ICVE: Índice de Crescimento de Vínculos Empregatícios, expresso em forma percentagem TVE: Total de Vínculos Empregatícios	Aferir quantitativamente a variação da massa de empregados com vínculos empregatícios, projetando a demanda de trabalho da Empresa.
IMI	Imagem Institucional	$\text{IMI} = \text{TPI} / \text{TN} (523/139 = 3,76)$ IMI = Imagem Institucional TP = Total de notícias positivas e informativas TN = Total de notícias negativas	Verificar a participação da DATAPREV na imprensa e qualificar este número através do batimento do dado gerado pelas notícias positivas e informativas em contraponto às notícias negativas
FCI	Fortalecimento do Controle Interno	$\text{FCI} = (\text{TRREG} / (\text{TRPEND} + \text{TRGER})) \times 100$ TRREG - Total de recomendações regularizadas no exercício TRPEND - Total de recomendações pendentes no último dia do exercício anterior TRGER - Total de recomendações geradas no decorrer do exercício	Mede o fortalecimento do controle interno como resultado da implementação das ações recomendadas pelos órgãos de controle (Auditoria Interna, CGU/SFC, TCU), no período de referência.
ECHGP	Evolução dos Custos com Locação de Hardware de Grande Porte	$\text{ECHGP} = \{ [\text{CHGP } a / \text{CHGP } a-1] - 1 \} \times 100$ CHGP a = Custos com a locação de Hardware de Grande Porte do exercício atual CHGP a - 1 = Custos com a locação de Hardware de Grande Porte do exercício anterior	Mede a evolução dos custos com Locação de Hardware de Grande Porte do exercício atual em relação ao exercício anterior.
EPLS	Evolução da Proporção de Custos de Locação de demais software em relação ao software de plataforma alta	$\text{EPLS} = \{ [(\text{CLDS } a / \text{CLDS } a - 1) - 1] \times 100 \} / \{ [(\text{CLSPA } a / \text{CLSPA } a - 1) - 1] \times 100 \}$ EPLS = Evolução da proporção dos custos de locação de demais software em relação ao software de Plataforma Alta CLDS a = Custos locação de demais Software do exercício atual CLDS a - 1 = Custos locação de demais Software exercício anterior CLSPA a = Custos locação de Software de Plataforma Alta do exercício atual CLSPA a - 1 = Custos locação de demais Software de Plataforma Alta do exercício anterior	Mede a evolução da proporção dos custos com a locação de Software de Plataforma Alta em relação aos demais Software do exercício atual em relação ao exercício anterior.
EPMS	Evolução da Proporção dos Custos de Manutenção de Software em relação ao software de plataforma alta	$\text{EPMS} = \{ [(\text{CMDS } a / \text{CMDS } a - 1) - 1] \times 100 \} / \{ [(\text{CMSPA } a / \text{CMSPA } a - 1) - 1] \times 100 \}$ EPMS = Evolução da proporção dos custos de manutenção de demais software em relação ao software de Plataforma Alta CMDS a = Custos manutenção de demais Software do exercício atual CMDS a - 1 = Custos manutenção de demais Software exercício anterior CMSPA a = Custos manutenção de Software de Plataforma Alta do exercício atual CMSPA a - 1 = Custos manutenção de demais Software de Plataforma Alta do exercício anterior	Mede a evolução da proporção dos custos com a manutenção de Software de Plataforma Alta em relação aos demais Software do exercício atual em relação ao exercício anterior.

Nome do Indicador	Descrição do Indicador	Fórmula de Cálculo	Objetivo
EPCR	Evolução do Grau de Realização de Contas a Receber	$ERCR = [(CRA-1 + ROB - CRA) / ROB] * 100$ Onde: ERCR = Evolução do grau de Realização de Contas a Receber CRA-1 = Contas a Receber do Ano Anterior CRA = Contas a Receber do Ano Atual ROB = Receita Operacional Bruta	Demonstrar o percentual de recebimentos em relação ao faturamento.
VDT	Variação da Despesa Total	$VDT = \{ [DTA / DTA-1] - 1 \} * 100$ Onde: VDT = Variação da Despesa Total DTa = Despesas Totais no Ano Atual DTa-1 = Despesas Totais no Ano Anterior	Avaliar o comportamento da despesa total de um período de referência em relação a igual período anterior.
IMA	Índice de Marcos Alcançados	$IMA = [(p1*M1) + (p2*M2) + ... + (pn*Mn)] / (p1+p2+ ...+pn)$ Onde: n = quantidade de Marcos p = peso, podendo assumir os seguintes valores: 1 (um) = Marco Intermediário 2 (dois) = Marco Final 0 (zero) = Marco Anulado M = Valor do Marco, podendo assumir: 1(um) = Marco Alcançado -0,25 = Marco Não Alcançado (negativo)	Mostra o percentual de cumprimento dos marcos previstos para realização no exercício. Os marcos são estabelecidos no Plano Estratégico da Empresa e são identificados por meio dos Programas de Execução aprovados pela Diretoria Executiva.
VBDR	Volume de Dados de Aplicação com SGBD Relacional	$VBDR = (VBDR / VDBT) * 100$	Medir a relação do volume de dados que utilizam aplicações de SGBD Relacionais (Oracle + SQL Server) e o volume total de dados (incluindo DMSII, o SGBD do ambiente mainframe), no período em referência.
IPB	Projetos em Plataforma Baixa	$IPB = QPB / QTP$ onde, QPB - quantidade de projetos em plataforma baixa QTP - quantidade total de projetos	Medida da adequação tecnológica. O Plano de Modernização Tecnológica prevê o desenvolvimento de novos sistemas em plataforma aberta de forma a permitir a independência de fornecedores. O indicador é uma medida do resultado dos esforços para a migração tecnológica.
ICP	Índice de Projetos com Cronograma dentro do Prazo	$ICP = (QACPt / QTAt) * FPE + (QICPt / QTIt) * FPI$ onde, ICPt - índice de projetos com cronograma dentro do prazo no período t; QACPt - quantidade de projetos externos com cronograma dentro do prazo previsto no período t; QTAt - quantidade total de projetos externos existentes no período t; QICPt - quantidade de projetos internos com cronograma dentro do prazo previsto no período t; e QTIt - quantidade total de projetos internos existentes no período t. FPE e FPI são, respectivamente, os fatores de ponderação dos projetos externos e internos. O ICP constitui-se, portanto, numa média ponderada entre os projetos externos e os internos, convencionou-se que FPE = 0,2 e FPI = 0,8.	O ICP é uma das medidas para verificação do cumprimento dos compromissos de prazos acordados com os clientes
C-ANS	Cumprimento dos Acordos de Níveis de Serviços	$C-ANS = (IC1 + IC2 + ... + ICn) / n$, Onde: (n) é a quantidade de Acordos de Nível de Serviço estabelecidos.	Mostra o índice de atendimento aos níveis de serviço estabelecidos em contratos com os clientes. Representa a média aritmética entre os Índices de Cumprimento de cada Acordo de Nível de Serviço (IC).

Nome do Indicador	Descrição do Indicador	Fórmula de Cálculo	Objetivo
PMDFT	Percentual Médio da Força de Trabalho	$\text{PMDFT} = 100 - (\text{TDA}/\text{TDH}) * 100$ $\text{TDH} = \text{NE} \times \text{NDU}$ $\text{TDA} = \text{Total de Ausência ao trabalho (Nº de dias)}$ $\text{TDH} = \text{Total de Homens Dias (Nº de dias)}$ $\text{NE} = \text{Nº de Empregados (Quantidade de Empregados)}$ $\text{NDU} = \text{Nº de Dias Úteis (nº de dias)}$	Medir a disponibilidade da força de trabalho em dias

Fonte: Relatório de Gestão.

Analisando os indicadores presentes no quadro acima quanto à sua origem, percebemos que 33,3% dos indicadores refletem o que se passa na área fim da Unidade – Tecnologia da Informação, enquanto 66,7% dos indicadores referem-se à sua área meio.

Durante o exercício de 2009, esta CGU analisou a performance dos oito indicadores classificados como sendo de Gestão Empresarial (TMA, RPL, ICP, C-ANS, VBDr, PMDFT e IAQC) pela DATAPREV, representando uma amostra de 32% (8/25).

O quantitativo total de 25 indicadores explica-se pelo fato de o IAQC – Indicador de Aquisições Críticas de Itens de Investimento – Meta medida em percentual – não ter sido incluído no Relatório de Gestão 2009 da Unidade por ser considerado inadequado e pela intenção de que ele seja substituído por outro indicador mais representativo. Ao longo de 2009, no entanto, apenas os oito indicadores analisados haviam sido apresentados pela Empresa como os indicadores de Gestão Empresarial utilizados para a tomada de decisões.

Os indicadores tiveram seu comportamento analisado, no período de janeiro a dezembro de 2009, e têm sua avaliação, com a consequente tomada de decisões, efetuada pela Unidade somente trimestralmente.

Dos oito indicadores analisados:

- um não apresentou desvio significativo em relação à sua meta, desta forma não cabem "medidas gerenciais de correção";
- quatro tiveram suas metas atingidas em patamar superior a 95% e até superadas em alguns casos; e
- três não atingiram sua meta e/ou apresentaram problemas em suas medições.

Concluimos, com relação aos oito indicadores analisados, que, com exceção dos indicadores IMA e IAQC, o primeiro de difícil mensuração e simplicidade e o segundo de baixa confiabilidade, os demais se apresentam adequados quanto aos seguintes aspectos: confiabilidade, validade, simplicidade e mensurabilidade. À exceção do indicador IAQC, os demais indicadores analisados atendem ao critério de utilidade.

Observamos, portanto, que apesar do esforço realizado pela DATAPREV até o presente momento, com o seu consequente amadurecimento no assunto, há a necessidade de evolução nos indicadores utilizados pela Unidade, permanecendo, ainda, pendente de implementação as recomendações exaradas mediante o Relatório de Auditoria CGU n.º 224733.

4.3 ITEM 03 - AVAL. FUNCIONAMENTO SIST. CI DA UJ

Realizamos uma análise sobre o funcionamento do sistema de controle interno da DATAPREV, nos termos da Decisão Normativa TCU n.º 102/2009, sendo objeto dessa avaliação os aspectos inerentes ao ambiente de controle, à avaliação de risco, aos procedimentos de controle, à informação e comunicação e ao monitoramento.

Observamos que a Unidade não possui uma área específica voltada exclusivamente para o Controle Interno, dessa forma as informações disponibilizadas representam uma reunião de informações das diversas Diretorias da Empresa, incluindo sua Presidência.

Verificamos que a DATAPREV tomou as atitudes necessárias de modo a sanar os pontos apontados pela Auditoria Independente em seu Relatório Circunstanciado de Avaliação da Qualidade e Adequação dos Controles Internos, emitido em 13/12/2009. Além disso, o Anexo VIII do RAINTE 2009 da Unidade apresenta detalhes sobre os controles internos administrativos da DATAPREV.

Com base apenas nas informações recebidas, podemos concluir que a Unidade realiza trabalhos constantes visando ao aprimoramento de seus controles internos, mantendo uma estrutura e um processo adequados para atingir tal objetivo.

Por fim, baseados exclusivamente na amostra selecionada nas áreas auditadas por esta equipe durante o presente trabalho, evidenciamos que:

- a) os controles internos utilizados para a construção e alimentação dos indicadores, bem como relacionados ao monitoramento das Ações realizadas pela Empresa são adequados;
- b) os controles relacionados à gestão do suprimento de bens e serviços carecem de aprimoramento, tendo em vista a constatação da ocorrência de fracionamento de despesas e falhas quanto à instrução processual das dispensas e licitações;
- d) os controles utilizados para avaliação da gestão de recursos humanos se mostraram satisfatórios;
- e) os controles relacionados ao atendimento das determinações e recomendações do Tribunal de Contas da União e da Controladoria-Geral da União garantem razoável tempestividade no seu atendimento.

4.4 ITEM 04 - AVAL. SITUAÇÃO TRANSF. CONC./RECEB.

A Unidade, em seu Relatório de Gestão 2009, informou que o assunto não se aplica à DATAPREV.

4.5 ITEM 05 - AVAL. REGULAR. PROC. LICITAT. DA UJ

A verificação da conformidade da gestão de suprimentos de bens e serviços obedeceu ao seguinte escopo:

Quadro IV: Modalidades executadas no exercício - DATAPREV

Modalidade	Universo			Amostra		
	Qtde 2009	Valor (R\$)	Percentual valor	Qtde 2009	Valor (R\$)	Percentual valor %
Pregão Eletrônico	415	194.151.005,95	74,52%	2	40.499.042,82	20,9
Concorrência	1	890.000,00	0,34%	1	890.000,00	100,0
Convite	-	-	-	-	-	-
Tomada de Preço	5	453.971,64	0,17%	-	-	0,0
Dispensa de Licitação	1.105	55.379.148,12	21,25%	6	37.181.413,92	67,1%
Inexigibilidade de Licitação	41	8.220.248,82	3,15%	1	3.422.147,93	41,6%
Registro de Preço	2	1.474.763,20	0,57%	1	1.426.000,00	96,7%
TOTAL	1.569	260.569.137,73	100,00%	11	83.418.604,67	32,0%

Fonte: Respostas Itens 23, 24 e 25 da SA222703/04 e Análise CGU

Onde Qtde=quantidade

OBS: Montantes referentes aos Valores Totais dos Contratos.

Grande parte do valor das Dispensas de Licitação deve-se às compras, pela DATAPREV, dos prédios do INSS.

Foram avaliados os processos de aquisições abaixo relacionados:

Quadro V: Aquisições analisadas - DATAPREV

Número da Licitação	Contratada	Valor da Licitação (R\$)	Oportunidade e Conveniência	Modalidade da Licitação	Fundamentos da Dispensa	Fundamentos da Inexigibilidade
Processo n.º 44107.000006/2009-19 (URBA) Dispensa de Licitação	Profederal Vigilância LTDA	62.005,92	Adequada	-	Adequado	-
Processo n.º 44125.000003/2009-59 (URSE) Dispensa de Licitação	Nordeste Segurança e Transporte de Valores Sergipe LTDA	34.831,44	Adequada	-	Adequado	-
Processo n.º 44100.000018/2009-03 (RJ) Dispensa de Licitação	Dinâmica Administração, Serviços e Obras LTDA	204.296,58	Adequada	-	Adequado	-
Processo n.º 44101.000069/2009-17 Dispensa de Licitação	Banco Nacional de Recursos Humanos LTDA	148.279,98	Adequada	-	Adequado	-
Processo n.º 44101.000116/2009-22 (RJ) Dispensa de Licitação	Reis Office Products Comercial LTDA	132.000,00	Adequada	-	Adequado	-
Processo n.º 44101.000304/2009-51 (RJ) Dispensa de Licitação	Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	36.600.000,00	Adequada	-	Adequado	-
Processo n.º 44101.000127/2008-21 (RJ) Pregão*	Ponte Aérea Viagens e Turismo LTDA	5.328.968,14	Adequada	Devida	-	-
Processo n.º 44101.000141/2009-14 Pregão	B2BR - Business to Business Informática do Brasil S/A	35.170.074,68	Adequada	Devida	-	-
Processo n.º 2007.0105.23 Concorrência*	THYSSENKRUPP Elevadores LTDA	890.000,00	Adequada	Devida	-	-
Processo n.º 44101.000025/2009-97 Inexigibilidade	ORACLE do Brasil Sistemas LTDA	3.422.147,93	Adequada	-	-	Adequada
Processo n.º 44101.000068/2009-72 Registro de Preço	LENOVO Tecnologia (Brasil) LTDA	1.426.000,00	Adequada	Devida	-	-

Fonte: Comprasnet e Análises realizadas nos correspondentes processos.

* Processos concluídos no exercício de 2009

Da análise efetuada, constatamos que os processos de aquisição de bens e serviços apresentaram as seguintes falhas formais, a primeira reincidente:

- Fracionamento de despesa na aquisição de suprimentos de informática, no valor de R\$ 37,8 mil.

- Ausência de evidências documentais relacionadas à justificativa das dispensas nos processos de contratações diretas por emergência.

- Ausência de evidências processuais que proporcionassem a devida clareza na condução de aquisição de servidores, no montante de R\$ 35,2 milhões.

4.6 ITEM 06 - AVAL. DA GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

Destacamos, a seguir, os quadros contendo o quantitativo de pessoal da DATAPREV.

Quadro VI: Composição do quadro de recursos humanos - DATAPREV

Descrição:	2008		2009	
	Qtde	Despesa (R\$)	Qtde	Despesa (R\$)
Funcionários Contratados - CLT em exercício na Unidade	3.030	291.573.465,00	3.363	365.626.747,00
Ocupantes de funções de confiança, sem vínculo	44	2.487.956,23	43	3.246.339,00
Total Pessoal	3.074	294.061.421,23	3.406	368.873.086,00

Fonte: Resposta da SA222703/03.

Notamos que houve um aumento na quantidade de funcionários contratados em 11,0% (333 pessoas) acompanhado de um aumento de 25,4% na despesa anual correspondente, entre 2008 e 2009. O custo médio anual por empregado (Despesa Total / Quantidade) cresceu 13,0%, no mesmo período. Esse crescimento é explicado, entre outros fatores, pelo crescimento vegetativo da folha de pagamento, pelo aumento acertado no Acordo Coletivo de Trabalho - ACT e pelo Concurso Público realizado com 347 vagas para níveis médio e superior.

Quadro VII: Composição do quadro de cedidos e requisitados - DATAPREV

Descrição:	2008		2009	
	Qtde	Despesa (R\$)	Qtde	Despesa (R\$)
Pessoal Requisitado em exercício na Unidade, com ônus	15	1.157.051,00	11	760.427,00
Pessoal Requisitado em exercício na Unidade, sem ônus	0	0	0	0
Total Pessoal Requisitado, em exercício na Unidade	15	1.157.051,00	11	760.427,00
Descrição:	2008		2009	
	Qtde	Despesa (R\$)	Qtde	Despesa (R\$)
Pessoal Cedido pela Unidade, com ônus	9	3.402.768,72	16	3.858.946,82
Pessoal Cedido pela Unidade, sem ônus	29	0,00	61	0,00
Total Pessoal cedido pela Unidade	38	3.402.768,72	77	3.858.946,82

Fonte: Resposta à SA222703/03.

Verificamos que os gastos com pessoal requisitado com ônus pela DATAPREV apresentaram um decréscimo de 34,3%, entre os exercícios de 2008 e 2009, com uma redução da quantidade de recursos em quatro pessoas. Além disso, no final de 2009, não havia mais pessoal requisitado sem ônus na Unidade.

Analisamos as documentações relativas às requisições com ônus para a DATAPREV de três dos 11 empregados nesta situação, cujas matrículas são: 800.481, 800.490 e 801.194, e concluímos que:

-A primeira se encontra de acordo com o Decreto n.º 4.050, de

12/12/2001; e

-As duas outras, anteriores à vigência do decreto, tiveram sua autorização apenas publicadas no Diário Oficial da União, de 15/05/1995.

Quanto ao pessoal cedido com ou sem ônus, entendendo como referência o ônus ou não para o órgão cedente, sua quantidade mais que dobrou, aumentando tanto o quantitativo de cessões sem ônus quanto os de cessões onerosas. Ressaltamos, quanto às cessões não onerosas, que foram incluídos os 39 empregados readmitidos por decisão administrativa e cedidos para outras Unidades. Notamos, ainda, que o custo para a DATAPREV, relativo às cessões onerosas, cresceu 13,4% entre 2008 e 2009.

Analisamos as documentações relativas às cessões de cinco dos 77 empregados cujas matrículas são: 263.834, 292.095, 310.042, 310.085 e 276.448, e concluímos que:

- 1) As cessões sem ônus da DATAPREV para o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG, e suas prorrogações, quando aplicáveis, relativas aos empregados de matrículas 263.834 e 292.095, estão de acordo com Decreto n.º 4.050, de 12/12/2001;
- 2) As cessões sem ônus da DATAPREV para a Petrobrás Transporte S/A - TRANSPETRO, e suas prorrogações, quando aplicáveis, relativas aos empregados de matrículas 310.042 e 310.085, estão de acordo com Decreto n.º 4.050, de 12/12/2001; e
- 3) A cessão, relativa ao empregado de matrícula 276.448, mesmo sendo anterior à vigência do decreto, apresenta as devidas solicitações e aprovações, inclusive quanto às prorrogações da mesma.

Quadro VIII: Composição do quadro de terceirização - DATAPREV

Descrição:	2008		2009	
	Qtde	Despesa (R\$)	Qtde	Despesa (R\$)
Pessoal Terceirizado Vigilância / Limpeza	164	4.138.589,56	151	3.674.055,37
Pessoal Terceirizado Apoio Administrativo	80	1.763.685,84	74	1.294.167,11
Pessoal Terceirizado Outras atividades	135	7.159.507,76	149	10.556.062,71
Estagiários	158	952.464,00	166	1.194.135,00
Total Pessoal Terc + Estag	537	14.014.247,16	540	16.718.420,19

Fonte: Resposta à SA222703/03.

Verificamos que os gastos totais com pessoal terceirizado e estagiários aumentaram em 19,30%, entre os exercícios de 2008 e 2009, com um aumento de três pessoas no quantitativo, no mesmo período. Se considerarmos o gasto anual médio por pessoa, esse aumento passará a ser de 18,63%.

Verificamos, ainda, que, após três períodos de crescimento (2006 a 2008) do volume de horas extras e de sobreaviso executadas, houve uma estabilização em 2009 (redução de 4,33% na execução das horas extras e crescimento de 1,57% na execução das horas de sobreaviso). O aumento no valor pago de horas extras e de sobreaviso é explicado pelo crescimento vegetativo da folha de pagamento da Empresa. Realizamos

também uma avaliação da distribuição da execução de Horas Extras e de Sobreaviso pelas áreas da Empresa e pelos empregados, tendo observado que a Empresa vem adotando as medidas necessárias à minoração dos quantitativos envolvidos.

Quanto ao cadastramento de atos no SISAC, observe-se o Quadro a seguir.

Quadro IX: Quantitativo de Atos Cadastrados no SISAC em 2009

Qtd de Atos de Pessoal (Admissão, Aposentadoria, Pensão) Registrados no SISAC no exercício de 2009 (A)	Qtd de Atos de Pessoal (Admissão, Aposentadoria, Pensão) Passíveis de Registro no SISAC no exercício de 2009 (B)	Percentual de Atos Registrados no SISAC (A) / (B) %
551	572	96,33

Fonte: SISAC.

Com relação aos 21 atos não cadastrados em 2009, verificamos que esses já foram incluídos no SISAC em janeiro de 2010.

4.7 ITEM 07 - AVAL. CUMPR. PELA UJ RECOM. TCU/CI

Identificamos a existência de seis Acórdãos do TCU contendo determinações e/ou recomendações para a DATAPREV exaradas no exercício de 2009, cujo atendimento registrado no Relatório de Gestão destacamos a seguir:

Quadro X - Situação do Atendimento às determinações/recomendações exaradas em 2009 à Dataprev, posição de 31/12/2009.

Acórdão TCU n.º	Atendido	Pendente	Total
499/2009 - Plenário	1	1	2
782/2009 - Plenário	1	-	1
1.402/2009	1	-	1
2.124/2009 - Plenário	-	8	8
2.205/2009 - Plenário	-	4	4
7.154/2009 - 1ª Câmara	-	2	2
Total:	3	15	18

Fonte: Relatório de Gestão.

Testamos a implementação das determinações constantes dos Acórdãos n.º 782/2009 - Plenário e n.º 1.402/2009.

Verificamos, por meio de análise de licitação correlata, o atendimento à determinação 9.5 do Acórdão TCU n.º 782/2009 - Plenário, considerando que foi incluída, na licitação realizada pela entidade para a contratação de serviços de limpeza, conservação e asseio, somente as categorias profissionais que guardem relação com o objeto do contrato.

Pela análise da documentação apresentada, consideramos atendida a determinação 1.5.1.2 do Acórdão n.º 1.402/2009, tendo sido informado que apenas a empregada matrícula 332.364 foi empregada da Dataprev no

período de 01 a 30/11/2006, a qual fora incluída, em 27/12/2006, no SISAC, com os seguintes n.ºs de Controle - Tipo Admissão 10434100-01-2006-00154-8 e Tipo Desligamento 10434100-02-2006-000097-4.

Acerca das recomendações exaradas pela CGU no exercício de 2009, efetuamos testes relacionados nos assuntos metas qualitativas e quantitativas, indicadores de gestão, horas extras e gestão do suprimento de bens e serviços quanto ao fracionamento de despesa e ausência da devida fundamentação da dispensa de licitação.

Verificamos que no âmbito dos indicadores, metas e das horas extras, as recomendações encontram-se em processo de implementação. Já quanto à gestão do suprimento de bens e serviços, identificamos a reincidência de fracionamento de despesas.

4.8 ITEM 08 - AVAL EXEC PROJ/PROG FINANC REC EXT

Em seu Relatório de Gestão, a DATAPREV informa não ter havido ocorrências, no período, relacionadas à Unidade.

4.9 ITEM 09 - AVAL GESTÃO PASSIVOS S/ PREV ORÇAM

De modo a identificarmos a gestão de passivos na Unidade, analisamos:

- a existência ou não de atraso no pagamento a Fornecedores;
- os compromissos com a PREVDATA - Entidade Fechada de Previdência Complementar,
- a composição das provisões relativas aos passivos Trabalhista, Cível e Tributário da Unidade, e
- uma situação que, aparentemente, apontava para a existência de um caso potencial de passivo sem previsão orçamentária, relativa à aquisição pela DATAPREV, por dispensa de licitação, do imóvel localizado na Rua Álvaro Rodrigues, n.º 460 - Botafogo - RJ, de propriedade do Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, que possui débito do IPTU, sendo cobrado ao INSS, apesar de sua imunidade tributária.

Concluímos, com base nas informações recebidas, que a Unidade possui uma gestão adequada de seus passivos.

4.10 ITEM 10 - AVAL. CONFOR. INSCR. RESTOS A PAGAR

Este assunto não se aplica à DATAPREV.

4.11 ITEM 15 - AVAL. CRITÉRIOS CHAMAMENTO PÚBLICO

Este assunto não se aplica à DATAPREV.

4.12 ITEM 16 - AVAL IRREG NÃO EXPURGO CPMF CONTRAT

Selecionamos uma amostra de quatro contratos nos quais a DATAPREV havia pago CPMF (0,38% - tanto no contrato quanto na nota fiscal fatura) indevidamente e verificamos que os valores pagos indevidamente já foram recuperados.

5. Entre as constatações identificadas pela equipe, não foi possível

efetuar estimativa de ocorrência de dano ao erário.

III - CONCLUSÃO

Eventuais questões pontuais ou formais que não tenham causado prejuízo ao erário, quando identificadas, foram devidamente tratadas por Nota de Auditoria e as providências corretivas a serem adotadas, quando for o caso, serão incluídas no Plano de Providências Permanente ajustado com a UJ e monitorado pelo Controle Interno. Tendo sido abordados os pontos requeridos pela legislação aplicável, submetemos o presente relatório à consideração superior, de modo a possibilitar a emissão do competente Certificado de Auditoria.

Rio de Janeiro, 30 de Julho de 2010.